UNIVERSIDA DE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GIULIANNE MONTEIRO PEREIRA

O ACESSO À INFORMAÇÃO NA UFPB:
memórias para lembrar direitos "esquecidos"

João Pessoa
2016

GIULIANNE MONTEIRO PEREIRA

O ACESSO À INFORMAÇÃO NA UFPB: memórias para lembrar direitos "esquecidos"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação da Universidade Federal da Paraíba, em nível de Mestrado Acadêmico como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciência da informação.

Orientadora: Profª Drª Izabel França de Lima

Linha de pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da informação

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

João Pessoa
2016

P436a Pereira, Giulianne Monteiro.
O acesso à informação na UFPB : memórias para lembrar direitos esquecidos / Giulianne Monteiro Pereira. – João Pessoa, 2016.
213f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação, Universidade Federal da Paraíba / Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profa. Dra. Izabel França de Lima.

1. Memória. 2. Informação – Acesso. 3. Inclusão - Ensino Superior. 4. Pessoa com deficiência. I. Lima, Izabel França de. II. Título.

CDU: 007:378-056

GIULIANNE MONTEIRO PEREIRA

O ACESSO À INFORMAÇÃO NA UFPB: memórias para lembrar direitos "esquecidos"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em nível de Mestrado Acadêmico como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciência da informação.
Área: Informação, conhecimento e sociedade.
Linha de Pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.

Aprovado em 22/03/2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Izabel França de Lima (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal de Oliveira Freire (Membro interno)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Dra. Edna Gomes Pinheiro (Membro externo)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Henry Pôncio Cruz de Oliveira (Suplente interno)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Dra. Joana Belarmino de Sousa (Suplente externo)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Àqueles que compõem a estrutura da minha vida e que nunca me desampararam nos momentos de tormentas: Deus, meu esposo, minha família e amigos.

Às pessoas que entrevistei, pela imensa colaboração no desenvolvimento deste trabalho e pela confiança depositada a mim ao compartilhar comigo suas vivências e experiências.
Dedico!

AGRADECIMENTOS

"Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus!" (Mt, 22:21).

Primeiramente a Deus todo poderoso e seu filho Jesus que me confortaram nos momentos de angústia e ansiedade, me guiando e me dando condições de iniciar e finalizar esse trabalho. *"Só o Senhor sabe o quanto foi difícil chegar até aqui..." "Percorri milhas e milhas antes de dormir, eu não cochilei, os mais belos montes escalei, nas noites escuras de frio chorei..."*

À minha mãe, Magali Monteiro, por fazer sempre mais do que pôde por mim, por minha educação, por me apoiar nas minhas decisões e ainda por compreender os momentos que precisei me ausentar dos momentos familiares. – *Mãe, obrigada por tudo!*

Ao meu esposo, amigo, companheiro de todas as horas, Gustavo Nogueira, por tão belo e incondicional apoio, compreensão, companheirismo e carinho dedicado a mim, até mesmo nas horas em que eu não merecia! – *"Ainda bem, que você vive comigo, por quê se não, como seria essa vida... sei lá, sei lá!"*

Às minhas irmãs, Gisele e Gabrielle, principalmente por suprirem a minha ausência, estando ao lado de nossa mãe nos momentos em que não pude! Como ainda, por servirem de incentivo para que eu seguisse o caminho dos estudos. – *Sempre me espelhei em vocês!*

À minha família de sangue, família Monteiro e à minha segunda família, família Nogueira. Em especial, ao meu avô Abel Monteiro, a minha Tia Mayse Monteiro, a minha Sogra Zenaide Nogueira, meu cunhado Ciro Bertoni, Catarine Nogueira, Yuri Bertoni e Danilo Bertoni (meus sobrinhos do coração). – *Muito obrigada pelo apoio e por compreenderem o motivo de nossa ausência.*

Aos amigos queridos que a vida me deu o privilégio de encontrar, especialmente a Rayanne Onofre, Rodrigo Peruca, Fernando Antony, Érica Melo, Naíma Vilôr, Sale Mário Gaudêncio, Hiara Ruth, Marina Alves, Jonatan Cândido, Nonato Ribeiro, Cláudio Galvino, Cida Silva, Estela Santos, Irenilda Silva, Hellys Morais... alguns mais próximos, outros mais distantes, mas que independentemente de distância ou tempo estiveram sempre presentes, fosse através de uma simples palavra de incentivo pelas horas (necessárias) de descontração ou pelos momentos de conversas e gargalhadas.

Aos amigos-irmãos Lúcio Dias, Lidiane Lima e Maíra Lima, pelo lar provisório, pela lasanha da Lidi *(risos)*, carinho e pelas palavras proferidas de força e ordem: "Você vai conseguir Giu!". – *À vocês o meu carinho e gratidão eterna!*

À querida amiga Camile Andrade carinhosamente conhecida como ~~Gorete~~, pela acolhida, pelas palavras de incentivo, pela paciência e pelos momentos de conversas e gargalhadas.

À Josileide Santana, carinhosamente conhecida como Dona Josa, por muitas vezes cuidar de mim como só uma mãe o faria, puxar minhas orelhas e por cuidar de minha casa na minha ausência.

Aos meus colegas e amigos de turma, pelos momentos e experiências compartilhadas, em especial às amigas Eliziana Sousa, Walqueline Araújo e Carlita Girard. – Obrigada por tornar essa caminhada mais doce!

À Kênia Araújo, na qualidade de Coordenadora e amiga, por sua compreensão e flexibilização, que me permitiram frequentar as aulas desse mestrado.

À minha orientadora Professora Dra. Izabel França de Lima não apenas por sua brilhante orientação, mas também pelos conselhos e amizade.

Aos professores membros da banca por aceitarem o convite e por suas imensas colaborações para a realização deste trabalho, Professora Dra. Bernardina Freire, Professor Dr. Henry Pôncio, Professora Dra. Edna Pinheiro e Professora Dra. Joana Belarmino, os admiro e sou grata por toda colaboração para esta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação da UFPB.

À Professora e amiga Geysa Flávia pelo apoio e incentivo após TCC de graduação, que me incentivou a tentar a seleção de mestrado.

A Paulo Fernandes, Rafael Brandão, Fabrícia Lopes, Kelly Sousa, Robson Santos e Hozana Lima, pela confiança e por me emprestar suas memórias.

Ao Secretário do Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação, Franklin Kobayashi, por todos os seus préstimos durante a trajetória na pós-graduação.

Aos funcionários do Núcleo de Educação Especial da UFPB pela atenção e disponibilidade.

À Professora Andreza Polia por intermediar o contato com alguns alunos participantes da pesquisa.

E a todxs que diretamente ou indiretamente possam ter colaborado para a realização deste sonho!

Muito obrigada!

"Empreste-me sua voz...
Dê-me pela palavra, que é sua, o direito de ser eu;
Permita-me contar como foi, como vejo, ou pelo menos como vi.
Deixe-me dizer,
não como aquele que faz da saudade um projeto de vida, nem da memória um exercício.
Tenho uma história, minha, pequena, mas única.
Pergunte-me o que quiser, mas deixe-me falar o que sinto.
Dir-lhe-ei minha verdade como quem talha o passado
flanando sobre dores e alegrias.
Contar-lhe-ei o que preciso como alguém que anoitece
depois da aventura de auroras e tempestades,
como alguém que destila a emoção de ter estado.
Farei de meu relato mais que uma oração, um registro.
Oração e registro simples, de indivíduo na coletividade que nos une.
Empreste-me sua voz e letra para dizer que provei o sentido da luta,
para responder ao poeta que "sim", que valeu a pena e que a alma é enorme.
Empreste-me o que for preciso:
a voz, a letra e o livro
para dizer que experimentei a vida e que,
apesar de tudo,
também sou história."

(*MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). (Re)introduzindo história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996, p. VII - O texto foi lido na sessão de abertura do I Encontro Regional de História Oral Sudeste/Sul, em São Paulo, em 1995).*

RESUMO

Esta pesquisa traz uma breve explanação a respeito dos direitos adquiridos através da legislação, resoluções, normas brasileiras e internacionais, bem como as resoluções, setores e serviços no âmbito da UFPB destinadas às pessoas com deficiência. Em seu desenvolvimento, aborda os conceitos de informação, como também o seu acesso e o uso como um direito e fator de in(ex)clusão na Universidade. Também apresenta as diferenças entre deficiências e necessidades especiais enfatizando as necessidades educacionais, o panorama dos desafios, lutas e conquistas nas últimas décadas. O estudo objetiva analisar o acesso à informação no âmbito da UFPB sob o olhar e memórias individuais/coletivas dos alunos com deficiência e caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa. Para tanto, utiliza na coleta de dados a técnica Shadowing (acompanhamento) e a entrevista pela perspectiva da História oral temática. Como sujeitos da pesquisa, instituiu-se os alunos regularmente matriculados na UFPB, acometidos por alguma deficiência, analisando-se as memórias individuais e coletivas dos sujeitos pesquisados sob a égide da temática trabalhada. Esta dissertação identifica a partir das memórias, os setores, serviços, programas e outros recursos que auxiliam a permanência do aluno com deficiência na UFPB. Ao fim desta pesquisa, concluiu-se que os sujeitos da pesquisa encontram muitas barreiras para o acesso às informações na UFPB, fato que fere os princípios e os direitos que garantem o acesso, lembrando que este tem papel em sua vida pessoal e acadêmica e é de suma importância pelo seu cunho transformador e formador.

Palavras-chave: Memória. Acesso à informação. Pessoa com deficiência. Ensino Superior - Inclusão.

ABSTRACT

It provides a brief explanation about the rights acquired through legislation, resolutions, Brazilian and international standards and resolutions, and service sectors within the UFPB for people with disabilities. Discusses the concepts of information and your access and use as a right and in factor (ex)inclusion at the University. It shows the differences between disabilities and special needs, emphasizing the educational needs as well as an overview of the challenges, struggles and achievements in recent decades. It aims to analyze access to information under the UFPB under the gaze and individual / collective memories of students with disabilities. It is characterized as an exploratory and descriptive, qualitative approach. Uses the data collection used the shadowing technique (monitoring) and the interview from the perspective of thematic oral history points out as research subjects, students enrolled in UFPB affected by a disability. Analyzes individual and collective memories of the subjects surveyed inherent theme crafted. Identifies from the memories, sectors, services, programs and other resources that help to retain the student with disabilities in UFPB. It concludes that the subjects are many to information access barriers in UFPB, a fact that hurts principles and rights with respect to such access, whose role in the personal and academic life of the subjects, is of paramount importance for its transforming nature.

Keywords: Memory. Access to information. Disabled person. Higher Education - Inclusion

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Gráfico de alunos com deficiência ou necessidades especiais da UFPB 25

Figura 2 – Gráfico de alunos por tipo de deficiência/NE – Campus JP 26

Figura 3 – Fases da pesquisa 44

Figura 4 – Fluxo do processo de comunicação 89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quantidade de alunos com deficiência/NE por curso – Campus JP 27

Quadro 2 – Trajetória da Análise de Conteúdo Temática 41

Quadro 3 - Fases da pesquisa 42

Quadro 4 – Trajetória das nomenclaturas e definições à PcD 51

Quadro 5 – Tipos de deficiência motora 57

Quadro 6 – Tipos de deficiência mental/intelectual 58

Quadro 7 – Tipos de deficiência Auditiva 59

Quadro 8 – Tipos de deficiência Visual 61

Quadro 9 – Leis, normas, decretos, documentos e recomendações destinado à PcD 63

Quadro 10– Modelos de Inclusão 71

LISTA DE SIGLAS

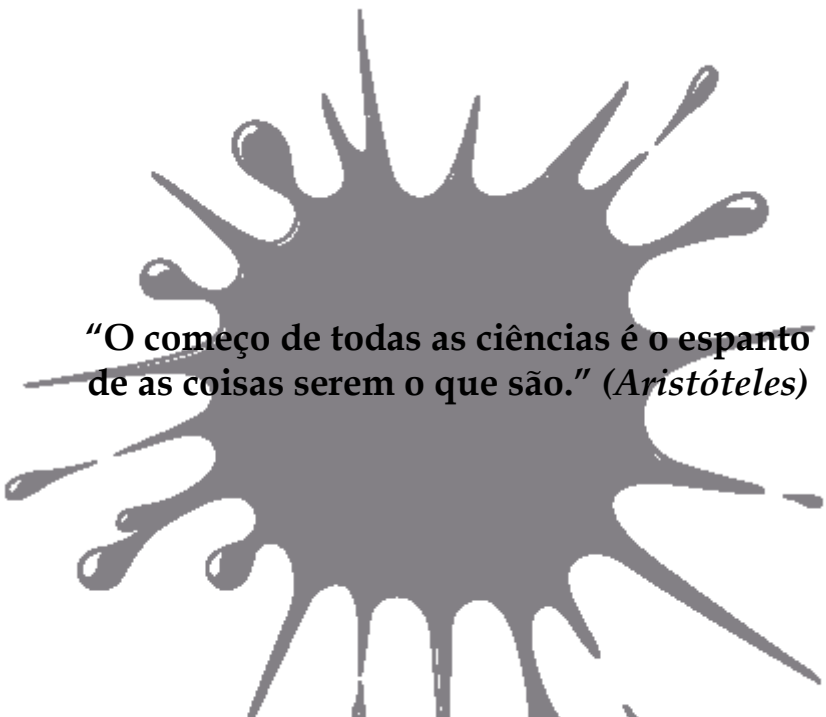
AcD –	Aluno com Deficiência
BACH –	Bacharelado
C –	Biblioteca Central
CI –	Ciência da informação
CIA –	Comitê de inclusão e acessibilidade
EcD –	Estudante com Deficiência
ENEM –	Exame Nacional do Ensino Médio
HO –	História oral
IBGE –	Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT -	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
IES –	Instituição de Ensino Superior
JP –	João Pessoa
LACESSE –	Laboratório de Acessibilidade
LAI –	Lei de Acesso à informação
LAVITA –	Laboratório de Tecnologia Assistiva
LIC –	Licenciatura
MEC –	Ministério da Educação
NE –	Necessidades especiais
NEDESP –	Núcleo de Educação especial
NEE –	Necessidade educacional/educativa especial
NTI –	Núcleo de tecnologia da informação
OASISBR -	*Open Access Scholary Information System*
ONU –	Organização das nações unidas
PcD –	Pessoa com deficiência
PNEE –	Pessoa com Necessidade educacional especial
PRAPE –	Pró-Reitoria de Assistência e promoção ao estudante
PSS –	Processo Seletivo Seriado
SIUNE -	Seção de inclusão para usuários com necessidades especiais
TA -	Tecnologia Assistiva
TCC –	Trabalho de conclusão de curso
TDAH –	Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade
UFPB –	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**	**15**
2	**A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**	**22**
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	23
2.2	AMBIENTE DA PESQUISA	24
2.3	OS DOADORES DE MEMÓRIAS	26
2.4	PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	32
2.4.1	**Técnica de pesquisa *Shadowing***	**32**
2.4.2	**História oral: coletando narrativas e transformando em memórias**	**33**
2.4.2.1	O registro da memória como recurso metodológico	36
2.5	METODOLOGIA PARA ANÁLISE DO MATERIAL EMPIRICO	41
3	**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA: desafios, lutas e conquistas**	**46**
3.1	DEFICIÊNCIAS, NECESSIDADES ESPECIAIS E NECESSIDADES EDUCACIONAIS: entendendo e aceitando as 'diferenças'	50
3.1.1	**Deficiência física**	**56**
3.1.2	**Deficiência intelectual/mental**	**58**
3.1.3	**Deficiência auditiva**	**59**
3.1.4	**Deficiência visual**	**60**
3.1.5	**Deficiência múltipla**	**61**
3.2	CONHECENDO OS DIREITOS DA PcD: dos instrumentos legais e normativos	61
4	**DA EXCLUSÃO . . . AO ACESSO A EDUCAÇÃO**	**69**
4.1	O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	75
5	**DA INCLUSÃO NA UFPB**	**79**
5.1	COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE (CIA)	80
5.2	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (NEDESP)	82
5.3	LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA (LACESSE)	83
5.4	LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA DO DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL (LAVITA)	84
5.5	PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA (PAED)	84
5.6	SEÇÃO DE INCLUSÃO PARA USUÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS / BIBLIOTECA CENTRAL (SIUNE/BC)	85
6	**INFORMAÇÃO: o quê, para quê e para quem?**	**88**
6.1	O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO UM DIREITO	95

7 O ACESSO À INFORMAÇÃO E O SEU PAPEL NA (IN)EXCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE..... 102
8 "NADA SOBRE NÓS SEM NÓS" 106
9 PARA REFLETIR: Análise e discussão do material empírico 156
9.1 O CAMINHO ATÉ A EDUCAÇÃO 157
9.2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VAI PARA UNIVERSIDADE 162
9.3 UFPB: VIVENDO COM AS DIFICULDADES E SUPERANDO OS DESAFIOS 166
9.4 O ACESSO À INFORMAÇÃO NA UFPB 172
9.5 O PAPEL DA INFORMAÇÃO 178
9.6 'PONTOS' PARA INCLUSÃO 180
9.7 LEMBRANÇAS QUE DEIXARAM MARCAS 187
10 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 191
REFERÊNCIAS 198
APÊNDICES 207
ANEXOS 211

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS



"O começo de todas as ciências é o espanto de as coisas serem o que são." ***(Aristóteles)***

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o advento da comunicação e da informação, o ser humano vem aperfeiçoando a passos largos as formas de se comunicar com outrem, destruindo as barreiras físicas e geográficas que outrora se apresentavam como praticamente intransponíveis.

Esse processo de comunicação humano vem sofrendo sérias e drásticas mudanças, estas tem favorecido de forma significativa a facilidade de busca e acesso à informação, em especial no processo educacional e mais pontualmente no ensino superior. Há menos de 20 anos, seria praticamente inimaginável a situação entre dois colegas pesquisadores que pudessem editar o mesmo texto, em tempo real, estando em hemisférios opostos, por exemplo.

Contudo, nem toda barreira fora vencida no acesso à informação, em específico no ensino superior. Algumas delas ainda são bastante presentes no cotidiano acadêmico das Instituições de Ensino Superior (IES), muitas dessas barreiras são históricas. As relações entre pessoas tidas como "normais" e pessoas com algum tipo de deficiência são relatadas desde os textos bíblicos e permaneceram pela história da humanidade de forma sutil.

Caracteriza-se assim a presença da pessoa com deficiência na sociedade mundial e a cada novo dia vem se tronando um grupo com anseios mais latentes e mais exigentes quanto aos seus direitos. Entre esses direitos, destacamos o direito de acesso ao sistema de ensino em todos os seus níveis.

No Brasil, o direito à educação é uma condição estabelecida pela Constituição Federal e, atualmente, este direito vem sendo tornado público através das políticas públicas governamentais e institucionais que contemplam a garantia do direito à educação para pessoas com deficiência, processo que vem sendo denominado como educação inclusiva. Este processo vem avançando, buscando fugir do modelo de educação compensatória, rompendo com as barreiras da chamada "educação especial", como se reporta o Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2006, p. 11), que ressalta,

> Observa-se maior resistência para inclusão em escolas e instituições que ainda se apoiam no modelo médico da deficiência, em técnicas de reeducação, educação compensatória ou de prontidão para inclusão. O conceito de necessidade educacional especial vem romper com essa visão reducionista de educação especial centrada no déficit, na limitação, na impossibilidade do sujeito de interagir, agir e aprender com os demais alunos em ambientes o menos restritivos possíveis.

O indivíduo com alguma deficiência e que necessita de algum artifício especial no processo educacional pode ser chamada de "Pessoa com Necessidade Educacional Especial (PNEE)", ou seja, são aquelas que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem ou deficiência, seja sensorial, física, motora ou intelectual.

À luz dessa asseveração, Palhares (2012, p. 01) enfatiza que:

> Durante os últimos anos o nosso sistema educativo dedicou-se e dedica-se às necessidades educativas especiais (NEE) de alunos portadores de algum tipo de deficiência ou dificuldade de aprendizagem. O conceito de NEE passou a ser conhecido em 1978 a partir da sua formulação no 'Relatório Warnock', apresentado ao parlamento do Reino Unido, pela Secretaria de Estado para a Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a Secretaria do Estado para o País de Gales. Este relatório foi o resultado do 1.º comitê britânico constituído para reavaliar o atendimento aos deficientes, presidido por Mary Warnock.

Dessa forma, nos últimos anos, pôde-se presenciar uma preocupação crescente com essa demanda da sociedade, com a criação de leis e ações direcionadas para promoção da acessibilidade. Ocorre que, mesmo com a implementação destas, para que a inclusão dessas pessoas aconteça de fato, é preciso que sejam tão amplamente divulgadas ou percebidas pela sociedade de uma forma geral.

De acordo com dados do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), aproximadamente 23,9% (vinte e três vírgula nove por cento) da população brasileira possui algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 45 (quarenta e cinco) milhões e 600 (seiscentas) pessoas, dentre as quais, 25,8 (vinte e cinco vírgula oito) milhões são mulheres e 19,8 (dezenove vírgula oito) milhões são homens. (IBGE, 2014).

Atualmente, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) existem cerca de 1.334 (mil trezentos e trinta e quatro) alunos matriculados que declararam possuir alguma deficiência/necessidade educacional especial. Destes, 1.000 (um mil) estão matriculados em algum curso do Campus I João Pessoa - Paraíba. Contudo estes números totais serão melhor explorados e interpretados no item 2.3.

Observa-se que o número de alunos com algum tipo de deficiência nos cursos ofertados pela UFPB é bastante expressivo. Considerando a natureza pública desta instituição, torna-se obrigatório o atendimento e o cumprimento das especificações e normas do governo inerentes às PcD, em especial, neste caso, já que apresentam-se como uma demanda significativa, não podendo ser ignorada pela gestão da Universidade ou pelos diretores de centros de ensino e órgãos suplementares, uma vez que, todo e qualquer aluno ou servidor, deve gozar dos mesmos direitos e benefícios sem distinção.

Soma-se a isto, uma preocupação com a questão do direito do acesso à informação, em seu aspecto geral, como um direito fundamental, mais recentemente refletiu-se em como esse acesso pode proporcionar inclusão, auxiliando, inclusive, no desenvolvimento do sujeito.

Nesse sentido, as discussões acerca da importância do acesso à informação, da inclusão e do acesso dessas pessoas no Ensino Superior vêm sendo amplamente discutidas, nas mais diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, na Educação, Administração, Ciência da informação (CI), do Direito, dentre tantas outras das Ciências Sociais Aplicadas, Tecnológicas, Humanísticas, etc.

A CI como uma ciência interdisciplinar vem colaborando para o estudo e avanço desta temática, tal constatação pode ser observada nos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC's) de graduação, especialização, em dissertações e teses, a exemplo de pesquisas de egressos da própria UFPB, como os trabalhos de PEREIRA, 2013, SILVA, 2012, GOUVEIA, 2015, dentre outros.

Nesse cenário de debates acerca dessas discussões bem como das opções de acesso e uso da informação por parte das pessoas com deficiência (PcD), faz-se necessário que as Instituições de Ensino Superior (IES) se adequem de forma a subsidiar as necessidades eminentes dos Estudantes com deficiência (EcD) com vistas

no atendimento de suas especificidades visando não apenas sua possibilidade de ingresso, mas sobretudo proporcionando sua permanência e conclusão do curso, por meio do cumprimento do papel de promover o efetivo direito à educação em nível superior.

Com base nestas observações, como ainda, nas inquietações que surgiram após uma série de constatações feitas no trabalho de conclusão do curso de graduação em biblioteconomia, tendo seus resultados apresentados em 2013, sobre as condições de acessibilidade na Biblioteca Central, BC da UFPB, surgem os questionamentos que nortearam esta pesquisa: "Qual o papel que a informação desempenha nesse processo de inclusão e permanência na Universidade?" e "Como e onde o estudante com deficiência exerce seu direito de acesso à informação no âmbito da Universidade Federal da Paraíba?"

Outrossim, se faz necessário citar às intenções deste trabalho, em corroborar de forma direta no subsídio, avaliação e/ou aprimoramento dos serviços e programas de apoio aos alunos com deficiência, visto o registro dos desafios vivenciados ao longo da jornada acadêmica por essas pessoas. A partir das observações, pensamos em idealizar ações e ajustes que possam vir a ser constatadas como necessárias, através das memórias, como essenciais para o cumprimento legítimo e completo do acesso à informação e subsídios necessários a permanência e conclusão do seu curso.

A premissa essencial às discussões propostas diz respeito ao **acesso à informação de forma igualitária**, direito garantido constitucionalmente a todo cidadão. Como alicerce à premissa, consideramos que a informação é um dos fatores facilitadores da inclusão, pois ela tem se revelado uma das ferramentas mais eficazes no processo de combate aos preconceitos e à neutralização de estigmas. (GIL, 2006)

Sustentando-se na premissa que alicerça a temática, acredita-se que através do acesso à informação, é que uma pessoa, independente de suas limitações, ao ter esse acesso, amplie o conhecimento acerca de seus direitos, proporcionando uma possibilidade de efetivação dos direitos como cidadão.

Nesse contexto, notou-se a necessidade de se incluir de fato essas pessoas nos ambientes que frequentam, permitindo-lhes ainda acesso e autonomia. No caso das

Instituições de Ensino Superior devendo oferecer serviços e atendimento adequados às suas necessidades educacionais/informacionais.

Esta pesquisa teve em seu cerne a inquietude observada no cotidiano acadêmico e ainda sob a percepção e constatação da não efetivação da garantia do direito à informação na Biblioteca Central da UFPB aos usuários com deficiência/necessidades especiais, constatado após pesquisa de trabalho de conclusão de curso, outrora supracitado.

No processo de constatação dos resultados obtidos naquela pesquisa, verificou-se também a necessidade de proporcionar a esses usuários um meio de relatar suas experiências, memórias individuais e coletivas no tocante à acessibilidade, focando no acesso à informação no âmbito da UFPB.

Seguindo o lema "Nada sobre nós sem nós"[1], que diz que essas pessoas devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhe dizem respeito de forma direta. (BRASIL, 2008).

Busca-se por meio da Linha de Pesquisa **Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação do Programa de Pós-Graduação** em Ciência da Informação da UFPB a base e os métodos científicos necessários para entender os conceitos e processos para o acesso à informação bem como registrar e respaldar as memórias individuais/coletivas dos sujeitos envolvidos.

Em vista do reflexo das vivências desenvolvidas pela proponente deste, assim como, as atuais e constantes inovações voltadas à inclusão social da pessoa com deficiência, bem como o papel de universalizador do conhecimento e do tripé em que a UFPB encontra-se apoiada, o ensino, a pesquisa e a extensão, torna-se um momento ímpar a possibilidade de elencar os maiores desafios vividos pelos alunos com algum tipo de deficiência como ainda proposições de serviços e condições que possam vir a atender as necessidades educacionais especiais desses estudantes no cumprimento de suas obrigações técnico/científico/sociais.

---

1 Tem consagrado no movimento das pessoas com deficiência, serviu de lema para o Dia Internacional da Pessoa com deficiência em 03 de dezembro de 2004.

Com o intuito de responder às questões ora apresentadas na problemática dessa pesquisa, pretende-se atingir os seguintes objetivos:

Geral - Analisar o acesso à informação no âmbito da UFPB através das memórias individuais/coletivas dos estudantes com deficiência (EcD), com a finalidade de propor formas de facilitar e melhorar esse o acesso, os meios, os recursos que facilitem a permanência e trajetória acadêmica desses estudantes.

Específicos:

a) Identificar os estudantes com deficiência/NEs da UFPB; bem como, identificar a existência de redes de apoio e quais (programas, setores e serviços) oferecidos aos alunos com deficiência da UFPB;
b) Conhecer onde e como os estudantes com deficiência buscam informações técnico/científicas na UFPB;
c) Registrar a trajetória dos estudantes com deficiência da UFPB, a partir de suas memórias individuais e coletivas;
d) Investigar com base nas memórias coletadas se existem e quais as dificuldades/desafios vivenciados pelos alunos com deficiência no âmbito da UFPB para sua permanência e conclusão do curso na Universidade, principalmente no tocante ao acesso à informação;
e) Apontar sugestões com vista a auxiliar na permanência dos estudantes com deficiência, especialmente em relação ao acesso à informação, após análise das entrevistas e a análise sob a égide do referencial teórico.

Para construção desta escrita, a dissertação foi estruturada em 10 capítulos, onde: No capítulo 2, o leitor pode verificar os caminhos que foram percorridos para atingir os objetivos propostos, envolve o tipo da pesquisa, as técnicas escolhidas para coleta e análise dos dados, o ambiente e os sujeitos.

No capítulo 3, trabalhamos a trajetória da pessoa com deficiência (PcD), seus desafios, suas lutas e suas conquistas no decorrer da história, como ainda as diversas nomenclaturas e definições que ao longo do tempo foi dada a PcD. Esse capítulo teve o objetivo de conhecer a história dessas pessoas, bem como, esclarecer a dúvida da utilização da nomenclatura correta.

No capítulo 4, aborda-se como se deu a luta pelos direitos das Pessoas com deficiência e conhecemos os instrumentos legais internacionais e nacionais voltados aos direitos da PcD. Como ainda entender como se deu o acesso da PcD na escola e no Ensino Superior.

No capítulo 5, apresentamos como se dá o ingresso do aluno com deficiência na UFPB, bem como conhecemos os setores, serviços, programas voltados para a acessibilidade e inclusão desses alunos.

No capítulo 6, partimos para os conceitos de informação, desde o conceito mais amplo ao utilizado dentro da seara da Ciência da informação com o propósito de entender melhor qual o conceito que mais se encaixa a linha temática trabalhada, enfatizando o acesso à informação como um direito fundamental, como recurso para inclusão social e exercício do seu papel de cidadão.

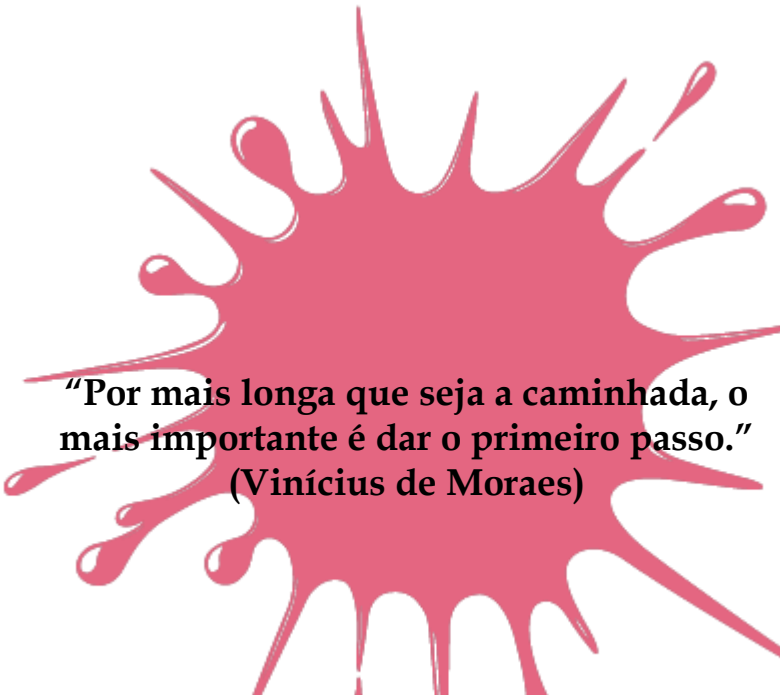
No capítulo 7, focamos o acesso à informação no contexto da Universidade, onde trabalhamos o acesso à informação como recurso para auxiliar na inclusão/permanência da PcD na Universidade.

No capítulo 8, apresentam-se as memórias individuais dos sujeitos da pesquisa.

No capítulo 9, é realizada a análise das narrativas dos sujeitos entrevistados, a partir dos eixos extraídos do roteiro de entrevista, à luz da literatura e da legislação.

Finalmente, no capítulo 10, são apresentadas as reflexões feitas a partir do que fora percebido durante a pesquisa. Em seguida, o leitor poderá encontrar as referências utilizadas durante o desenvolvimento desta escrita.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA



“Por mais longa que seja a caminhada, o mais importante é dar o primeiro passo.”
(Vinícius de Moraes)

2 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Minayo (2010) entende a metodologia como o envolvimento simultâneo da abordagem teórica, dos instrumentos utilizados bem como da experiência/sensibilidade do pesquisador sobre o tema pesquisado.

Neste capítulo são apresentados todos os procedimentos metodológicos e caminhos percorridos para execução da pesquisa.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Nossa pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Exploratória, por buscar aprofundamento e aproximação da temática abordada em livros, periódicos, base de dados, documentos normativos, entrevistas informais, etc. E descritiva, por apresentar dados descritivos dos sujeitos entrevistados entre outros dados.

A abordagem da pesquisa é do tipo qualitativa, por meio da qual buscamos responder a questões muito particulares pela perspectiva de Minayo (2010).

Minayo (2010, p.21) explica que a Pesquisa Qualitativa

> se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A pesquisa qualitativa na perspectiva de Minayo (2010) nos ajudou a entender melhor os fenômenos humanos, entendido pela autora como parte de uma realidade social, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantificáveis.

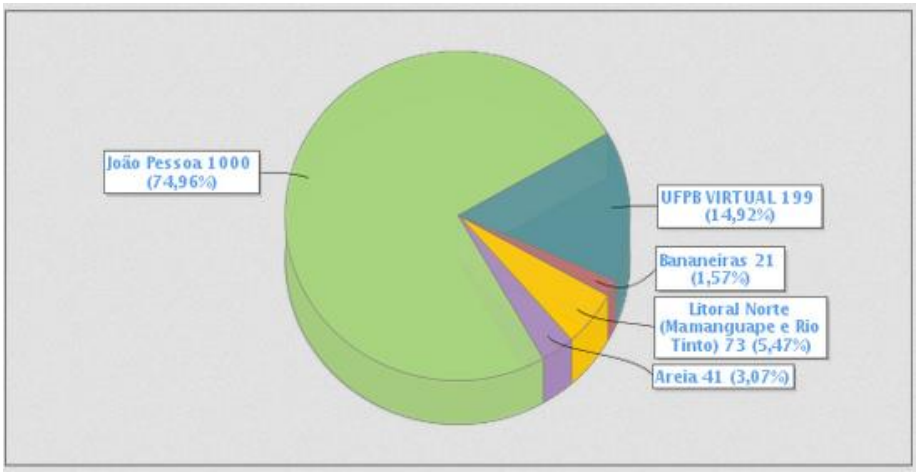
Vale ressaltar que, embora a natureza da pesquisa seja predominantemente qualitativa, em alguns momentos, utilizamos da natureza quantitativa para demonstrar dados quantitativos que entendemos como necessários para fins de contextualização e argumentação.

2.2 AMBIENTE DA PESQUISA

O local escolhido para realização da pesquisa foi a Universidade Federal da Paraíba. A escolha pela universidade em questão se deu principalmente pelo desejo de continuidade incitado pela exploração da temática na pesquisa realizada em 2013, fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Biblioteconomia, que retratou a temática da acessibilidade na Biblioteca Central da UFPB, Campus I. Como ainda por ter sido local de vivências e experiências não apenas como aluna de graduação mas também da pós-graduação, sendo usuária dos serviços da UFPB por, pelo menos, 6 anos.

Outrossim, a escolha se deu ainda pelo fato ser a maior Universidade do Estado da Paraíba e por possuir uma quantidade expressiva de alunos que possuem algum tipo de deficiência. Sobre esses dados, de acordo com o Superintendência de Tecnologia da informação (STI) da Universidade (UFPB-STI, 2016) existem aproximadamente 34.681 (trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um) alunos matriculados em todos os *Campi* da UFPB. Desse total, 1.334 (mil, trezentos e trinta e quatro) alunos matriculados declararam possuir alguma deficiência ou necessidade especial.

Figura 1- Gráfico de alunos com deficiência ou necessidades especiais da UFPB



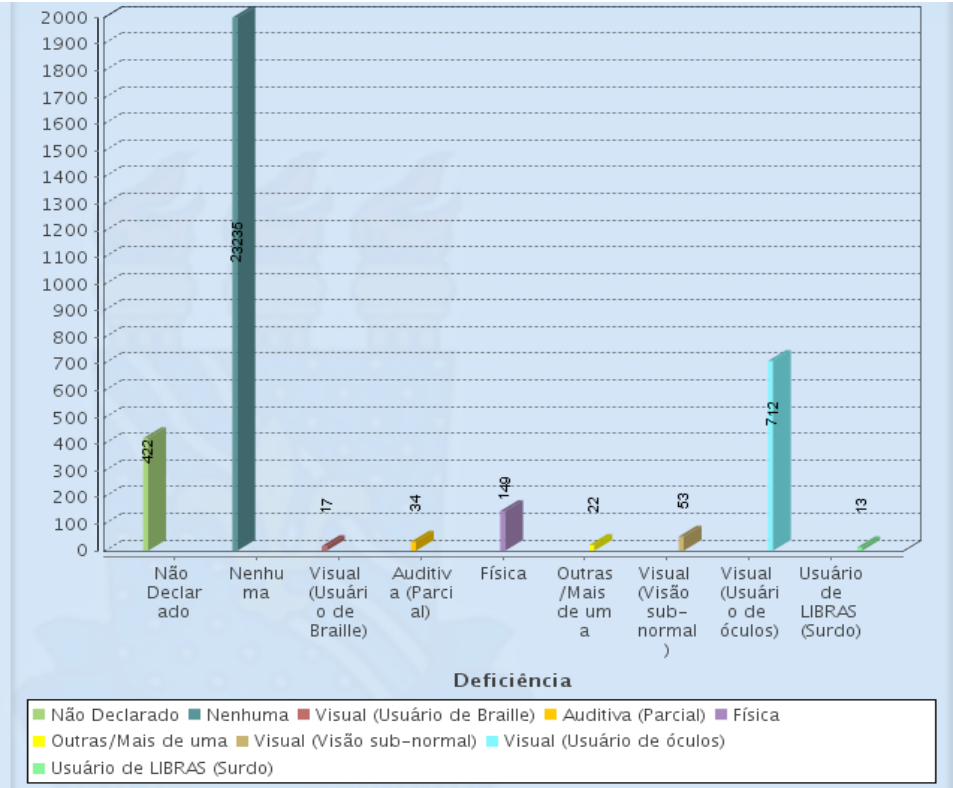
Fonte: STI, Mar./2016.

Vale ressaltar que nesse total de 1.334, estão incluídas as pessoas que declararam ser usuários de óculos. Ao desconsiderarmos estes da estatística, temos um número mais próximo do universo no qual pertencem os sujeitos desta pesquisa, o que denominamos de PcD, sendo então aproximadamente 450 alunos que possuem alguma deficiência.

No Campus de João Pessoa, existem atualmente 23.657 (vinte e três mil, seiscentos e cinquenta) alunos matriculados, onde 1.000 (mil) alunos matriculados declararam possuir alguma deficiência ou necessidade especial, incluindo declarantes que acusam apenas serem usuário de óculos. Ao retirar da estatística os alunos que são apenas usuários de óculos, esse total cai para aproximadamente 288 alunos com deficiência (AcD).

Pode-se observar na figura (3) a seguir, os tipos de deficiências/necessidades declaradas pelos alunos matriculados no Campus I da UFPB, quando verifica-se que a quantidade de pessoas que se declararam ser apenas usuário de óculos é substancialmente superior em relação às outras deficiências. Dentre as PcD, percebe-se ainda que existem mais alunos com deficiência física.

Figura 2 – Gráfico de alunos por tipo de deficiência/NE – Campus JP



Fonte: STI, Mar./2016.

Ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa, não trabalharemos com amostra e que esses dados quantitativos foram expostos neste trabalho para fins de contextualização e argumentação.

2.3 OS DOADORES DE MEMÓRIAS

Os sujeitos participantes dessa pesquisa, compreendido por nós como atores sociais, se constituem como parte fundamental para a execução desta escrita, uma vez que trabalhamos com base em suas memórias e nas experiências que esses sujeitos tiveram/estão tendo durante sua trajetória acadêmica na UFPB.

Os critérios de inclusão/exclusão escolhidos para determinar os sujeitos participantes deste estudo foram:

- Entrevistar os alunos que tenham alguma deficiência;
- Que estejam matriculados(as) em algum curso presencial da Universidade Federal da Paraíba, Campus I – João Pessoa;

- E que desejem participar desta pesquisa de forma voluntária.

Através da plataforma do Sistema de informações da UFPB, foi possível identificar a quantidade e tipos de deficiência por curso presencial no Campus João Pessoa da UFPB, como é mostrado no quadro 1.

Quadro 1- Quantidade de alunos com deficiência/NE por curso – Campus JP

	TIPO DA DEFICIÊNCIA/NECESSIDADE ESPECIAL							
Curso	**Visual (Braille)**	**Auditiva (parcial)**	**Física**	**Outra/Mais de uma**	**Visual (sub-normal)**	**Visual (óculos)**	**Surdo**	**Total**
Administração – noite		1	7		1	10	1	20
Administração – integral		1	3			11		15
Agroecologia		1			1	2		4
Arquitetura			2	1		1		4
Arquivologia			4	2		5		11
Artes visuais			1		1	3		5
Artes visuais (Bach)					1	3		4
Biblioteconomia		1	4		1	5		11
Biotecnologia			2	1	1	7		11
Ciências atuariais (Bach) – tarde			1	1	1	5		8
Ciências atuariais (Bach) – noite					2	5		7
Ciências biológicas (Bach)	1					18	3	22
Ciências biológicas (Lic) – integral			1		1	8	3	13
Ciências biológicas (Lic) – noite		2	1			2		5
Ciências contábeis – integral			2		1	8		11
Ciências contábeis – noite			3	1				4
Ciências da computação – integral			4			24	1	29

Ciências das religiões (Bach) – noite			2			3		5
Ciências das religiões (Lic) – tarde						4		4
Ciências das religiões (Lic) – noite						1		1
Ciências econômicas – noite		2	1			5		8
Ciências econômicas – integral		1			2	6		9
Ciências Sociais (Bach) – integral					1	8		9
Ciências sociais (Lic) -			2	2	1	4		9
Cinema e audiovisual – integral						2		2
Comunicação em mídias digitais – tarde				1	1	14		16
Com. Social (Jornalismo)						2		2
Com. Social (radicalismo)			1			3		4
Com. Social (Rel. Públicas))		1				2		3
Dança (Lic)						1		1
Direito – noite			6		2	12		20
Direito – integral	1		3			18		22
Ecologia (Bach)						4		4
Educação física (Bach)	1	1	1		1	6		10
Educação física (Lic)			1			7		8
Enfermagem		1	1			11		13
Enfermagem (Lic)						1		1
Engenharia ambiental		1	3		1	13		18
Engenharia civil		1	3		2	18		24
Engenharia de alimentos					2	5		7
Engenharia de computação			4		2	15		21
Engenharia de energias		2	1		1	10		14

renováveis								
Engenharia de materiais			2			3		5
Engenharia de produção		2			2	4	1	9
Engenharia de produção mecânica		1	2			3		6
Engenharia elétrica					2	15		17
Engenharia mecânica		4	1	1	3	32		41
Engenharia química		1	2	1		15	1	20
Estatística			1			6		7
Farmácia		2	1			7		10
Filosofia (Bach) – noite			1			9		10
Filosofia (Lic) – noite		1	1			4		6
Física (Bach) – integral			1			11		12
Física (Lic) – integral						2		2
Física (Lic) – noite			2		1	4		7
Fisioterapia	1		2		1	9		13
Fonoaudiologia	1		2		1	5		9
Gastronomia						1		1
Geografia (Bach) – integral			2			3		5
Geografia (Bach) – noite	1		1			4		6
Geografia (Lic) – noite						4	5	9
História (Lic. Plena) – noite			2			5		7
História (Lic. Plena) – integral		2	1			10		13
Hotelaria – integral			1		1	1	1	4
Jornalismo	1					3		4
Letras (Lic. em línguas clássicas)		1	2			3		6
Letras (Lic. em língua espanhola)			2	1		5		8

Letras (Lic. em língua francesa) – noite		1				2		3
Letras (Lic. em língua francesa) – noite			1					1
Letras (Lic. em língua inglesa) – integral			1	1		9		11
Letras (Lic. em língua inglesa) – noite			1			3		4
Letras (Lic. em língua portuguesa) – noite			2	1		6		9
Letras (Lic. em língua portuguesa) – integral	2		3		1	12		18
Letras (Lic./Português)			1			1		2
Línguas estrangeiras apl negócios intern.			1			8		9
Matemática (Bach) – integral						3		3
Matemática computacional			1			6		7
Matemática (Lic) – noite		1	1			3		5
Matemática (Lic) – integral						2		2
Medicina		1	4	3	1	40		49
Música (Bach - práticas interpretativas)				1				1
Música (Lic - práticas interpretativas)						4		4
Música popular						1		1
Nutrição			2			9		11
Odontologia	1	1	2		2	12		18
Pedagogia – tarde			1		1	2		4
Pedagogia – integral			1		1	4		6
Pedagogia – noite	1		5	1		10		17
Psicologia	2	1	3	1		17		24
Psicologia (Lic)						2		2

Psicopedagogia (Bach) – integral	2		1			5		8
Química (Bach)						5	1	6
Química industrial			1			3		4
Química (Lic) – integral			1			1		2
Química (Lic) – noite			1		1	4		6
Radialismo	2		1			4		7
Regência de bandas e fanfarra			1			1		2
Relações internacionais (Bach) – integral			1		1	11		13
Relações internacionais (Bach) – noite						4		4
Relações públicas – noite		1	2			2		5
Serviço social – noite					1	3		4
Serviço social – integral			3		1	10		14
Teatro (Bach)						4		4
Teatro (Lic)					3	2		5
Tecnologia de alimentos – noite		1			1	2		4
Tecnologia de alimentos – tarde			1					1
Tecnologia em gestão pública – tarde			3		1	4		8
Tecnologia em gestão pública – noite			3		1	1		5
Tecnologia em produção sucroalcooleira – tarde				1	1	1		3
Tecnologia em produção sucroalcooleira – noite			2					2
Terapia ocupacional			2			5		7
Tradução (Bach)			1			5		6
Turismo			1			7		8

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Dessa forma, verificou-se que atualmente existem alunos com deficiência ou necessidades especiais matriculados em todos os cursos presenciais da UFPB, aparecendo em todas as áreas do conhecimento, apresentando-se de maneira bem expressiva.

Acredita-se que possam existir mais pessoas com deficiência/necessidades especiais. Esse quadro revela apenas os alunos que declararam possuir ou não deficiência/necessidade especial no ato do cadastro da pré-matrícula para os cursos de graduação na modalidade presencial, de acordo com dados disponibilizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFPB, em sistema interno, o qual para se poder ter acesso se faz necessário possuir vínculo ativo na instituição.

É possível que o número de usuários que utilizam óculos seja maior do que o registrado, pois muitas vezes as pessoas não se declaram possuir necessidades especiais, acreditamos que isso ocorreu por falta de informação/conhecimento de que a necessidade de utilizar óculos se caracterize como uma necessidade especial.

Faz-se necessário refletir e observar sobre quais e como são elaborados esses tipos de perguntas no formulário de pré-matrícula, quando se questiona se existe algum campo que explique o que é e quais são os tipos de deficiências, necessidades especiais e de necessidades educacionais. Assim, apenas com base nas informações disponíveis, não foi possível identificar as principais necessidades educacionais desses alunos.

2.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os métodos escolhidos para coleta dos dados foram o método da pesquisa *Shadowing* (um método de pesquisa etnográfica) e o método da História oral temática.

2.4.1 Técnica de pesquisa *Shadowing*

O *Shadowing* traduzido para o português “acompanhamento” é visto como um método de pesquisa etnográfica. “É um método de pesquisa desenvolvido pela IDEO

(Empresa de Design e inovação) que busca através de uma observação intensa (por um período não tão curto de tempo) informações preciosas sobre contextos onde um produto está inserido".[2]

McDonald (2005) explica que *shadowing* consiste em uma técnica de pesquisa em que o pesquisador acompanha de perto um indivíduo/sujeito/grupo de uma organização/instituição por um determinado período de tempo que pode ser compreendido de um único dia a um mês.

Para entrar em campo, McDonald (2005) recomenda seguir alguns passos, são eles:

- conhecer as pessoas e o campo de estudos;
- utilizar um caderno de campo para as anotações;
- procurar efetuar uma descrição com riqueza de detalhes;
- fazer anotações ao final do dia para preservar os pensamentos e impressões;
- e registrar as conversas em gravadores de áudio para, posteriormente, transcrever e analisar os dados.

Escolhemos aliar essa técnica ao da História Oral Temática por acreditar que por meio da vivência e da observação, facilitará o entendimento do contexto no qual esses alunos vivem em seu cotidiano na UFPB.

2.4.2 História oral: coletando narrativas e transformando em memórias

Utilizou-se a História oral temática, quando, de acordo com Meihy e Holanda (2011), se escolhe perguntas que se refiram a um determinado tema e tem maior proximidade às entrevistas tradicionais, porém diferencia-se na apresentação de um conjunto de procedimentos das etapas.

Meihy e Holanda (2011) definem a História Oral enquanto a história do tempo presente que pode ser reconhecida como a história viva, um método que trabalha

[2]**Fonte:** http://www.ligiafascioni.com.br/wp-content/uploads/2011/05/aula3_metodos_pesquisa_etnografica.pdf

com a fonte oral e como resultado final do trabalho transforma-se em documento oral produzido e analisado por determinado conjunto de procedimentos.

Ainda na perspectiva de Meihy e Ribeiro (2011, p.12), a História oral (HO) é "um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistados"; ressaltando "que não se deve confundir história oral com entrevistas simples, isoladas, únicas e não gravadas".

Utilizador do método de História oral, Lanna Júnior (2010) diz que esta funciona como uma ferramenta qualitativa de produção de fontes, buscando a visão particular de processos coletivos.

Meihy e Ribeiro (2011) explicam que o que caracteriza a entrevista em história oral é a forma lógica que os processos são organizados através de um projeto inicial. Segundo os autores esse projeto deve funcionar como um mapa de pesquisa e que preveja:

> 1. planejamento da condução das gravações segundo indicações previamente feitas. 2.respeito aos procedimentos do gênero escolhido e adequado de história oral; 3.tratamento da passagem do código oral para o escrito, no caso da elaboração de um texto final para a pesquisa ou escritura de um livro; 4.conferência da gravação e validação; 5. autorização para o uso; 6. arquivamento e/ou eventual análise;
> 7. sempre que possível, publicação dos resultados em: catálogos, relatórios, textos de divulgação, sites, documentários em vídeo ou exames analíticos como dissertações ou teses. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 13).

De acordo com Meihy e Holanda (2011), são quatro os gêneros de História Oral, sendo eles: História oral de vida, História oral temática, Tradição oral e História oral testemunhal.

Sendo compreendidas da seguinte forma: a História oral de vida aborda a narrativa do conjunto de experiências vividas pelo entrevistado; a História oral temática, retrata um assunto/temática específica e preestabelecida; a tradição oral traz à tona discussões sobre os mitos e a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais baseadas nas referências do passado; e a

História oral testemunhal é caracterizada pela presença de uma situação traumática vivenciada, em que primeiramente as entrevistas são iniciadas pela HOV e a partir do trauma são direcionadas para o objetivo proposto. (MEIHY; HOLANDA, 2011)

Dentre os tipos de História Oral, utilizou-se da história oral híbrida, Meihy e Ribeiro (2011 p. 15) explicam as diferenças dos tipos de HO:

> A história oral instrumental cumpre suas funções no registro, trabalho de captação das entrevistas e da passagem do oral para o escrito, no arquivamento e disponibilidade pública, de acordo com acertos prévios feitos entre as partes. A história oral plena, também conhecida como história oral pura, por sua vez, é mais completa, entende a elaboração e análise das entrevistas. A história oral plena se realiza em si, isto é, depois de elaboradas as entrevistas, trançam-se análises de várias pessoas contidas em um mesmo projeto, ou seja, na combinação das narrativas formuladas pelas entrevistas que lhes garante em si autonomia e consistência analíticas. Mais do que história oral instrumental que apenas procede aos registros, a história oral plena exercita a análise fazendo as entrevistas dialogarem.
> A história oral híbrida difere-se da história oral instrumental por ir além do uso exclusivo das entrevistas, além das gravações, e por promover a mescla de análises derivadas das entrevistas cruzadas com outros documentos. Nesse caso somam-se às entrevistas a documentos cartoriais, memórias escritas, dados estatísticos, literatura, reportagens, produtos historiográficos. Essa alternativa corresponde a uma dimensão analítica que não se esgota na história oral plena.

O método da história oral prioriza o entendimento das trajetórias humanas através dos registros das narrações, como um recurso para reforçar ou não os argumentos. E ainda como procedimento metodológico que supera o aspecto técnico e indica método organizado de investigação e garante resultados que vão de encontro com os objetivos propostos. (MEIHY; HOLANDA, 2011).

Escolheu-se por utilizar esse método, pois após uma pesquisa exploratória verificou-se que o método tem sido bastante utilizado nas pesquisas que envolve a problematização de questões sociais contemporâneas existentes nos âmbitos educacionais. Assim, compreendemos esses âmbitos educacionais além de suas estruturas físicas, priorizando o entendimento de que são espaços de interação social e cultural, constituídos de relações humanizadas onde são compartilhados os diálogos, conflitos etc.

Nossa escolha justifica-se também pelo fato da História Oral privilegiar grupos sociais tidos como excluídos, parcelas minoritárias ou marginalizadas pela sociedade, tentando propor a partir de suas narrativas uma nova história e perspectiva.

Tratando-se de um estudo realizado sob a ótica da História Oral, fez-se necessário definir um projeto organizado da seguinte forma: tema, justificativa, definição da comunidade de destino, a colônia, a formação da rede, entrevista, transcrição, textualização, transcriação, conferência, uso e arquivamento do material empírico que foi produzido. (MEIHY, HOLANDA, 2011).

2.4.2.1 O registro da memória como recurso metodológico

O registro da memória vem sendo um recurso de coleta de dados bastante utilizado, mais especificamente, nas pesquisas de abordagem qualitativa e quando atreladas ao método da história oral tornam-se parte fundamental do processo.

Le Goff (2003, p. 423) fala que

> No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, como também às fases de transição da oralidade à escrita a que Jack Goody chama "a domesticação do pensamento selvagem".

As sociedades de memória oral são as que antecedem a invenção da escrita, nelas o conhecimento era transmitido de forma oral através das narrações, os indivíduos dessa sociedade recorriam basicamente a memória biológica para conservar os saberes. A memória e a tradição eram inscritas e preservadas nas mentes dos indivíduos e, assim, repassadas por gerações (LE GOFF, 2003).

Com o advento da escrita, a memória dos indivíduos passava agora a ter a função de registrar esses dados em suportes da época e não mais precisar reter para preservar. Para Le Goff (2003), com a escrita e a invenção da imprensa, a quantidade

de informações registradas aumentou consideravelmente, favorecendo a criação das instituições-memória, ou seja, os arquivos, bibliotecas e museus.

Para Atlan (1972, p. 461 apud LE GOFF, 2003, p.421),

> A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória.

Em uma breve consulta ao passado, percebe-se que numa época mais remota, a forma mais tradicional era através da escrita, esses registros foram de grande importância para a história da humanidade e suas relações. Atualmente, além da escrita e da oralidade, tem sido bastante utilizado as técnicas de capturar imagens, sejam ela a partir de fotografias ou filmagens.

Utiliza-se aqui, o conceito de memória como

> propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2003, p. 419)

Seguindo a perspectiva de Halbwachs (2006), a memória nos remete ao caráter psicológico, em que para lembrar de algo, é necessário que exista um ator e um acontecimento.

Para Le Goff (2003) e Halbwachs (2006), a memória pode ser individual ou coletiva. Para Halbwachs (2006), a memória individual não está isolada, ou seja, frequentemente toma como referência um ponto externo ao indivíduo. Para o autor, o funcionamento da memória individual não é possível sem "as palavras, as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente." (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Já a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural, isto é, engloba as memórias de um grupo, quando cada sujeito se identifica

com essas. (HALBWACHS, 2006). Nesse contexto, entende-se que a memória coletiva valoriza as relações comunitárias e sociais de um determinado grupo, fazendo com que essas memórias tenham mais força e poder de reconhecimento de suas lembranças.

"O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente a qual a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento." (LE GOFF, 2003, p. 422)

Entretanto, percebe-se que há uma relação intrínseca entre a memória individual e a coletiva, uma vez que não é possível recordar de lembranças de um determinado grupo com o qual a lembrança do sujeito não se identifica, ou seja, os testemunhos dos outros serão incapazes de reconstituir a lembrança (HALBWACHS, 2006).

E explica que

> para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

De acordo com Halbwachs (2006, p.29), "recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação."

Todavia, nossas lembranças podem ser lembradas por outras pessoas permanecendo coletivas, mesmo que se trate de eventos em que somente nós estivemos presentes e objetos vistos apenas por nós. (HALBWACHS, 2006). Ainda para o mesmo teórico:

> Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (idem, ibidem, p. 31)

Desse modo, não é necessário que haja um testemunho, no sentido literal da palavra, para que um acontecimento, uma lembrança seja confirmada ou recordada e perpetue na memória de uma sociedade.

Le Goff (2003, p. 469) diz que

> A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. [...] A memória é um elemento essencial do que se costuma identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Conclui falando que

> [...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela denominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2003, p. 470)

Nesse contexto, decidimos utilizar a técnica da história oral para coletar e registrar as memórias e, através das narrativas dos sujeitos participantes desta pesquisa, analisar e conhecer a sua trajetória acadêmica na UFPB.

Assim sendo, após a definição de tema, a justificativa, a escolha da comunidade e a definição dos colaboradores, fora feita a observação obedecendo a técnica de *shadowing* (acompanhamento) quando foram anotadas observações em um "Caderno de campo" (Apêndice B). Também fora realizado o acompanhamento dos alunos em sala de aula como ainda um breve acompanhamento de suas atividades interpessoais dentro do âmbito da UFPB.

O acompanhamento foi feito desde a chegada do aluno à Universidade até o término da aula ou de outra atividade. Em seguida, após a observação, em algum dia de escolha do entrevistado eram feitas as entrevistas ou, caso o entrevistado tivesse tempo livre, as entrevistas eram realizadas no mesmo dia da observação.

As entrevistas ocorreram no período de fevereiro a março de 2016. A escolha das datas obedeceu ao calendário acadêmico, visto que o período inicialmente escolhido fora inviabilizado devido ao período de greve que ocorreu no ano de 2015.

O processo de acompanhamento fora realizado de forma individual com o auxílio de um caderno de anotações. As entrevistas também foram realizadas de forma individual, deixando o entrevistado à vontade sobre a (não) presença de outras pessoas a sua escolha, como ainda apresentando-o toda documentação necessária para garantir a segurança dos dados que seriam coletados e informando os seus direitos assegurados.

Foi utilizado aparelho gravador de áudio e uma câmera fotográfica/filmadora, com o consentimento dos entrevistados. Os entrevistados foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A); a via original do termo ficou com a pesquisadora e uma cópia foi entregue ao entrevistado, neste constavam os objetivos do trabalho, o método utilizado e o posicionamento ético adotado a partir da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que trata da pesquisa envolvendo seres humanos e ainda a identificação do Programa de Pós-Graduação e da professora orientadora.

Os locais para realização das entrevistas foram escolhidos em comum acordo com os entrevistados. Estes foram informados que poderiam desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de represália, sendo garantido ainda que a publicação da entrevista só acontecesse mediante a assinatura da carta de cessão (Anexo B).

As entrevistas realizadas para este trabalho foram de caráter temático, com foco no acesso à informação no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. Todavia, todas as entrevistas contaram com uma pequena parte de história de vida dos contemplava questões sobre a história de vida, o acesso do aluno à Universidade até o tema da pesquisa, no caso, o acesso à informação.

No decorrer de algumas entrevistas, percebemos que os entrevistados sentiram a necessidade de falar um pouco de suas experiências, trajetória de vida, em especial, trajetória acadêmica extra-universidade. Em alguns momentos os sentimentos afloraram: momentos de fortes emoções, sorrisos, silêncios nitidamente

emotivos, pausas para reflexão foram captadas, esses sentimentos contextualizam passados de grandes lutas e desafios constantes.

Meihy e Holanda (2011) explicam que esse diálogo é permitido, uma vez que a construção da narrativa não dever ser algo mecânico.

Ao final foi feita a conferência e ao entrevistado foi assegurado o direito de realizar correções ou alterações que lhe conviessem, podendo adicionar informações ou vetar alguma já transcrita, ao final da conferência, quando o entrevistado concordava com tudo escrito, assinava a carta de cessão - que é um instrumento que valida a legalidade do uso da entrevista. Foram indagados se concordavam em manter o nome civil nas entrevistas, todos os participantes autorizaram.

2.5 METODOLOGIA PARA ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO

A metodologia utilizada para análise dos dados empíricos foi a "análise de conteúdo temática" na perspectiva de Minayo (2010). A autora divide essa análise em três etapas, a saber: Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados/interferência/interpretação, a saber:

Quadro 2 – Trajetória da Análise de Conteúdo Temática

ETAPA	PROCESSO	OBJETIVO
Pré-análise	Leitura compreensiva do conjunto do material selecionado, de forma exaustiva. (Leitura exaustiva das transcriações das entrevistas.)	a) Ter uma visão de conjunto; b) apreender particularidades do conjunto do material; c) elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para a análise e a interpretação do material; d) escolher formas de classificação inicial; e) determinar os conceitos teóricos que orientarão a análise.
Exploração do material	Análise propriamente dita. (Definição dos eixos)	a) Distribuir trechos, frases ou fragmentos de cada texto; b) fazer uma leitura dialogando com as partes dos textos da análise; em cada classe; c) identificar, através de inferências, os núcleos de sentido apontados pelas partes dos textos; d) dialogar os núcleos de sentido com os pressupostos iniciais e se necessário realizar outros pressupostos; e) analisar os diferentes núcleos de sentido presentes nas várias classes do esquema de classificação para buscar temáticas mais amplas ou eixos em torno do quais podem ser discutidas as diferentes partes dos textos analisados; f) reagrupar as partes dos textos por temas encontrados; g) elaborar uma redação por tema, de modo a dar conta dos sentidos dos textos e de sua articulação com os conceitos teóricos que orientam a análise. Nessa redação podemos entremear

		partes dos textos de análise com nossas conclusões, dados de outros estudos e conceitos teóricos.
Tratamento dos resultados obtidos e intepretações	Análise e interpretação dos conteúdos. (Estabeleceu-se articulação entre os conceitos e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo aos objetivos da pesquisa.)	Criar discussões, interpretações e analisar para atingir o objetivo proposto.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Minayo (2010).

A análise dos dados foi realizada tendo por base as memórias individuais e coletivas dos alunos entrevistados. Assim, estabeleceu-se os seguintes eixos temáticos: o caminho até a educação; a pessoa com deficiência vai para universidade; UFPB: vivendo com as dificuldades e superando os desafios; o acesso à informação na UFPB; o papel da informação; pontos para inclusão; lembranças que deixaram marcas.

Para cada categoria foi iniciada uma discussão e reflexão a respeito do tema que cada uma aborda, com o auxílio do referencial teórico e comparando com as narrativas dos entrevistados.

Desse modo, tomando por base o ciclo da pesquisa construído por Minayo (2010), é possível verificar, a partir do quadro 3, como a pesquisa foi executada.

Quadro 3 - Fases da pesquisa

FASES	DEFINIÇÃO (MINAYO, 2010, p.26/27)	AÇÕES
Fase exploratória (1)	Produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo.	Delimitação do objeto/sujeitos; levantamento bibliográfico e documental; definição dos procedimentos metodológicos; definição do cronograma;
Trabalho de campo (2)	Levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa.	vivência através da técnica de *Shadowing;* coleta dos dados (entrevista utilizando a História Oral);

Análise e tratamento do material empírico e documental (3)	Conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto ou com outras leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo.	Transcrição das entrevistas; ordenação das entrevistas; categorização e classificação dos sentimentos, dificuldades, soluções; reflexões e análises finais.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de (MINAYO, 2010).

Na fase exploratória, delimitou-se o objeto, os sujeitos da pesquisa, os procedimentos metodológicos, fora feita a delimitação do cronograma, bem como fora feito o levantamento bibliográfico através da busca em documentos, livros, periódicos, dissertações e teses que abordassem os seguintes temas: inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior; tipos de deficiência; contexto histórico e luta das pessoas com deficiência; normas, legislações destinadas às pessoas com deficiência; conceitos de informação; o acesso à informação; História oral temática; memória individual e coletiva.

Na fase seguinte, o trabalho de campo, foi utilizada a técnica de *Shadowing* como forma de observar e vivenciar as experiências cotidianas dos alunos que possuem alguma deficiência dentro da UFPB, essa observação, na maioria das vezes, se deu desde a chegada do aluno à Universidade até o fim de sua aula ou de suas atividades desenvolvidas dentro da UFPB.

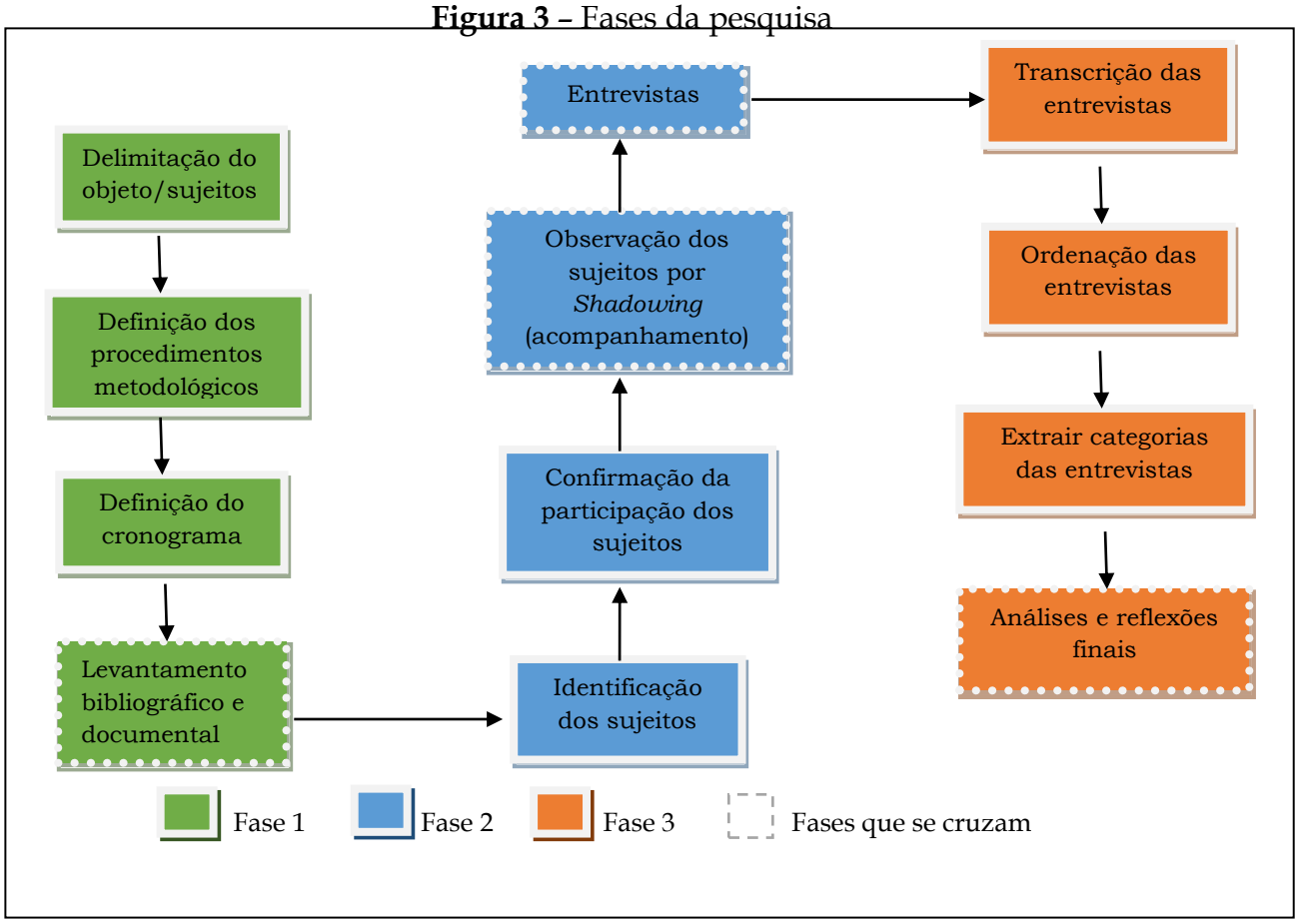
Após a observação, foram delimitados os temas que foram abordados nas entrevistas aplicadas com as técnicas da História Oral temática, utilizando como auxílio: um gravador e uma filmadora.

Na última fase, a de análise e tratamento do material empírico e documental, foram realizadas as transcrições "*ipsis litteris*" das entrevistas, e em seguida decidido a forma que seriam identificados os sujeitos e a ordenação das entrevistas. Ressalta-se que todas as entrevistas após serem transcritas, foram enviadas aos entrevistados para que os mesmos pudessem aprovar a transcrição.

Após a ordenação, analisamos a questão do acesso à informação na UFPB, através da extração de categorias e conceitos das entrevistas, foram separados os trechos que identificamos os sentimentos, as dificuldades e possíveis soluções

sugeridas pelos sujeitos e, por último, as reflexões e análises finais baseando-se na abordagem teórica, da coleta dos dados e das experiências vividas pela pesquisadora.

Figura 3 – Fases da pesquisa

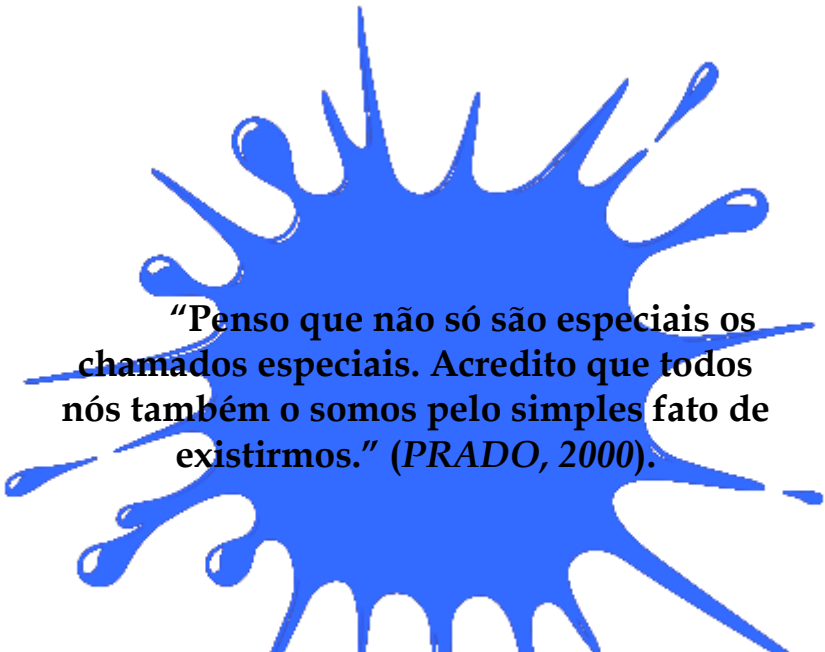


Fonte: Elaboração própria, 2015.

É na fase (3) que foram construídas reflexões e considerações a partir do cruzamento entre a fundamentação teórica (fase 1) com as interpretações das entrevistas coletadas (fase 2).

3

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA: desafios, lutas e conquistas



"Penso que não só são especiais os chamados especiais. Acredito que todos nós também o somos pelo simples fato de existirmos." (*PRADO, 2000*).

3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA: desafios, lutas e conquistas

Muito antes do Egito antigo, as pessoas com deficiência sentem e conhecem de perto a exclusão, uma vez que as principais atividades produtivas eram a agricultura e o comércio, entre outras atividades que demandavam esforço físico, Acredita-se que isso pode ter funcionado como uma razão para a exclusão de muitos deficientes.

Durante o período colonial, apesar de no Brasil não existirem grandes instituições de internação para pessoas com deficiência, usavam-se práticas isoladas de exclusão, que se configuravam pelo confinamento pela família das pessoas com deficiência e, em caso de desordem pública, recolhidas às Santas Casas ou às prisões. (LANNA JÚNIOR, 2010)

A história da pessoa com deficiência é marcada por muitos desafios, sendo o pior deles o preconceito, observando-se sempre uma história com muitos episódios de lutas que tinha como propósito maior: o exercício de cidadania.

As relações humanas, são historicamente registradas por obras de romance e obviamente nos registros históricos da humanidade, entretanto, percebe-se uma imensa lacuna, no tocante aos registros objetivos acerca de fatos ou obras que retratem o cotidiano ou até mesmo estudos que tivessem como objeto a pessoa com deficiência.

Contudo, podemos perceber na literatura grega a presença de pessoas com deficiência citadas como personagem, pois, de acordo com Gugel (2011, s.p.)

> Dentre os poetas gregos o mais famoso é Homero que, pelos relatos, era cego e teria vivido em época anterior a VII a.C.. Escreveu os belos poemas de Ilíada e Odisséia. Em Ilíada, Homero criou o personagem de Hefesto, o ferreiro divino. Seguindo os parâmetros da mitologia, Hefesto ao nascer é rejeitado pela mãe Hera por ter uma das pernas atrofiadas. Zeus em sua ira o atira fora do Olimpo. Em Lemnos, na Terra entre os homens, Hefesto compensou sua deficiência física e mostrou suas altas habilidades em metalurgia e artes manuais. Casou-se com Afrodite e Atena.

Notamos certa tentativa de se criar métodos de suprir a cegueira como limitação para a leitura, Gugel (2011, s.p.) cita ainda que

> Em Alexandria foi criada a primeira universidade de estudos filosóficos e teológicos de grandes mestres. Dentre eles, Dídimo, o Cego, conhecia e recitava a Bíblia de cor. No período em que começava a ler e escrever aos cinco anos de idade, Dídimo perdeu a visão mas, continuou seus estudos, tendo ele próprio gravado o alfabeto em madeira para utilizar o tato.

Assim, verifica-se que a forma precursora da escrita/sistema Braille vinha sendo utilizada de longa data.

Na Antiguidade, Aranha (2005) esclarece que a organização sociopolítica e econômica se baseava exclusivamente na produção agrícola e se fundamentava no poder absoluto, quando a nobreza usufruía da produção do *populacho*, que eram considerados sub humanos.

Nesse contexto, a pessoa "com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral." (ARANHA, 2005, p.7)

Aranha (2005, p.7) citando Kanner (1964, p.5) afirma que "a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes".

A bíblia cristã nos oferece uma visão simples mas que comprova o óbvio, as pessoas com deficiência sempre estiveram presentes na história da humanidade. Em várias passagens bíblicas, a pessoa com deficiência é citada como meio de exemplificar a prática do bem, como por exemplo, em Isaias 35:5-6 "Então os olhos dos cegos serão abertos, e os ouvidos dos surdos se abrirão; então os coxos saltarão como cervos, e a língua dos mudos cantará; porque águas arrebentarão no deserto e ribeiros no ermo" (BÍBLIA)

Contudo, as referências sociais que a Bíblia faz às pessoas com deficiência trata "a maioria dos quais sendo pedintes ou rejeitados pela comunidade, seja pelo medo de doença, seja porque se pensava que eram amaldiçoados pelos deuses" (ARANHA, 2005, p.7).

Ainda nesse contexto de interpretar a deficiência como um castigo divino, de acordo com Fernandes, Shlesene e Mosquera (2011, p. 134) citando Gugel (2007), no tocante a identificação de uma deficiência em um recém-nascido, afirmam que "há

relatos de pais que abandonavam as crianças dentro de cestos ou outros lugares considerados sagrados. Os que sobreviviam eram explorados nas cidades ou tornavam-se atrações de circos".

De acordo com Aranha (2005, p. 135) "foi a partir do século IV que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e indivíduos com deficiência", tal iniciativa seria um reflexo da campanha da Igreja Católica no império romano, no combate a prática de eliminação dos filhos nascidos com deficiência, uma prática aparentemente comum para a época.

Resumidamente, porém de forma ampla, Aranha (2005, p.11) citando Pessotti (1984, p. 5-6) afirma que

> na Antiguidade a pessoa diferente não era sequer considerada ser humano, no período medieval, a concepção de deficiência passou a ser metafísica, de natureza religiosa, sendo a pessoa com deficiência considerada ora demoníaca, ora possuída pelo demônio, ora "expiador de culpas alheias, ou um aplacador da cólera divina a receber, em lugar da aldeia, a vingança celeste, como um para-raios..."

Do Século XVI em diante, talvez pelo fato do avanço das ciências médicas e sociais ou simplesmente pela humanização da visão social, percebe-se uma mudança na forma em que a deficiência é tratada na literatura, tendo como talvez um dos principais ícones dentre personagens literários uma pessoa com deficiência, o personagem Quasídomo, do clássico Notre-Dame de Paris que, após tradução em 1833 para língua inglesa, se popularizou com o título *O corcunda de Notre-Dame*, do escritor Victor Hugo. A obra descreve o personagem principal como sendo um homem coxo e deformado.

Com o surgimento da tese da organicidade, que "defende que as deficiências são causadas por fatores naturais e não por fatores espirituais, transcendentais." (ARANHA, 2005, p.13), ampliou-se a compreensão da deficiência como processo natural e se deu o início às ações de tratamento médico para as pessoas com deficiência, constituindo-se também a tese do desenvolvimento por meio da estimulação que Aranha assinala como fator de encaminhamento, mesmo que lentamente, para ações de ensino que só iriam se definir a partir do Século XVII.

No Brasil, os registros mais antigos localizados dão conta de que o atendimento a pessoa com deficiência teve seu marco com a criação do Decreto n° 82, de 18 de julho de 184 que determinou a fundação do primeiro hospital "destinado privativamente para o tratamento de alienados", o Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro. (LANNA JÚNIOR, 2010)

Outro registro, é o Imperial Instituto dos meninos cegos, na cidade do Rio de Janeiro, pelo imperador Dom Pedro II, em 1854, pelo Decreto Imperial n. 1.428. Em 1891, o Instituto muda seu nome para Instituto Benjamin Constant em homenagem ao seu terceiro diretor (LANNA JÚNIOR, 2010).

Em meados do século XIX, por iniciativa do surdo francês E. Huet, é criado o Collégio Nacional para surdos-mudos de ambos os sexos. Huet apresentava vasto conhecimento na educação de pessoas surdas para a época, pois fora diretor do Instituto de surdos-mudos de Bouges na França. Por volta de 1855, Huet apresenta um relatório ao Imperador D. Pedro II que em 1857, também na cidade do Rio de Janeiro, funda o Instituto dos Meninos Surdos, atualmente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Até a primeira metade do Século XX, o Estado não promoveu novas ações para as pessoas com deficiência, apenas expandiu de forma lenta e modesta os institutos de surdos e cegos para outras cidades.

Contudo foi a partir do século XX que surgiram avanços importantes para as pessoas com deficiência, sobretudo, em relação às tecnologias assistivas/ajudas técnicas, quando os instrumentos/recursos que já vinham sendo utilizados durante anos, como a cadeira de rodas, as bengalas, sistema de ensino inclusivo, dentre outros foram se aperfeiçoando (GUGEL, 2011).

E ainda no Século XX, de acordo com Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011, p. 139) foi

> [...] os indivíduos com deficiência começaram a ser considerados cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade[...] com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciam-se os primeiros movimentos organizados por familiares desses indivíduos. Esses movimentos eram norteados pelas críticas e a discriminação.

O que se verifica então, é que desde do Século XX em diante, o cenário de como a pessoa com deficiência era vista e tratada vem mudando de forma positiva. Apesar de lentamente, a Sociedade tem aceitado e respeitado cada vez mais a pessoa com deficiência como 'ser atuante' e que pode contribuir e muito para o desenvolvimento desta.

Muitos foram os desafios enfrentados, principalmente no tocante ao preconceito e ao estigma de que a pessoa com deficiência era um 'fardo', como visto, um grande problema. Outro grande desafio enfrentado durante séculos, que podemos citar é em relação ao uso correto da nomenclatura, tanto para designar uma pessoa com deficiência como para tratar a própria deficiência.

No próximo tópico, esclareceremos sobre a utilização de cada uma dessas nomenclaturas e definições que foram dadas e utilizadas para tratar as pessoas com deficiência, bem como apresentaremos as especificações para cada tipo de deficiência.

3.1 DEFICIÊNCIAS, NECESSIDADES ESPECIAIS E NECESSIDADES EDUCACIONAIS: entendendo e aceitando as 'diferenças'

Durante a história da civilização e com o passar dos anos, muitas foram as nomenclaturas dadas e utilizadas para designar as pessoas com deficiência, o que levanta muitos questionamentos e dúvidas ainda hoje, de como e qual a maneira correta de tratar e chamar uma pessoa que possui uma ou várias deficiências.

Será que essa pessoa é deficiente, tem uma necessidade especial ou uma necessidade educacional especial? É surdo-mudo? É paralisia cerebral?

Essas e muitas outras dúvidas são geradas em detrimento a existência de todas as discussões existentes que tem por objetivo encontrar uma nomenclatura que se diga menos pejorativa, que seja livre de preconceitos e discriminação.

De acordo com Santiago (2009), faz- se necessário entender e delimitar o conceito da pessoa com deficiência. A autora explana que se tem utilizado várias expressões diferentes para se referir a essas pessoas.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada no Brasil em 2008, diz que pessoa com

deficiência é aquela "que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade e com as demais pessoas." (BRASIL, 2008)

Santiago (2009, p. 117) fala que

> [...] é importante destacar que a expressão 'pessoa com deficiência' é relativamente nova no cenário acadêmico. Por muito tempo expressões como 'anormais', 'alienados', 'idiotas', 'imbecis', 'retardados', 'excepcionais', etc., foram amplamente aceitas e utilizadas sempre que se fazia referência àqueles que portavam algum tipo de marca ou diferença corporal ou mental.

É possível encontrar registros desde a antiguidade mais remota, quando em vários momentos são feitas referências às pessoas que possuíam alguma deformidade. Existia também a confusão entre doença e deficiência e só com o passar dos anos, com o avanço da ciência e o aumento da quantidade de pesquisas na área é que foi possível fazer a distinção entre esses dois termos. (SANTIAGO, 2009).

Sassaki (2005, p. 1) explica ainda que é importante deixar claro

> [...] que jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.

Corroborando com este pensamento, afirmamos ainda que a utilização de cada nomenclatura irá depender do contexto que se está utilizando aquele determinado termo, tratando-se também de uma questão de adequação.

Por meio de um quadro, elaborado a partir de uma adaptação do quadro de Sassaki (2005; 2010), é possível visualizar de forma mais clara e objetiva a mudança na utilização dos termos que durante os séculos foram sendo utilizados para definir as pessoas com deficiência.

Quadro 4 – Trajetória das nomenclaturas e definições à PcD

ÉPOCA	TERMOS E CONCEITOS	VALOR DA PESSOA
Durante vários	Termo significava "indivíduos sem valor". Em pleno século 20, ainda se	Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso

séculos **"Os inválidos"**	utilizava este termo, embora já sem nenhum sentido pejorativo.	morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional. Continuação
Séc. 20 até 1960 **"Os incapacitados"** **"Os incapazes"**	Termo significava, de início, "indivíduos sem capacidade" e, mais tarde, evoluiu e passou a significar "indivíduos com capacidade residual".	Foi um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida. Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.
1950 até 1980 **"Os excepcionais"** **"Os defeituosos"** **"Os deficientes"**	Na década de 50, surgiram as primeiras unidades de Associação de Pais e amigos dos Excepcionais – APAE. Termo "Os excepcionais" significava "indivíduos com deficiência intelectual". "Os defeituosos" - Termo significava "indivíduos com deformidade" (principalmente física). "Os deficientes" - termo significava "indivíduos com deficiência" física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade.	A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si, sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria. Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão substituída por "pessoas com altas habilidades". O movimento mostrou que o termo "os excepcionais" não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência intelectual, pois as pessoas com superdotação também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.
1981 até 1987 **"Pessoas deficientes"**	Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo "deficientes" (como em "os deficientes") passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo "pessoas". A partir de 1981, nunca mais se utilizou a palavra "indivíduos" para se referir às pessoas com deficiência.	Foi atribuído o valor "pessoas" àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país.
1988 até 1993 **"Pessoas portadoras de deficiência"**	Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo "pessoas deficientes". Pela lei do menor esforço, logo reduziram este termo para "portadores de deficiência"	Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo "pessoa deficiente", alegando que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável pra eles. O "portar uma deficiência" passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa.

1990 **"Pessoas com necessidades especiais"** **"Pessoas especiais"** **"Crianças especiais"** **"Alunos especiais"** **"Pacientes especiais"** **...**	O termo surgiu primeiramente para substituir "deficiência" por "necessidades especiais", daí a expressão "portadores de necessidades especiais". Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome "pessoas com deficiência". De início, "necessidades especiais" representava apenas um novo termo. O termo "pessoas especiais" surgiu como uma forma reduzida da expressão "pessoas com necessidades especiais".	De início, "necessidades especiais" representava apenas um novo termo. Depois, com a vigência da Resolução n° 2, "necessidades especiais" passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas. O adjetivo "especiais" permanece como uma simples palavra, sem agregar valor diferenciado às pessoas com deficiência. O "especial" não é qualificativo exclusivo das pessoas que tem deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.
1994 **"Pessoas com deficiência" e "sem deficiência" com "necessidades educacionais especiais"**	A declaração de Salamanca preconiza a ideia de educação inclusiva para todos, tendo ou não uma deficiência. Pessoas com ou sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva.	O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do empoderamento.
2000 até HOJE **"Pessoas com deficiência"**	Passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que, no maior evento ("Encontrão") das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são "portadoras de deficiência" e que não querem ser chamadas com tal nome.	Os valores agregados às pessoas com deficiência são o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.
2002 **"Portadores de direitos especiais"**	O Frei Betto escreveu no jornal O Estado de S.Paulo um artigo em que propõe o termo "portadores de direitos especiais" e a sigla PODE. O termo e a sigla apresentaram problemas que inviabilizaram a sua adoção em substituição a qualquer outro termo para designar pessoas que têm deficiência. O termo "portadores" já vem sendo questionado por sua alusão a "carregadores", pessoas que "portam" (levam) uma deficiência. E o termo "direitos especiais" é contraditório, visto que as pessoas com deficiência exigem direitos iguais.	Não há valor agregado com a adoção deste termo.
2009	Em um debate virtual ocorrido em abril de 2009, um dos participantes propôs o uso da expressão "pessoa com diferença funcional" em substituição ao termo "pessoa com	Não há valor agregado com a adoção deste termo.

"Pessoa com diferença funcional"	deficiência", alegando ele que a palavra 'deficiência' era pejorativa, porém, a propositura não foi bem sucedida.	

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Sassaki, 2005; 2010.

Ao final, os movimentos mundiais, incluindo os do Brasil, escolheram o termo "Pessoas com deficiência", esse termo faz parte do texto da "Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das pessoas com deficiência", promulgada em 30 de março de 2007.

Campos (2006 apud SASSAKI, 2010) explica o surgimento de tantas nomenclaturas. Em resumo a autora fala que

> São muitas as terminologias e os conceitos que passaram a circular no mundo em virtude daquele conjunto de opções que visam, ao fim e ao cabo, incluir aquelas pessoas tidas como excluídas da sociedade. Tais terminologias e conceitos foram e são criados, provavelmente, com a intenção de amenizar as denominações negativas que quase invariavelmente se apresentam ao falarmos ou pensarmos em uma pessoa com deficiência. (...) De modo geral, pode-se dizer que todas elas [família, escola, saúde etc.] pretendem, mediante a proposição de novos termos e conceitos, apresentar aqueles que poderiam ser, muito provavelmente, menos excludentes (carregados de preconceitos em relação às diferenças daquelas pessoas com algum tipo de deficiência). (CAMPOS, 2006 apud SASSAKI, 2010, p. 1).

Porém, todos esses debates, embates, movimentos foram necessários para que pudéssemos ter a realidade que vivemos hoje, quando foi criada uma nova perspectiva sobre a deficiência, a perspectiva da do modelo social, como explica:

> É possível afirmar que o esforço do movimento nos últimos trinta anos foi, principalmente, de refinar conceitos e mudar paradigmas, criando uma base sólida para a construção de uma nova perspectiva sobre a deficiência. As atitudes, suposições e percepções a respeito da deficiência passaram de um modelo caritativo para um modelo social. No modelo caritativo, inaugurado com o fortalecimento do cristianismo ao longo da Idade Média, a deficiência é considerada um déficit e as pessoas com deficiência são dignas de pena por serem vítimas da própria incapacidade. [...] O modelo social defendido pelo Movimento das Pessoas com Deficiência é o grande avanço das últimas décadas. Nele, a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas. [...] (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 14)

Observa-se que foram muitas as terminologias, suas definições e o contexto histórico no qual esses termos foram/são aplicados. Passou-se um longo período de tempo para que a pessoa com deficiência começasse a ser respeitada e tratada como um cidadão que pode e deve exercer seus direitos como qualquer outra pessoa.

E que embora o termo que mais apropriado para ser utilizando no contexto em que a sociedade vive hoje é o da "pessoa com deficiência", ainda existem pessoas que ainda usam os outros termos que acabaram persistindo no tempo e na memória coletiva da sociedade.

Vale ressaltar que essas são nomenclaturas que surgiram do coletivo e foram incorporados às políticas de Estado, contudo, existem as nomenclaturas que são geradas pelos vínculos imaginários e culturais, como por exemplo: cego, surdo-mudo, mongol, que no nordeste brasileiro que mais pronunciado como "mongoloide", etc.

Dessa forma, é preciso entender a diferença entre os termos e passar a utilizar os termos corretos. Sabendo-se que a PcD é aquela que apresenta alguma deficiência motora, sensorial, mental/intelectual ou múltipla que o impeça de realizar determinada atividade sem um recurso ou ajuda técnica.

Sobre as necessidades especiais, pode-se dizer que, abrangem uma enorme quantidade de questões e situações, que podem incluir ou não as deficiências. Sassaki (2010, p. 01) explica que "as necessidades especiais não são exclusivas de pessoas que têm deficiência. Mas, a deficiência pode ser uma das causas determinantes de necessidades especiais."

Para compreender melhor, é possível citar alguns casos:

> (a) Se uma pessoa tem pernas mecânicas e utiliza bengalas, as calçadas esburacadas e os pisos derrapantes podem causar necessidade especial para esta pessoa circular por essas ruas sem correr risco de levar um tombo.
> (b) Se uma pessoa anda em cadeira de rodas, o meio-fio sem rampa e as escadarias podem causar necessidade especial para esta pessoa locomover-se nessas ruas.
> (c) Se uma pessoa é cega, a falta de livros em braile pode causar necessidade especial para esta pessoa tomar conhecimento de textos em geral.
> (d) Se uma pessoa é surda, a ausência de alguém que domine o uso da língua de sinais pode causar necessidade especial para ela tomar

> conhecimento do que as outras pessoas estão falando [...]. (SASSAKI, 2010, p. 2).

É importante ressaltar que muitas pessoas que não possuem deficiências, podem deparar-se com necessidades especiais, são exemplos de pessoas sem deficiência e que possuem necessidades especiais: indígenas frequentando escolas comuns, pessoas com HIV, pessoas com câncer e etc. (SASSAKI, 2010.)

Já as necessidades educacionais especiais ou necessidades educativas especiais (NEE) é uma necessidade especial mais específica, a nomenclatura é utilizada dentro de contextos escolares ou acadêmicos.

No ambiente escolar, chamam-se "necessidades educacionais especiais" (para ler, escrever, desenhar, pintar, entender textos etc.)." (SASSAKI, 2010, p. 3). São exemplos de necessidades educacionais: dificuldades de aprendizagem e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Assim como a NEE existem outras necessidades específicas no trabalho (necessidades profissionais especiais), na recreação/lazer/turismo (necessidades recreacionais especiais) e etc., a utilização dos termos dependerá apenas do contexto no qual ele estará sendo utilizado.

Ainda sobre as deficiências, faz-se necessário explanar sobre os determinados tipos de cada deficiência como ainda desmistificar as expressões que com o passar do tempo ficaram culturalmente enraizadas na sociedade.

Na legislação brasileira, representada pelo Decreto nº 5.296/2004, os tipos de deficiência estão categorizados como: deficiência física, auditiva, visual, mental/intelectual e múltipla. (BRASIL, 2004)

Nos próximos tópicos, especificaremos os tipos de deficiências existentes.

3.1.1 Deficiência física

Caracteriza-se deficiência física, uma "alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física" (BRASIL, 2004).

Podemos considerar como deficiência física: a paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, a Deficiência motora de origem cerebral (DMOC) mais conhecida como paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, com exceção das deformidades estéticas e as que não apresentam/produzem dificuldades de funções.

Quadro 5 – Tipos de deficiência motora

Tipo	Características
Paraplegia	Quando os membros inferiores são paralisados, total ou parcialmente.
Paraparesia	Quando uma pessoa tem uma paralisia parcial de um nervo ou músculo dos membros inferiores, ou seja, que não perderam completamente a sensibilidade e o movimento.
Monoplegia	Quando apenas um membro do corpo é paralisado.
Monoparesia	Quando uma pessoa tem uma paralisia parcial de um nervo ou músculo de um só membro, ou seja, que não perdeu completamente a sensibilidade e o movimento.
Tetraplegia	Quando a pessoa possui paralisia total ou parcial da metade inferior do corpo, comprometendo as funções dos braços e das pernas.
Tetraparesia	Quando uma pessoa tem uma paralisia parcial de um nervo ou músculo dos quatro membros, ou seja, que não perderam completamente a sensibilidade e o movimento.
Triplegia	Quando uma pessoa tem três membros paralisados, geralmente as duas pernas e um braço.
Triparesia	Quando uma pessoa tem uma paralisia parcial de um nervo ou músculo de três membros, ou seja, que não perderam completamente a sensibilidade e o movimento.
Hemiplegia	Quando ambos os membros de um só lado são paralisados.
Hemiparesia	Quando ambos os membros de um só lado são paralisados de forma branda, ou seja, que não perderam completamente a sensibilidade e o movimento.
Amputação	A ausência total ou parcial de um ou mais membros do corpo.
Deficiência motora de origem cerebral	Apesar de ser bastante conhecida como "Paralisia Cerebral", esse termo não é o termo mais adequado, uma vez que "o cérebro não se encontra paralisado e sim impossibilitado de comandar adequadamente a função motora."

	(ANDRADE, 1999 APUD SILVA, 2006,)
Nanismo	Quando uma pessoa tem o tamanho menor em relação à média dos outros indivíduos de uma mesma idade e sexo.
Má formação (Congênita ou adquirida)	Quando possui alguma "anomalia" física desde o nascimento ou adquirida.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Logo, podemos considerar que as Pessoas com Deficiência Física (PcDF) são aquelas que possuem alguma dificuldade no caminhar, na sustentação e no equilíbrio do seu corpo, da cabeça, e da movimentação dos membros superiores/inferiores.

3.1.2 Deficiência intelectual/mental

De acordo com o Decreto 5.296/2004, pode ser considerada uma pessoa com deficiência intelectual aquela cujo funcionamento intelectual seja significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e que possuem limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades. (BRASIL, 2004)

Essas habilidades são divididas em: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

São exemplos de deficiência mental: a Síndrome Down, Síndrome de Algeman, Síndrome de Tourette, Síndrome de Asperger, Autismo, etc. Seguem abaixo, alguns tipos e especificações:

Quadro 6 – Tipos de deficiência mental/intelectual

Tipo	Características
Síndrome Down	Incluem deficiência cognitiva, problemas periodontais e má formações cardíacas.
Síndrome de Algeman	Diagnóstico baseado em dados clínicos e na presença de deleção do Cromossomo 15.
Síndrome de Tourette	Distúrbio neurológico que se caracteriza por tiques (movimento abruptos) rápidos e involuntários ou por vocalizações que ocorrem várias vezes com um mesmo padrão.
Síndrome de Asperger	Quando tem comprometimento em três áreas básicas: interação social, comunicação e comportamento.

Autismo	Quando aparecem distúrbios no ritmo de aparecimentos de habilidades físicas, sociais e linguísticas. Possui reações anormais às sensações. Fala e linguagem ausente ou com atraso e relacionamento anormal com os objetos, eventos e pessoas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Portanto, a deficiência intelectual refere-se ao aspecto cognitivo do sujeito, a pessoa com deficiência intelectual/mental pode tê-la no grau leve, moderado ou severo.

3.1.3 Deficiência auditiva

"A deficiência auditiva é caracterizada pela perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (DB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500hz, 1.000hz, 2.000hz e 3.000hz." (BRASIL, 2004, s.p.)

Ou seja, pode ser considerado Pessoa com Deficiência Suditiva (PDA), aquele/aquela que teve perda total ou parcial da capacidade ouvir, essa perda pode ser congênita quando o sujeito nasce sem a audição ou adquirida.

Os tipos de deficiência auditiva são: Auditiva condutiva, Auditiva Sensório-Neural, Auditiva Mista e Auditiva Central ou Surdez Central.

Quadro 7 – Tipos de deficiência Auditiva

Tipo	Características
Auditiva condutiva	Qualquer interferência na transmissão do som desde o conduto auditivo externo até a orelha interna (cóclea). A orelha interna tem capacidade de funcionamento normal mas não é estimulada pela vibração sonora. A grande maioria das deficiências auditivas condutivas pode ser corrigida através de tratamento clínico ou cirúrgico.
Auditiva Sensório-Neural	Ocorre quando há uma impossibilidade de recepção do som por lesão das células ciliadas da cóclea ou do nervo auditivo. Os limiares por condução óssea e por condução aérea, alterados, são aproximadamente iguais. Este tipo de deficiência auditiva é irreversível.
Auditiva Mista	Ocorre quando há uma alteração na condução do som até o órgão terminal sensorial associada à lesão do órgão sensorial ou do nervo auditivo. O audiograma mostra geralmente limiares de

	condução óssea abaixo dos níveis normais, embora com comprometimento menos intenso do que nos limiares de condução aérea.
Auditiva Central ou Surdez Central	Este tipo de deficiência auditiva não é, necessariamente, acompanhado de diminuição da sensitividade auditiva, mas manifesta-se por diferentes graus de dificuldade na compreensão das informações sonoras. Decorre de alterações nos mecanismos de processamento da informação sonora no tronco cerebral

Fonte: Elaborado pela autora, 2015. Informações retiradas de: http://www.deficientesemacao.com/deficiencia-auditiva.

Alguns fatos interessantes que vale ressaltar com relação a pessoa com deficiência auditiva ou pessoa surda, é que muitas pessoas acham que todos os surdos são mudos, daí veio o termo tão utilizado até hoje pela sociedade, "surdo-mudo".

> Não se usa mais o vocábulo "mudo" como complemento da identificação de surdos, já que, na maioria absoluta das vezes, o fato de não falar está relacionado ao não conhecimento dos sons e à consequente impossibilidade de repeti-los, e não a uma doença que impeça a fala. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 20).

Portanto, é preciso desmistificar isso e abolir esse termo do vocabulário e da cultura imaginária da sociedade.

3.1.4 Deficiência visual

As Pessoas com deficiência visual (PDV) podem ser cegas ou apresentar baixa visão. Nesse último caso, as pessoas ainda conseguem visualizar algumas formas, imagens ou letras desde que essas sejam ampliadas ou estejam próximas.

No caso da cegueira, assim como outras deficiências, ela pode ser congênita ou adquirida, reversíveis ou não, através de tratamentos e procedimentos cirúrgicos.

O Decreto nº 5.296/2004 apresenta as seguintes especificidades:

Quadro 8 – Tipos de deficiência Visual

Tipo	Características
Cegueira	A acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Ou, perda total da visão.
Baixa visão	Acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015. Informações retiradas de: http://www.deficientesemacao.com/deficiencia-auditiva.

O referido Decreto cita ainda os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos seja igual ou menor que 60 graus; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2004)

3.1.5 Deficiência múltipla

Considera-se deficiência múltipla, "a associação de duas ou mais deficiências" (BRASIL, 2004, s.p.).

Dentre as possíveis situações em que pode ocorrer a deficiência múltipla, pode-se citar a Doença Motora de Origem Cerebral (DMOC), popularmente e erroneamente conhecida como Paralisia Cerebral.

Visto que a DMOC, como já foi dito anteriormente, é uma lesão cerebral que pode afetar vários sentidos do corpo humano: o movimento, a visão, audição, etc.

3.2 CONHECENDO OS DIREITOS DA PcD: dos instrumentos legais e normativos

A informação tem-se revelado uma das ferramentas mais eficazes neste processo rumo à acessibilidade e inclusão, combatendo preconceitos e minimizando estigmas. A sociedade acessível garante qualidade de vida para todos; portanto, é um compromisso que deve ser assumido por todos nós, em nossas respectivas esferas de ação e influência.

A partir do Século XX, motivados pela solidariedade, grupos que continham cegos, surdos e pessoas com deficiência física, criaram organizações que normalmente não ultrapassavam a abrangência de um bairro ou município. Essas

organizações visavam a sobrevivência e o auxílio mútuo, ainda sem objetivo prioritariamente político definido. (LANNA JÚNIOR, 2010)

Através da criação de movimentos e lutas, com o objetivo de conseguir o respeito e a efetivação de seus direitos, ao longo dos anos foram sendo criadas várias leis, decretos, normas, resoluções, portarias entre outras, destinados à Pessoa com Deficiência.

Contudo, esse caminho não foi tão fácil e essas conquistas que vieram a acontecer, só foram possíveis em decorrência das lutas e embates políticos das pessoas com deficiência.

Cansadas de serem tratadas, por muito tempo, com desprezo e desrespeito quanto aos seus direitos e ao exercício da cidadania, as pessoas com deficiência sentiram-se motivadas a se unirem e se organizarem em grupos com o objetivo de promoverem um forte movimento de participação política no processo de redemocratização do país. (LANNA JÚNIOR, 2010). Segundo este mesmo teórico

> A busca pelo reconhecimento de direitos por parte de grupos considerados marginalizados ou discriminados marcou a emergência de um conjunto variado e rico de atores sociais nas disputas políticas. Assim como as pessoas com deficiência, os trabalhadores, as mulheres, os negros, os homossexuais, dentre outros com organizações próprias, reivindicavam espaços de participação e direitos. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 12)

A participação e movimentação massiva dessas parcelas da sociedade, tidas como marginalizadas, bem como a participação no movimento político numa época em que era muito restrita, deu um novo sentido à democracia. (LANNA JÚNIOR, 2010)

O movimento de luta da pessoa com deficiência surgiu no final da década 1970, quando elas passaram a protagonizar e liderar suas lutas, passando a ser atores da própria história. Devido ao associativismo das pessoas com deficiência - que antes eram restritas à caridade e a políticas de assistência, como também as conquistas no universo da política e da luta por seus direitos, criou-se um ambiente para formalização da consciência que resultaria no "movimento político das pessoas com deficiência". (LANNA JÚNIOR, 2010)

Ao final dos anos 1970, esse movimento ganhou força e visibilidade e a partir daí as pessoas com deficiência se tornaram ativos agentes políticos na busca por transformação da sociedade.

De acordo com Martins (2012) até a década de 1980, a legislação brasileira tinha um caráter assistencialista e paternalista que ratificava a visão e a prática com as questões envolvendo os direitos da PcD.

Os novos movimentos sociais, dentre eles o do Movimento político das Pessoas com deficiência, saíram do anonimato e uniram esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar a igualdade de oportunidades e garantias de direitos. Dessa época, uma grande conquista da democracia foi a publicação da Constituição Federal promulgada em 1988 e, antes disso, outro fato importante foi a decisão da ONU em proclamar o ano de 1981 como o ano internacional das pessoas deficientes, com o tema "Participação plena e igualdade". (LANNA JÚNIOR, 2010)

Atualmente a postura legalista do Brasil visa à integração e inclusão da pessoa com deficiência no meio em que vivem. No quadro 9, apresentamos um breve apanhado dos principais instrumentos a fim de obter uma percepção mais aprofundada sobre o que trata cada um, como também poder visualizar melhor a quantidade de documentos e instrumentos normativos conquistados pelas PcD.

Quadro 9 – Leis, normas, decretos, documentos e recomendações destinado à PcD

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
Lei nº 4.024/61 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	Direitos dos "excepcionais" à educação dentro do sistema geral de ensino.
1973 - Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)	Criação de ações educacionais integracionalistas voltadas às pessoas com deficiência e superdotadas.
Constituição Federal (Art. 3º, inciso IV; Art. 206; Art.208)	Promoção do bem de todos sem quaisquer outras formas de discriminação. Igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas. Oferta de atendimento educacional especializado, na

	rede regular de ensino.
Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985	Torna obrigatória a colocação do ‘‘Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas [portadoras] de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
1990 Declaração Mundial sobre Educação para todos / UNESCO	Em 1990, na realização da Conferência Mundial sobre Educação para todos em Jomtien, Tailândia, foi proclamada a “Declaração Mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”.
Resolução nº 48/96 de 20 de dezembro de 1993	Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com Deficiência da Organizações das Nações Unidas.
1994 - Declaração de Salamanca	Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	Garantia aos alunos de currículo, métodos, recursos e organização específicos para atendimento das suas necessidades.
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
NBR 10.898/1999	Sistema de Iluminação de Emergência.
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
NBR 13.994/2000	Elevadores de Passageiros: elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.
Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001	(Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Portaria nº 2.678/02	Aprova diretriz e normas para uso, ensino, produção e difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo a grafia Braille para a língua portuguesa e seu uso em todo o território nacional.

Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
2003 – Programa Educação inclusiva (MEC)	Direito à diversidade.
Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis n° 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade.
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
Portaria nº 976, de 05 de maio de 2006	Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004.
2006 - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Criado para desenvolver ações afirmativas de inclusão.
2006 - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.
2007 - Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Acessibilidade arquitetônica e a formação docente para o atendimento educacional especializado.
NBR 15.599/2008	Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços.
Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo assinados em Nova York em 30 de março de 2007.
Resolução nº4 CNE/CEB de 02 de outubro de 2009	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano viver sem limite.
Lei 12.764, de 2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Artigo 7º - Determina punição ao gestor escolar ou autoridade competente que recusar matrícula de aluno com transtorno do espectro autista ou qualquer outro tipo de deficiência.
Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
NBR 9.050/2015	Publicada a terceira edição da Norma Brasileira para promover Acessibilidade de pessoas com deficiência a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Pereira, 2013.

É importante enfatizar que a conquista mais recente, com relação aos Direitos da pessoa com Deficiência foi a Lei nº 13.146, publicada em 06 de julho de 2015, sendo mais um instrumento com o objetivo de garantir uma vida com autonomia, segurança e principalmente dignidade.

Nesse panorama, verificamos o grande volume de instrumentos legais, normalmente um surge para complementar ou suprir a necessidade de um já existente. Foi percebido também o quanto a preocupação com políticas, ações e leis que visam garantir o acesso e permanência da pessoa com deficiência não são restrito apenas no âmbito do ensino regular, mas também nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Embora existam tantos instrumentos legais bem como ações em que todos pontuam o direito a educação, a informação, a serviços de saúde, etc, a questão maior é que não são instrumentos tão recentes, tentamos aprofundar a reflexão da prática de cada um desses instrumentos, entretanto, verifica-se que o que foi colocado em prática ainda se distancia de uma realidade mais cidadã.

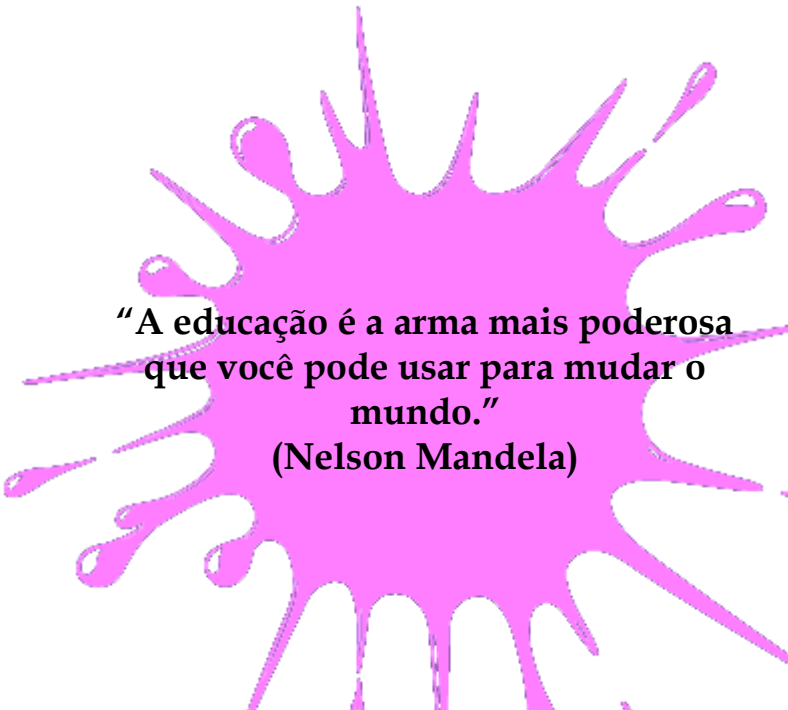
É pertinente uma atualização e fiscalização constante, principalmente quanto à garantia desses direitos na prática. Lanna Júnior (2010, p. 107) vê essa e outras questões como desafios, ele explica que

> O movimento encontra-se diante do desafio de seus próximos passos: primeiro, garantir que os instrumentos legais, até então conquistados, sejam implantados e implementados na vida cotidiana; segundo, construir um discurso comum que ao mesmo tempo considere as particularidades de cada pessoa com deficiência e promova a convergência para a luta por direitos e não discriminação; terceiro, formar e fortalecer novas lideranças capazes de estabelecer metas a serem ultrapassadas e dar continuidade à história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil; e, por fim, se unir a outros segmentos da população compartilhando sua história, seus aprendizados e suas conquistas para garantir que sejam superadas as situações de vulnerabilidades e de violações de direitos que afetam a crianças, adolescentes, idosos, homossexuais, trabalhadores e a qualquer pessoa com ou sem deficiência e que juntos possam construir uma sociedade mais justa, igualitária, tolerante e pacífica na qual, de fato, sejam os Direitos Humanos de todos e para todos.

Fica perceptível a necessidade de mais atitude, mais prática que teoria, é preciso que a sociedade, o governo, os gestores tenham uma atitude positiva e inclusiva e nesse contexto acredita-se que não seja possível implementar alguma lei que pudesse mudar a mentalidade e atitude da sociedade, essa mudança precisa ser trabalhada no dia a dia.

Vale ressaltar que o objetivo desse quadro foi de conhecer e aprofundarmo-nos ainda mais na história de luta como também os direitos das pessoas com deficiência, para poder comparar/comprovar se esses direitos estão sendo exercidos, de fato, no âmbito da UFPB.

1 DA EXCLUSÃO . . . AO ACESSO À EDUCAÇÃO



4 DA EXCLUSÃO . . . AO ACESSO À EDUCAÇÃO

Como vimos, muitas foram as lutas do movimento das pessoas com deficiência, com elas, aos poucos foram surgindo e acontecendo as conquistas, dentre essas, está o direito de acesso à educação básica e o acesso ao ensino superior.

Culturalmente, no Brasil, se diz que muitas leis ficam apenas no papel, cabendo ao governo, aos gestores e a sociedade colocarem em prática. O processo de inclusão não acontece da noite para o dia, ainda se faz necessário conscientizar e fiscalizar para que as pessoas com deficiência possam, de fato, ter seus direitos garantidos, desde o acesso à educação, saúde, informação, etc., e sentir-se incluída na sociedade.

Nesse sentido, é preciso observar sobre como tem acontecido o processo de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas, universidades e outros âmbitos educacionais no Brasil, esse processo é dividido por Sassaki (2012) em quatro etapas: a exclusão, a segregação, a integração e a inclusão.

As pessoas com deficiência eram totalmente excluídas e predominava o "modelo de rejeição social", descrito por Sassaki (2012) como um período onde as pessoas com deficiência eram abandonadas, excluídas da sociedade, até metade do Século 19. Nesse período, à pessoa com deficiência não era possível ter acesso a nenhum tipo de educação, eram totalmente marginalizadas.

No Brasil, que existia nessa época, os espaços disponíveis eram apenas os hospitais e hospícios para "alienados". Apenas no finalzinho do século XIX foram fundados o Imperial Instituto dos Meninos cegos (1854) e o Imperial Instituto dos Surdos-mudos (1856), durante essa época apenas os cegos e os surdos foram contemplados com ações para educação. Em 1889, com a proclamação da república esses institutos tiveram sua nomenclatura alterada para Instituto Nacional dos Cegos e Instituto Benjamin Constant, respectivamente, como continuam até hoje.

A partir do ano de 1910, pessoas com deficiências diferentes da cegueira ou surdez, viviam por caridade e conveniência confinavam as pessoas com deficiência em hospitais e instituições terminais, onde eram prestados serviços de abrigo,

alimentação, vestuário, recreação. Essa etapa é denominada como segregação ou modelo assistencialista. (SASSAKI, 2012)

Nessa mesma época foi instalado o primeiro espaço destinado apenas às crianças com deficiência, o Pavilhão – Escola Bourneville. Contudo, até a primeira parte do Século XX o Estado não havia promovido tantas ações voltadas às pessoas com deficiência.

Diante da falta de novas ações, iniciativas do Estado, a sociedade civil criou organizações voltadas para as áreas de educação e saúde, por exemplo: Sociedades Pestalozzi, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Centros de reabilitação. (LANNA JÚNIOR, 2010)

A terceira etapa ficou conhecida como integração, iniciada por volta de 1940, quando foram surgindo alguns "serviços públicos e particulares de reabilitação física e profissional e sob a inspiração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) algumas pessoas tiveram a rara oportunidade de receber tais serviços." (SASSAKI, 2012, 03)

Com relação à educação, já existiam o Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos-mudos que em 1957 passou a ser chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), atendendo ainda às necessidades de apenas duas deficiências.

Foi entre as décadas de 40 e 50 que começaram a surgir outras organizações voltadas para as pessoas com deficiência, essas novas organizações foram de iniciativa da sociedade civil e se destinavam a outros tipos de deficiência "e com formas de trabalho diferenciadas, por não se restringirem à educação e atuarem também na saúde." (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 23)

A etapa da integração foi o período que surgiram as associações de pessoas com deficiência, já devidamente apresentada no capítulo 02 dessa escrita, que eram estritamente voltados para sobrevivência dos próprios membros, como também o surgimento do modelo médico da deficiência.

É nessa época, em 1946, que surge a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, atualmente denominada Fundação Dorina Nowill para cegos, que tem o objetivo de possibilitar a educação aos cegos e ampliar o acesso à leitura. Em 1950, acontece um

fato que foi marcante para época: “o Conselho Nacional de Educação autorizou que estudantes cegos ingressassem nas faculdades de filosofias.” (LANNA JÚNIOR, 2010)

A quarta etapa, a tão esperada inclusão, se inicia com mais força no ano de 1990 através de todas as lutas no decorrer dos anos pelos movimentos das pessoas com deficiência, aqueles movimentos que começaram a surgir em 1979. O maior impacto foi à bandeira da reabilitação vista na etapa da integração e a outra foi o conceito de equiparação de oportunidades. (SASSAKI, 2012)

Sobre inclusão, Canziani fala que

> a inclusão é um paradigma que estabelece que as políticas, programas, serviços sociais e a própria comunidade devem planificar-se ou adaptar-se para garantir o desenvolvimento de todas as pessoas, respeitando e aceitando as diferenças de cada cidadão. (CANZIANI, 2010 apud LANNA JÚNIOR, 2010, p. 353)

Sobre o conceito de equiparação de oportunidades, Sassaki (2012, p. 4) explica que esse conceito

> defende a necessidade de adaptação e adequação dos sistemas sociais comuns, mediante eliminação de barreiras do ambiente, a fim de que as pessoas com deficiência possam participar em todos os aspectos da sociedade. Este conceito veio a ser chamado MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA.

À partir da inclusão, surgiram alguns modelos que ficaram conhecidos como “Modelos inclusivos de estrutura”. Esses modelos foram baseados a partir do modelo social de deficiência e apesar de existirem diversos modelos inclusivos, Sassaki (2012) diz que os três principais são:

Quadro 10– Modelos de Inclusão

MODELO	CARACTERÍSTICAS
CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE IMPEDIMENTOS, DEFICIÊNCIAS E INCAPACIDADES	Adotada pela Organização Mundial da Saúde em 1980 e que vigorou até 2001. Apontava a seguinte distinção entre os conceitos: “Impedimento (impairment): qualquer perda ou anormalidade da função ou estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica. Deficiência (disability): qualquer restrição ou falta

	(resultante de um impedimento) da habilidade para desempenhar uma atividade de uma maneira, ou com variância, considerada normal para um ser humano. Incapacidade (handicap): uma desvantagem, resultante de um impedimento ou de uma deficiência, que limita ou impede a realização de um papel considerado normal (dependendo de idade, sexo e fatores sociais e culturais) para um dado indivíduo". (UNITED NATIONS, 1983, §6 APUD SASSAKI, 2012)
CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, DEFICIÊNCIA E SAÚDE (CIF)	A importância da CIF reside no fato de que ela permite que os interessados na questão da deficiência passem da simples declaração política sobre direitos para as ações de implementação desses direitos traduzidos em leis e políticas públicas. Na CIF, cada deficiência é apresentada em suas três dimensões ou facetas: impedimento (problema de funcionalidade ou estrutura no nível do corpo), limitações de atividade (problemas de capacidade no nível pessoal para executar ações e tarefas, simples ou complexas) e restrições de participação (problemas que uma pessoa enfrenta em seu envolvimento com situações de vida, causados pelo contexto ambiental e social onde essa pessoa vive).
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CDPcD)	Adotada em 2006 pela ONU, ratificada no Brasil em 2008 com valor de emenda constitucional e promulgada em 2009.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Sassaki, 2012.

> Do modelo de integração até a sociedade inclusiva, o movimento político das pessoas com deficiência vem trabalhando, intensamente, para alcançar um novo patamar de dignidade humana. Ainda convive com resquícios de segregação, muito de integração, e são incipientes as práticas de inclusão, as quais apresentam a diversidade humana como regra e, por conseguinte, têm como princípios norteadores da sociedade o respeito e a valorização das diferenças. Autonomia, direito a fazer sua própria escolha, vida independente e não discriminação podem ser sumarizados pelo lema "Nada sobre nós sem nós". (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 106)

Desde antes de 1990, vem sendo pensadas, debatidas e criadas ideias e formas para que a pessoa com deficiência possa exercer de fato o seu direito de acesso à educação. Em 1978, já se falava em garantia à educação especial gratuita através da emenda nº 12 de 1978. (LANNA JÚNIOR, 2010)

Porém, as pessoas com deficiência preferem mesmo poder frequentar a escola pública como todas as outras pessoas, como é possível perceber através do discurso de Lia Crespo, quando ela fala:

> [...] no Capítulo sobre Educação da nova Constituição, queríamos que fosse incluído o nosso texto original, o qual dizia que as pessoas com deficiência têm direito de estudar na escola pública comum, como qualquer pessoa. Não havia maneira de os constituintes aprovarem isso. Acabamos tendo de concordar que colocassem o tal do "preferencialmente" nas escolas regulares de ensino. (CRESPO, 2010 apud LANNA JÚNIOR, 2010, p. 136)

E ela completa falando que a educação inclusiva engloba as universidades também e não apenas o ensino primário, fundamental e médio.

A diferença da escola especial para escola inclusiva, é que a especial tem condições, geralmente está preparada para atender às necessidades especiais e é voltada para a pessoa com deficiência.

A escola inclusiva é a escola "regular", onde em teoria e na prática deve estar preparada para receber alunos, com ou sem deficiência. Em entrevista Abreu, exemplifica de como funciona a escolha por determinada tipo de escola:

> O surdo ou um deficiente qualquer pode escolher se quer escola especial ou não quer escola especial. Igual a mim que, antes, estudava em escola regular. Aceitaram-me na escola regular. Mas outras escolas, quando recebia aluno com deficiência, não aceitavam e o encaminhavam para escola especial. Agora, eu tenho direito a escolher escola especial ou escola inclusiva. Isso é inclusão: ter o direito de escolha. (ABREU, 2010 apud LANNA JÚNIOR, 2010, p. 153)

Ainda sobre a educação inclusiva, Lilia Pinto Martins, defende que

> A educação inclusiva é ponto fundamental para que a criança comece, desde cedo, uma experiência de convivência com essa diversidade. Não digo somente com a questão da deficiência, mas com toda a diversidade que possa existir no social. Essa criança estará muito mais instrumentalizada para a convivência, para a relação, para a visão de mundo mais ampla. Se essa primeira infância já for compartilhada nessa perspectiva, realmente vai se formar outra geração. A escola tem de responder já a isso. (MARTINS, 2010 apud LANNA JÚNIOR, 2010, p 278)

Ainda sobre Educação inclusiva, Canziani fala que

> a educação inclusiva abrange a visão da educação personalizada, ou seja: o respeito, num quadro coletivo, às características individuais de cada educando, na proposta de uma escola de qualidade na dimensão da educação para todos. (CANZIANI, 2010 apud LANNA JÚNIOR, 2010, p 353)

Os avanços continuam, a luta pelo exercício efetivo desse direito também. O Governo Federal está priorizando investimentos na área da educação, primeiramente para as escolas de grande porte, com 251 ou mais alunos, nos municípios com mais de 60 mil habitantes, para torná-las acessíveis. (LANNA JÚNIOR, 2010)

Em pleno ano de 2016, vive-se ainda na perspectiva e na expectativa da inclusão, na ideia de equiparação de oportunidades e direitos, como pôde ser visto no capítulo 03, muitas foram as lutas para que pudesse chegar a realidade as conquistas que as pessoas com deficiência tem hoje.

Todavia, mesmo esse movimento de inclusão tendo "início" em 1990, até hoje é um desafio para as escolas receberem um aluno com deficiência, a verdade é que na prática tudo fica mais complicado. Na prática, todos os espaços e as pessoas deveriam ser acessíveis para que a PcD possa se sentir inclusa, então esse processo de inclusão se dá de forma bastante lenta, uma vez que ainda é encontrado muito problema de atitude e resistência de muitas pessoas seja da sociedade civil ou do Governo.

Silva (2012, p. 35) explana que

> Apesar das dificuldades encontradas pela sociedade para a efetivação desses propósitos, os agentes envolvidos no processo inclusivo devem ter como meta principal a constante revisão das práticas inclusivas oferecidas, que se sabe por vez, que são excludentes e discriminatórias e não oferecem para esses indivíduos respaldos significativos.

Contudo, se comparado a realidade de anos atrás, muita coisa já melhorou, e se continuarmos nessa perspectiva de constante evolução, é possível que chegue o dia em que a Inclusão seja de fato vivenciada por todos.

4.1 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A partir de práticas mais inclusivas da sociedade, da evolução das tecnologias, bem como da criação de políticas e ações voltadas para as pessoas com deficiência, têm se percebido a real possibilidade do ingresso dessas pessoas ao Ensino Superior no Brasil, uma demanda que por muitos anos, fora aparentemente esquecida e que tem conseguido reconhecimento da sociedade pela sua capacidade intelectual, capacidade de interação interpessoal como também profissional.

O direito de todos à educação de (forma igualitária) foi proclamada pela primeira vez pela Declaração dos Direitos Humanos, no ano de 1948 (BRASIL, 1989), sendo retomada na Constituição Brasileira do ano de 1988 (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990) ou constituição cidadã, sinaliza ainda a implementação da educação inclusiva. Em seu artigo 208, III, da carta Magna prescreve que [...] "o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado [às pessoas com deficiência], preferencialmente na rede regular de ensino, o que não exclui a responsabilidade do Estado das mesmas obrigações no ensino superior. "

Recordando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, vale ressaltar que o direito a educação e ao ingresso no ensino superior não é recente. O art. 26, parágrafo 1º diz o seguinte:

> Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. (UNESCO, 1948)

Em 2003, através da portaria nº. 3284, o MEC assegura as pessoas com deficiência o direito de acessibilidade à educação em todos os níveis de educação.

Logo, entende-se que a educação assim como o acesso a informação são elementos básicos dos direitos sociais, de forma que é dever garantir e assegurar que esses direitos estejam disponíveis a todos, de forma igualitária, oferecendo-os as

técnicas que os proporcionarão dignidade em meio a uma sociedade altamente competitiva. (TARGINO, 1991, apud ROCHA, 2000)

Corroborando com esse pensamento, Aranha (2005) fala que a convivência na diversidade proporciona a pessoa com deficiência maior possibilidade de desenvolver-se socialmente e academicamente.

De acordo com dados divulgados pelo Portal Brasil (2015), a quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou, quintuplicou entre o período de 2003 e 2014, quando os estudantes com deficiência passaram de 3.705 (três mil setecentos e cinco) no começo do período para 19.812 (dezenove mil oitocentos e doze) em 2015.

Um outro dado que registrou aumento foi o número de Instituições de Ensino Superior que atendem alunos com deficiência. Esse dado duplicou no mesmo período, o número passou de 1.180 (mil, cento e oitenta) no fim do século passado para 2.378 (dois mil, trezentos e setenta e oito) em 2010, na época, 1.948 informam disponibilizar uma estrutura de acessibilidade para os estudantes.

Dessa forma, já é possível observar uma crescente demanda de pessoas com deficiência/necessidades especiais nas universidades brasileiras, em especial, com as políticas de cotas atualmente adotadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), contudo, percebe-se que essas políticas e ações, ditas inclusivas, aparentemente ainda não são o suficiente para assegurar a consolidação e execução de todos os direitos e garantidos e previstos a PcD.

Acredita-se que esse aumento expressivo, deva-se a toda a luta por leis e normas punitivas que foram criadas para gestores de escolas ou autoridades que recusarem a matrícula de um aluno com deficiência na escola regular.

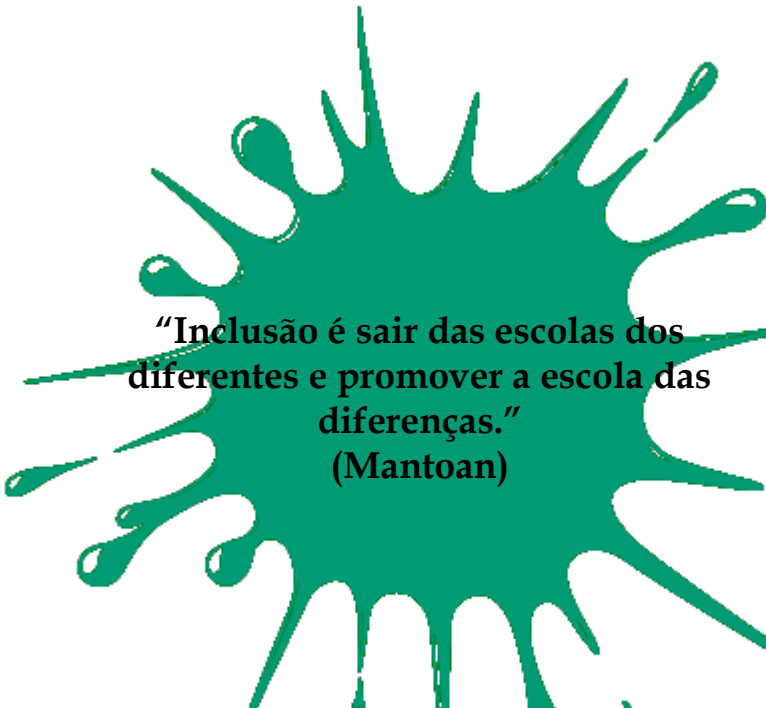
É preciso entender a inclusão não apenas como a viabilização do acesso à educação no ensino superior ou que pelo simples fato do aluno com deficiência sua presença em sala de aula, mas também como a viabilização de acesso a todos os serviços e setores oferecidos pela IES, como dado a todo e qualquer discente, independendo de condição especial.

Defende-se a ideia de que mais que políticas e ações voltadas para inclusão dessas pessoas no ensino superior, é necessária uma forma de garantir a sua

permanência nesses espaços, proporcionando-lhes a autonomia, serviços e os recursos necessários para o seu suporte educacional e a conclusão do curso.

Dentre os serviços para inclusão e permanência desses alunos no âmbito do Ensino Superior, vale destacar o serviço informacional que a Biblioteca Universitária (BU) pode e deve exercer na vida acadêmica não apenas desses usuários com deficiência, mas de todos os usuários como suporte para a sua formação, oferecendo subsídios informacionais.

5 DA INCLUSÃO NA UFPB



5 DA INCLUSÃO NA UFPB

Partindo para o universo da UFPB, procurou-se identificar e conhecer as políticas, os setores, serviços e ações que são voltados tanto à inclusão da pessoa com deficiência na Universidade, como também àqueles que tem o objetivo de auxiliar o aluno com deficiência da UFPB a permanecer e concluir seu curso.

De acordo com informações extraídas do site da UFPB[3], a Universidade foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, a princípio foi instalada com o nome de Universidade da Paraíba, após a sua federalização aprovada e promulgada pela Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba que incorporava as estruturas universitárias existentes em João Pessoa e Campina Grande. Atualmente a UFPB possui campus nas cidades de João Pessoa, Areia, Bananeiras, Rio Tinto e Mamanguape.

Desde 2009 a UFPB utiliza o sistema de reserva de vagas, mais popularmente conhecido como sistema de cotas, contudo apenas em 2010, através das resoluções 09 e 46/2010 que alterou a redação do Art. 6 da Resolução nº 27/2009, permitindo que "candidato egresso do ensino público, portador de deficiência" (UFPB, 2010), foi que de fato surgiu o sistema de cotas para pessoas com deficiência. Assim, do total das vagas dos cursos oferecidos, 5% (cinco por cento) deveriam ser destinadas a participantes/candidatos com deficiência.

No tocante à acessibilidade, a UFPB possui resoluções, setores e serviços disponibilizados à pessoa com deficiência e é indispensável conhecer a todos eles, buscando saber o que cada um oferece.

Destaca-se a **Resolução nº34/2013** que institui a política de inclusão e acessibilidade da UFPB, essa resolução foi aprovada pelo Conselho Universitário da Universidade em novembro de 2013.

A política de inclusão e acessibilidade tem como princípios e valores:

---

[3] Fonte: http://www.ufpb.br/content/historico, acesso em: 09 fev. 2015.

> I. a inclusão vista como um processo de atender e de dar resposta à diversidade de necessidades de toda a comunidade universitária, através de uma participação cada vez maior na aprendizagem, nas relações interpessoais, nas decisões para a construção de uma cultura inclusiva;
> II. a acessibilidade entendida como "condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação", por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
> III. a integração dos setores da UFPB que tratam da Educação Especial, nas suas diferentes especificidades;
> IV. os direitos humanos e a igualdade de direitos de todos;
> V. o combate a todas as formas de discriminação baseada nas diferenças humanas;
> VI. a criação de oportunidades igualitárias de participação. (UFPB-CONSUNI, 2013, p. 1).

Quanto aos setores e serviços existentes na UFPB voltados para auxiliar na questão da inclusão e acessibilidade à PcD, foi possível identificar através da Res. nº34/2013 supracitada, o Comitê de inclusão e acessibilidade (CIA), o Núcleo de Educação Especial (NEDESP), Laboratório de Acessibilidade do Departamento de Arquitetura (LACESSE), o Laboratório de Tecnologia Assistiva do Departamento de terapia ocupacional (LAVITA) e o Setor Braile da Biblioteca Central, reconhecido pelo Regimento do Sistema de Biblioteca da UFPB, como Seção de Inclusão para Usuários com Necessidades Especiais (SIUNE).

Entende-se que essas redes de auxílio ao estudante com deficiência são extremamente necessárias e importantes para oferecer as mínimas condições ao estudante de entrar, permanecer e concluir seu curso, para tomarmos ciência, faz-se necessário conhecer um pouco do funcionamento de cada um desses.

5.1 COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE (CIA)

O **CIA** está em funcionamento desde julho de 2011 e é um setor vinculado à Pró-Reitoria de assistência e promoção ao estudante (PRAPE), substituindo o Comitê de Apoio a portadores de necessidades especiais (COMPORTA). Tem o papel de garantir a permanência e o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais na UFPB.

São competências do Comitê:

> I- Garantir que os processos seletivos da UFPB sejam acessíveis desde a elaboração dos editais até a sua conclusão;
> II- desenvolver ações junto a PROGEP a fim de promover cursos de capacitação para tornar a comunidade acadêmica cada vez mais inclusiva;
> III- apoiar e Orientar as Coordenações de Curso de qualquer unidade acadêmica para identificar, acompanhar e desenvolver ações a fim de suprir as demandas dos discentes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação;
> IV- implementar soluções para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação visando à melhoria da qualidade do atendimento educacional oferecido pela instituição e para garantir a acessibilidade em todos os âmbitos;
> V- criar e manter canal de comunicação para identificar as demandas individuais da comunidade acadêmica possibilitando soluções a essas dificuldades;
> VI- construir agenda de prioridade e elaboração de projetos com metas de execução anual, para a eliminação das barreiras arquitetônicas da UFPB em seus diversos campi;
> VII- incentivar à realização de estudos e pesquisas que objetivem identificar ou atender a comunidade acadêmica com deficiência, mapeamento da produção acadêmica relacionada a essas necessidades e incentivo à produção de novas pesquisas que venham a suprir as demandas levantadas;
> VIII- estimular o desenvolvimento de projetos de extensão na área de acessibilidade para atender às políticas de inclusão;
> IX- identificar linhas de financiamento e agências financiadoras nacionais e internacionais para fortalecer a implantação, o desenvolvimento e a consolidação da política de inclusão e acessibilidade do estudante com deficiência;
> X- disponibilizar para a comunidade acadêmica e para o público em geral dos documentos que constituem o marco político-legal-inclusivo que fundamentam a Política de Inclusão e Acessibilidade do estudante com deficiência da UFPB;
> XI- incentivar à oferta de cursos de extensão e especialização presenciais e à distância, de forma que tanto a política de acessibilidade, como o apoio ao desenvolvimento de cultura, gestão e práticas inclusivas se materializem na sociedade paraibana em médio prazo (UFPB-CONSUNI, 2013, p. 3).

Ainda de acordo com a Res. nº 34/2013, o comitê de inclusão e acessibilidade (CIA) é uma assessoria especial da Universidade, vinculado à Reitoria, sendo diretamente subordinado a esta instância.

5.2 NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (NEDESP)

O **NEDESP** está vinculado ao Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e é um órgão suplementar de atendimento psicopedagógico, pesquisa e extensão, responsável pela programação e coordenação da Educação Especial, com suas atividades disciplinadas pelas normas da Universidade e pelo regulamento interno do núcleo de educação especial (UFPB-CONSUNI, Res. 02/98, Capítulo I)

E tem como objetivos:

> I – organizar, planejar, apoiar, elaborar e executar programas e projetos na área de Educação Especial relativos a pesquisa e extensão, para docentes e discentes da UFPB, e a comunidade em geral, de forma articulada com o ensino;
> II – servir de campo de investigação científica para professores de áreas afins, bem como alunos egressos da disciplina de Excepcionais e outros;
> III – prestar serviços técnico-profissionais à comunidade em geral, em ação conjunta com os demais órgãos da UFPB;
> IV – prestar atendimento psicopedagógico aos portadores de distúrbios do desenvolvimento e de deficiências auditivas e outras;
> V – desenvolver programas preventivos contra a excepcionalidade por meio de cursos, simpósios, palestra e seminários;
> VI – fomentar e estimular o aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico-administrativo envolvido nesse campo de trabalho, visando a sua permanente atualização;
> VII – divulgar material científico sobre estudos realizados;
> VIII – celebrar convênio, observadas as normas vigentes na UFPB, com órgãos públicos e privados visando a realização dos objetivos do Núcleo. (UFPB-CONSUNI, [1998], p. 02)

Ainda de acordo com a Resolução nº 02/1998, o "núcleo disporá de pessoal de nível técnico e especializado nas áreas de deficiência auditiva, mental/intelectual, visual, distúrbios de aprendizagem e outras".

De acordo com informações coletadas no próprio Núcleo, em 2015 foram feitos aproximadamente 266 atendimentos, seja de transcrições de materiais, conversão e etc. Ressalta-se que geralmente esse dado é maior em relação ao ano de 2015,

levando-se em consideração que foi um ano atípico devido ao acontecimento da greve por um período de quase quatro meses.

5.3 LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA (LACESSE)

O **Lacesse** surgiu a partir de um grupo de pesquisa denominado como "qualidade, acessibilidade, tecnologia e conforto do ambiente construído" com o crescimento das atividades desse grupo, em 2012, sentiram a necessidade de formalizar o Laboratório de Acessibilidade (LACESSE) que tem como objetivos

> dar apoio às atividades de ensino nas disciplinas do **curso de Arquitetura e Urbanismo**, vinculadas às áreas de Projeto (de edificações e urbano) e Tecnologia da Arquitetura, como também promover a consolidação de pesquisa científica na área, colaborando com a prática da extensão já difundida na UFPB. Dentre os objetivos específicos merecem destaque os seguintes tópicos:
> - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino do curso de Arquitetura e Urbanismo e áreas afins, num espaço de referência teórica e prática, uma vez que o laboratório pode oferecer práticas de vivência de acessibilidade (para a disciplina de Desenho Urbano I, por exemplo), além de fonte de consulta para as demais disciplinas de projeto e urbanismo;
> -desenvolver pesquisas na área, produzindo conhecimento;
> - abrigar atividades de extensão vinculadas à temática, o que é uma necessidade real tanto interna quanto externa à UFPB;
> -apoiar o desenvolvimento de dissertações de Mestrado do PPGAU;
> -estabelecer parcerias com laboratórios de outras instituições;
> -estabelecer parcerias com órgãos públicos, além de não governamentais;
> -divulgação dos resultados das pesquisas em andamento. (UFPB-LACESSE-, 2016b, s.p)

O Lacesse atua no Comitê de Inclusão e Acessibilidade, "desde a sua fundação, mantendo 01 assento, ocupado pela coordenadora do Laboratório e 01 suplente, ocupado pela técnica do Laboratório." (LACESSE, 2016b)

Atualmente o Lacesse trabalha com duas linhas de pesquisa, a saber: Acessibilidade, Ergonomia e Tecnologia aplicada ao ambiente construído, e; Mobilidade, Planejamento e Conforto Ambiental.

5.4 LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA DO DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL (LAVITA)

O **LAVITA** serve como suporte de aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento das habilidades profissionais dos alunos, funciona na Clínica-escola que é um

> espaço de aprendizagem voltado para a comunidade e dispõe de ambientes preparados para prestar atenção à criança, ao adulto e ao idoso, nas áreas de atividades de vida diária, atividades instrumentais de vida diária trabalho, brincar, lazer, educação, sono e descanso e tecnologia assistiva. (UFPB, 2013c, s.p).

Tecnologias Assistivas (TAs) são recursos que facilitam a vida de uma pessoa com deficiência no dia a dia. São exemplos de TAs: bengala, andador, muletas, cadeira de rodas, prancha de comunicação, etc.

Esses recursos, desde o mais simples até o mais sofisticado, tem mudado a condição e qualidade de vida de muitas pessoas que deles precisam, seja um auxílio para locomoção, o acesso à informação ou ainda a comunicação.

5.5 PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA (PAED)

O **programa de apoio ao estudante com deficiência**, mais conhecido como "Programa do aluno apoiador" é vinculado a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) e ao Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e visa facilitar o processo de inclusão pedagógica das pessoas com deficiência e necessidades especiais da UFPB.

Este programa possui ações de compra de equipamentos e materiais pedagógicos de apoio que são necessários às atividades acadêmicas desenvolvidas pelos estudantes com deficiência, como também a ação de um aluno apoiador que tem como função auxiliar o aluno com deficiência dentro e fora da sala de aula.

"O PAED visa a dar apoio pedagógico aos estudantes com deficiência através de acompanhamento de um estudante bolsista (chamado apoiador) do mesmo curso ou área que o estudante com deficiência." (UFPB-PRAPE, 2016c, s.p)

Nessa última ação, o aluno recebe uma bolsa financeira e escolhe com que tipo de deficiência ele irá trabalhar.

Para cada deficiência existem necessidades específicas, são elas:

> 1) Para o aluno com deficiência física, o aluno apoiador deverá acompanhá-lo nas disciplinas para as quais for designado, auxiliando inclusive na condução da cadeira de rodas (se for o caso) em todos os espaços do Campus e nas demandas de origem pedagógica relacionadas a esse aluno;
> 2) Para o aluno com deficiência visual, o aluno apoiador deverá acompanhar as aulas para as quais for designado, auxiliando na utilização de recursos como gravador e computador, acompanhando e auxiliando no processo de locomoção do aluno com deficiência pelo campus, e participando da adaptação de recursos pedagógicos relacionados às disciplinas em que o aluno com deficiência estiver matriculado, e em outras demandas pedagógicas apontadas pelo aluno que está sendo assistido;
> 3) Para o aluno com deficiência auditiva, o aluno apoiador deverá acompanhar as aulas para as quais for designado e disponibilizar horários extras para acompanhamento pedagógico do aluno nas referidas disciplinas. Deverá também participar de encontros pedagógicos realizados sob a supervisão de uma professora especialista na área com a periodicidade que a mesma decidir e estar disponíveis para assistir outras demandas pedagógicas relacionadas ao aluno que está sendo assistido (UFPB-PRAPE, 2016c, s.p).

5.6 SEÇÃO DE INCLUSÃO PARA USUÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS/BIBLIOTECA CENTRAL (SIUNE/BC)

Por último, a **SIUNE/BC** mais conhecido pelos alunos como Setor Braile da Biblioteca Central, de acordo com o Regimento interno do Sistema de Bibliotecas da UFPB (2009, tem por objetivos:

> a) elaborar projetos e propostas de desenvolvimento da Seção visando à comunidade de deficiência visual;
> b) efetuar empréstimo do acervo bibliográfico da coleção disponível na Seção Espaço Braille;
> c) manter contato e com instituições voltadas ao apoio ao deficiente visual;
> d) gravar livros e periódicos e textos das necessidades imediatas do portador de deficiência visual;
> e) orientação ao usuário do trabalho realizado na Seção;

> f) Atendimento e/ou aconselhamento nas residências das pessoas com deficiência visual;
> g) elaborar cursos de Técnica de Braille, cursos de dicção, fórum de debate etc.;
> h) processamento do material documental em negrito e em Braille;
> i) executar outras atividades pertinentes à coleção em Braille.

Percebe-se que cada um desses citados, possui um objetivo para atender a essa demanda de alunos, logo a Biblioteca Central deve tentar cumprir seus objetivos, com a finalidade de ser vista e reconhecida de acordo com a sua missão, que é a de suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB, ou seja, à toda comunidade acadêmica.

Porém, é sabido e verificado através de pesquisas anteriores (SILVA, 2012), (PEREIRA, 2013), de que apesar de existirem as políticas, serviços, tecnologias e ações especializadas para atender a esse público, é possível verificar que nesse processo de inclusão/permanência da PcD na UFPB ainda existem vários desafios, s, que vão desde as barreiras financeiras, arquitetônicas, comunicacionais, da inacessibilidade à informação, quanto à barreira estritamente ligada ao modo das pessoas gerirem, pensarem e agirem, a chamada barreira atitudinal.

Nas pesquisas supracitadas, constatou-se que até 2013, a BC/UFPB não estava atendendo aos objetivos propostos, diagnosticando-se que a Biblioteca Central não estava acessível para todos os alunos.

6

INFORMAÇÃO: o quê, para quê e para quem?

6 INFORMAÇÃO: o quê, para quê e para quem?

Para poder compreender o acesso à informação, é preciso, obrigatoriamente, refletir sobre o 'que é' e 'o que se quer ter acesso', como ainda sobre 'o quê afinal se pretende ter acesso'.

"O conceito de informação há muito vem despertando uma série de discussões a respeito da sua delimitação, bem como as suas formas de uso, tanto no nível social, cotidiano, quanto no nível analítico, dentro da Ciência da Informação." (AZEVEDO NETTO, 2007, p.4).

"Responder a pergunta 'o que é e para que serve a informação?' é, hoje, um grande desafio, na medida em que o termo se veste de grande amplitude e pertence a um universo de múltiplos conceitos referentes às diversas áreas do conhecimento". (LIMA; SANTOS; LLARENA ,2014, p.13)

Nessa perspectiva, "o conceito de informação pode ser analisado de vários pontos de vista: seu conteúdo, o que é a informação em geral, como se produz, como circula e de que parte dela se ocupa a biblioteca." (CASTRILLÓN, 2011, p. 73)

Frente a esse pressuposto, logo compreende-se que para o termo informação, existem várias áreas do conhecimento que empregam as mais variadas possibilidades de utilização do termo e, consequentemente, com designações conceituais aplicáveis às conveniências que a sua área permita na construção do conceito.

Essa amplitude não é apenas no aspecto quantitativo das áreas do conhecimento que se apropriam de possibilidades na construção de uma noção para o termo, mas ainda há a amplitude temporal em que o sentido antológico do que vem a ser a informação. Pois ainda de acordo com Lima, Santos e Llarena (2014, p.13) "a informação [...] tem sido objeto de estudos de cientistas de áreas diferenciadas e de filósofos, no decorrer do Século XX e início do Século XXI."

Antes de começarmos a adentrar nos conceitos de informação, explicaremos a diferença entre comunicação e informação e da relação entre elas: "o ato de comunicar é informar? Informar é comunicar?", muitas vezes, a palavra informação é utilizada como sinônimo de comunicação, o que na verdade é um erro.

A comunicação seria o processo pelo qual as ideias e os sentimentos são transmitidos de um indivíduo para outro, estabelecendo uma possível interação social ou poderíamos dizer ainda que seria o ato de comunicar, transmitir um aviso ou informação (MICHAELIS, 2009).

Observa-se que comunicar seria estabelecer um diálogo, transmitir uma mensagem e esperar outra como resposta. Nesse processo de comunicação, a informação é vista como a mensagem que é perpassada através de recursos para um receptor.

Figura 4 – Fluxo do processo de comunicação

Fonte: http://prossiga.ibict.br/portais/marketing/imagem/comunicacao3.jpg

Sobre o conceito de informação, é preciso entender que tudo é, de alguma forma, produzido para ser utilizado de alguma forma por algo ou alguém. Com a informação não é diferente, ela é produzida por algo ou alguém e que será utilizada para algo ou por alguém.

Como afirma González de Gomes (1999, apud LIMA, SANTOS, LLARENA, 2014, p.14), a informação "[...] produz diferentes efeitos de sentido em diferentes contextos da 'informação' como construção e sintoma da sociedade contemporânea, designa algo que se desdobra em vários planos de realização[...]".

Capurro e Hjorland (2007, p. 151) afirmam que

> o uso ordinário de um termo como informação pode ter significados diferentes de sua definição formal, significando que visões teóricas conflitantes podem surgir entre as definições científicas explícitas e as definições implícitas de uso comum.

Visto isso, se percebe que o termo informação não apenas se emprega dentro das suas definições científicas, mas ainda há possibilidades de aplicações em contextos variados não científicos, em que a compreensão cognitiva da usabilidade permita seu uso.

Spang-Hanssen (2001 apud CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 153,), reflete sobre a condição técnica existencial sobre o conceito de informação dizendo que

> de fato, não somos obrigados a aceitar a palavra informação como um termo profissional em si. Pode ser que esta palavra seja mais útil quando deixada sem qualquer definição formal como, por exemplo, a palavra discussão ou a palavra dificuldade ou a palavra literatura. Pode ser que a palavra informação seja mais útil particularmente quando tentamos aumentar nosso *status* profissional em relação a outras profissões; soa inteligente e imponente e dá um ar de tecnicalidade

E então Capurro e Hjorland (2007, p.160) afirmam que "atualmente, quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro de seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos."

Nesse sentido, percebe-se que a informação pode ser realmente entendida das mais variadas formas, ficando seu significado e compreensão à mercê dos indivíduos que a utilizam.

Capurro e Hjorland (2007) tomando por base o que diz o *The Oxford English Dictionary* explicam que é necessário considerar dois contextos básicos no termo informação: o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento.

Lima, Santos e Llarena (2014, p.25) explicam que

> Araújo (2014); Capurro e Hjorland (2007) identificaram na Ciência da Informação quatro conceitos principais: *o da teoria da informação* (formulada por Shannon e Weaver); *o da visão cognitiva* (proposta por Brookes e desenvolvida por Belkin); o de Buckland (que, ao propor a ideia de '*informação como coisa*', reintroduz o conceito de documento na área); e o relacionado ao desenvolvimento de distintas teorias, como a análise de domínio, o sociocognitivismo, a hermenêutica e a semiótica.

No contexto da CI, existem os paradigmas contemporâneos propostos por Capurro, são eles: paradigma físico, cognitivo e o social (CAPURRO, 2003).

No paradigma físico, a informação é vista como um objeto físico que pode ser transferida de um emissor para um receptor através de um canal. No paradigma cognitivo, o usuário (receptor da mensagem) é visto como um sujeito pensante, que usa de sua capacidade mental no processo de recebimento da informação, podendo a informação passar para o nível de conhecimento. E o paradigma social é focado no poder de ação que a informação pode ter na sociedade. (CAPURRO, 2003).

Em síntese, para Capurro e Hjorland, o conceito universal de informação seria o de "qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão." (BATESON, 1972 apud CAPURRO. HJORLAND, 2007). Na prática, a informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvos servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas de modo coletivo ou particular.

Para Le Coadic (1996, p. 5), a informação é um objeto do conhecimento de um indivíduo e

> [...] é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

A palavra "informação" pode ser definida ainda como a transmissão de fatos ou conhecimentos, visto que ela deixa de ser um único elemento para se tornar um conjunto, confundindo-se com o cotidiano de elementos subjetivos ou técnicos, cuja integração precisa de intermediários, que são os meios de transmissão (XIFRAS-HERAS, 2000).

O conceito que Azevedo Netto (2007, p.5) apresenta diz que informação é

> [...] aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica na sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica, dentro da sua recontextualização. Vendo aí uma questão de identidade, já que a informação implica em significação, ela poderia estar restrita a setores ou segmentos

> culturais, que podem ser mais ou menos permeáveis, produzindo, assim, novos significados sobre a informação disseminada. (AZEVEDO NETTO, 2007, p. 6).

Para corroborar, Lima; Santos e Llarena (2014, p 20) asseveram que "só é informação o que de fato, reduz incertezas ou o que conduz à compreensão, até porque inexiste uniformidade entre os indivíduos: o que é informação, para alguém, pode ser mero dado para outrem.".

Percebemos, nesse interim, que o emprego da palavra informação vai além das estruturas científicas e da observação de seu uso, ficando a utilização ou até mesmo a escolha de seu conceito, condicionada à área do conhecimento em que será aplicada.

Devido à dimensão e a abrangência de opções no tocante ao termo, optou-se, visto a área de concentração temática desta pesquisa, alicerçar-se nas concepções e conceitos de informação adotados pela Ciência da Informação, naquelas noções de informação, que se aproximam do sentido de conhecimento disseminado, em que a informação seja um instrumento para a transformação e evolução do sujeito e da sociedade em que se insere.

Iremos nos apoiar no paradigma cognitivo, por acreditarmos que o cerne da questão é investigar como é apreendida a informação que os alunos com deficiência recebem em sala de aula, seja a partir dos professores ou de grupos de estudos, e como com essa informação ele poderá dar segmento e concluir o seu curso.

Como ainda pela perspectiva do paradigma social, por acreditarmos que a informação pode facilitar a inclusão do aluno com deficiência no ambiente no qual está inserido, no caso deste trabalho, no contexto da Universidade Federal da Paraíba.

Nesta perspectiva, iremos abordar a informação também pela linha teórica que a conceitua como dado compreendido entre pares em uma mesma área de atuação. Consideraremos então a informação no aspecto do compartilhamento de dados representativos quanto ao conhecimento adquirido no âmbito do ensino superior. Nesse contexto, consideraremos o acesso à informação, ou seja, o acesso aos dados disponibilizados no contexto das universidades.

De acordo com Castrillón (2011, p. 73) explica que,

> De maneira arbitrária, e em função do meio e do público que ela atende, poderíamos classificar a informação que a sociedade produz em três grandes grupos. [...] No primeiro grupo podemos localizar a informação científica e técnica, que se produz e circula em meios acadêmicos, científicos e industriais. No segundo, a informação que, em geral, se apresenta na forma de dados e serve ao cidadão de maneira individual e utilitária, a fim de que ele se insira na sociedade, faça uso do que a comunidade lhe oferece, exerça seus direitos e cumpra seus deveres. Dessa informação se ocupam as bibliotecas públicas e outros centros de informação. Por último, um terceiro grupo seria constituído pelas notícias de todos os gêneros, incluídas as científicas e técnicas, assim como as econômicas, culturais, sociais e, especialmente, os fatos diários que são elevados à categoria de notícia [...]. Essa informação, circula em mídias como a televisão, o rádio, as mídias digitais e a imprensa escrita [...].

Todavia, as Instituições de Ensino Superior, notoriamente possuem oficialmente pelo menos três tipos de informações distintas, disponíveis à sua comunidade acadêmica, sendo a biblioteca/sistema de bibliotecas, baseando-se em sua missão, a responsável pelo acesso e pela disseminação do primeiro tipo de informação, as técnico-científicas.

O segundo tipo de informação se dá na proposição das disciplinas através dos professores, sejam estes de forma presencial ou nos cursos ofertados nas modalidades a distância, conhecidos popularmente como EAD, ou ainda, o conteúdo informacional que os professores transmitem em sala de aula. E ainda aquela informação que é transmitida entre os alunos nos corredores, nos grupos de estudo, etc., daí a importância da comunicação. Por fim, as informações veiculadas pela Instituição sobre seus serviços, setores, direitos e deveres dentro da Universidade.

Dessa forma, as fontes de informações acadêmicas estão disponíveis de maneira passiva e ativa, respectivamente, onde uma é estática, dependendo apenas do interesse do discente para ser consultada e a outra, de forma dinâmica, permitindo um dinamismo maior entre discente e fonte de informação.

É valido esclarecer que o uso do termo estático para identificar as bibliotecas universitárias não exprime nem muito menos tem a intenção de induzir a concepção de que esta seja ou deva ser apática no processo de disseminação da informação, mas sim apenas pelo fato de diferenciar a obrigatoriedade do uso das duas fontes por

parte do discente, visto que a constatação das presenças em aulas é obrigatória e na biblioteca não, assim, tornando a interação com o professor mais dinâmica no sentido de réplicas, tréplicas e questionamentos.

Nesse sentido, o acesso à informação nas IES se apresentam de forma totalmente voluntária por parte dos acadêmicos, mesmo com a situação compulsória da presença na sala de aula ou nos ambientes virtuais.

O acesso aos dados disponíveis por seus pares e pelas fontes de informação disponíveis pela IES, exige não apenas a simples disponibilização desses, mas também a preparação para sua localização e identificação, isto é, não adianta apenas o fato da informação existir na IES, todavia ainda a necessidade dela estar disponível à quem a procure, de forma a proporcionar sua compreensão. Só assim poder-se-á afirmar que a informação fora acessada e compreendida, sendo finalmente entendida como informação.

Logo começamos a perceber o desafio que se apresenta de forma eminente às IES, pois elas precisam disponibilizar as informações de forma a serem compreendidas, fazendo assim com que os discentes, pesquisadores e demais que a busquem, não apenas a identifiquem, mas ainda colaborando de forma direta na mudança e/ou ampliação do conhecimento de cada indivíduo.

Assim sendo, podemos considerar a informação não apenas como coisa, mas sim como algo a ser acessado em forma e/ou formato compreensível. Nesse sentido, amplia-se o leque de formas e formatos visto as inúmeras necessidades diferenciadas dos discentes e docentes, sejam elas causadas por limitações físicas ou geográficas.

Com vistas ao movimento cíclico da informação no ambiente acadêmico, quando quem produz um dado não pode afirmar com exatidão a quem será útil, não há como afirmar para quem a informação é produzida, contudo, pode-se afirmar, em uma adaptação livre da terceira lei da biblioteconomia, do indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan publicada em 1928, que para cada informação existe o seu usuário.

6.1 O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO UM DIREITO

A informação como vimos, possui grande relevância para a transformação e desenvolvimento do sujeito e, consequentemente, da sociedade em que ele vive.

Dessa forma, "é essencial a ampla disponibilização, disseminação e circulação da informação em ambientes físicos e virtuais para que essa informação seja acessada e utilizada." (LIMA; SANTOS; LLARENA, 2014, p. 32).

O acesso à informação é um direito de todo cidadão, porém, durante muito tempo, as pessoas com deficiência foram privadas de exercer esse direito com plenitude. Então, a luta da PcD envolve a questão do acesso à informação, seja ela impressa, digital ou televisionada.

O acesso à informação como um direito fundamental vem sendo discutido e reconhecido por vários organismos internacionais, como por exemplo a Organização das nações unidas (ONU). Através da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 no artigo 19 preconiza que

> todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (UNESCO, 1989, p. 4).

Em seguida no ano de 1966, o Pacto internacional dos direitos civis e políticos decreta no artigo 19 que "toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza (...)".

A partir da década de 1980, passa a ser discutido e publicados vários instrumentos legais no Brasil, que tratam do direito à informação, também sobre o acesso à informação que torna-se um Direito e garantia fundamental pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990, p. 2), no artigo 5, item 14 que diz que "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.".

Se a preocupação primária era tornar o acesso à informação um direito e esse já se tornara um, surgem com o passar do tempo outras questões a se preocupar,

como por exemplo, como seria possível acessar, bem como se as informações estariam realmente disponíveis, a qualidades dessas informações e o principal: se esse direito vem sendo de fato assegurado.

Nesse aspecto, foram surgindo instrumentos normativos cada vez mais completos, específicos e que buscam se adequar ao contexto da época, como é o caso do Art. 37, inciso 3º: da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990, p. 18) que trata da lei de acesso à informação direcionada para "o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo".

O Art. 216, inciso 2º que trata a respeito da gestão documental governamental diz que são as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Outro exemplo, é o Decreto nº 6.932/2009 que institui a Carta de Serviços ao Cidadão com o objetivo de "informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público." (BRASIL, 2009)

Um dos instrumentos mais recente, é a Lei nº 12.527/2011 conhecida como a Lei de acesso à informação (LAI) que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXVI do artigo 5º, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2011, p. 1)

Dessa forma, a LAI "visa fomentar o desenvolvimento de uma cultura de transparência no uso de recursos pela administração pública em todos os níveis" (LIMA; SANTOS; LLARENA, 2014, p. 33).

A LAI entende e considera:

> I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
> II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
> III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;
> IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
> V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

> VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
> VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
> VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
> IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações. (BRASIL, 2011, p. 2).

Por fim, a LAI determina no Art. 5º que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação e esse, deverá ser disponibilizado, "mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão" (BRASIL, 2011, p. 2).

Recentemente, foi aprovada a Lei nº 13.146 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência, conhecido como "Estatuto da Pessoa com deficiência". Essa lei tem o objetivo de assegurar e promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando à inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

É válido ressaltar que o Acesso à informação corresponde a um dos capítulos da Lei, sendo no "Capítulo 2: Do Acesso à informação e à comunicação" expostos todos os direitos com relação a esse acesso. Destacam-se:

> Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. [...]
> Art. 65. As empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica. Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:
> I - subtitulação por meio de legenda oculta;
> II - janela com intérprete da Libras;
> III - audiodescrição. [...]
> Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da

> administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. [...]
> § 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.
> § 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por **softwares** leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

Esta lei já está em vigor e é mais um instrumento para melhoria de vida e de acesso aos direitos básicos e se for seguida na prática, irá tornar melhor o dia a dia dessas pessoas.

Além de legislações, existem instituições e ações que se preocupam com a disseminação da leitura, da informação e procuram incentivar e garantir o acesso à informação, dentre eles destacamos: o Tratado de Marraquexe/Marrakesh e a rede de leitura inclusiva da Fundação Dorina Nowill para cegos.

O tratado de Marraquexe tem como nome formal "Tratado de Marraquexe para facilitar o acesso às obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso" e foi adotado desde 27 de junho de 2013 pela Conferência Diplomática, visando apresentar formas de facilitar o acesso à informação às pessoas com deficiência visual sem que prejudicasse a proteção dos direitos do autor da obra. (OMPI, 2013) O tratado tem como objetivo a facilitação por meio de exceções de copyright/direitos autorais, a elaboração de versões de obras publicadas acessíveis a pessoas com dificuldades visuais.

E a Rede de leitura inclusiva é um projeto da Fundação Dorina Nowill que foi desenvolvido para estimular a formação de redes de leitura inclusiva, com intenção de mobilizar o relacionamento entre mediadores de leitura, governo, agentes de biblioteca, etc., para disseminar a leitura inclusiva pelo Brasil e aproximar a pessoa com deficiência do mundo da leitura. (FUNDAÇÃO..., 2015).

A Fundação Dorina Nowill para cegos, já é famosa por se dedicar à inclusão das pessoas com deficiência visual através da disseminação da leitura, há mais de

seis décadas; a Fundação oferece: a produção e distribuição de livros em braille, falados e digitais acessíveis.

No contexto da disseminação científica, o Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT) tem se preocupado e vem dando suas colaborações para o acesso às pesquisas científicas.

Uma das ações que podemos citar é o Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica lançado pelo IBICT em 2005 através de uma videoconferência, o manifesto foi em formato de um documento de apoio/guia ao movimento internacional em prol do acesso livre à informação que continha recomendações de como se alcançar o objetivo de acessar de forma livre a informação especialmente a de cunho científico, o documento foi redigido baseado na Declaração de Berlim (IBICT, 2005).

O documento teve como objetivos:

> - promover o registro da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
> - promover a disseminação da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
> - estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica;
> - buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica. (IBICT, 2005, s.p.).

Em 2006, com o objetivo de facilitar e garantir ainda mais o acesso às informações científicas, o IBICT lançou o Portal Brasileiro de Acesso à informação científica/ *Open Access Scholary Information System* (OASISBR).

O Oasisbr "é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros." (IBICT, 2015, s.p.) e tem como propósito realizar buscas simultâneas em revistas científicas, repositórios institucionais, repositórios temáticos, bibliotecas digitais de teses e dissertações e outras fontes de informação de natureza científica e tecnológica ou academicamente orientada a partir de uma única interface. (IBICT, 2015).

Não podemos deixar de citar também o quanto é importante o auxílio das Tecnologias Assistivas (TAs) para que essas pessoas possam ter acesso à informação. A definição de tecnologia assistiva é bem ampla, ela pode se apresentar em forma de um produto, de um recurso, estratégias, etc., que maximizem a autonomia, mobilidade pessoal e a qualidade de vida das pessoas com deficiência. (BRASIL, 2015)

Alguns recursos ou produtos de TA: bengala, *softwares* e *hardwares* especiais que contemplem a questão da acessibilidade, aparelho de escuta, materiais protéticos, etc.

Dentre esses recursos, destacamos os leitores de tela que auxiliam as pessoas com deficiência visual a utilizarem o computador para fazerem leitura de texto ou outras informações transformando o texto em áudio e os tradutores de textos para Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), facilitando o acesso à leitura das pessoas com deficiência auditiva.

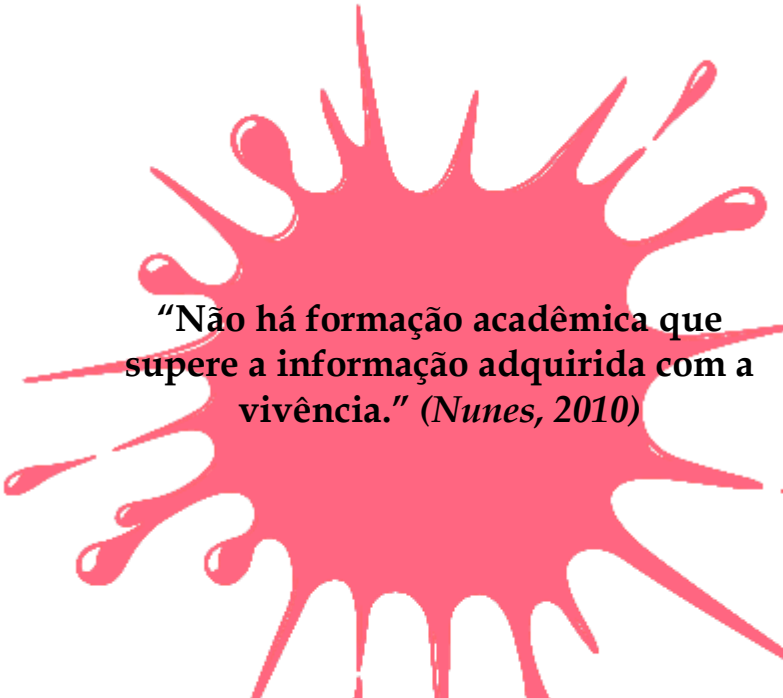
Outro recurso importante é o W3C (Consórcio *World Wide Web*) que recomenda estratégias, diretrizes e recursos para tornar a Web acessível a pessoas com deficiência.

Dessa forma, percebe-se uma preocupação eminente no tocante "se tem havido e de que forma tem sido esse acesso" e nesse sentido tem se buscado por meio de criação de leis, normas, decretos, políticas, utilizando de artifícios decorrentes do avanço tecnológico, garantir que esses direitos sejam de fato efetivados.

Concordando com Lima, Santos e Llarena (2014), entende-se que se facilitado e favorecido o acesso às informações, a partir desse acesso, permitirá aos sujeitos o exercício da cidadania, o reconhecimento e garantia de seus direitos individuais e coletivos como também o seu desenvolvimento como sujeitos ativos e críticos.

7

O ACESSO À INFORMAÇÃO E O SEU PAPEL NA (IN)EXCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE



"Não há formação acadêmica que supere a informação adquirida com a vivência." ***(Nunes, 2010)***

7 O ACESSO À INFORMAÇÃO E O SEU PAPEL NA (IN)EXCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Na sociedade contemporânea a informação no sentido de conhecimento comunicado (disseminado), desempenha um papel central, em especial, após a II Guerra Mundial. Dessa forma, a informação é entendida como condição básica para o desenvolvimento econômico juntamente com o capital, o trabalho e a matéria-prima. (CAPURRO; HJORLAND, 2007)

Com o passar dos anos, a informação tornou-se indispensável também para o desenvolvimento da sociedade civil. Vimos que a informação tem um poder que vai além do simples ato de "informar". O seu acesso permite que o sujeito possa tornar-se mais crítico, mais capaz de interagir e exercer seu papel de cidadão.

É sabido que a informação bem como a transmissão de conhecimento vem sendo objeto de muitas pesquisas, revelando-se uma das ferramentas mais eficazes no processo de inclusão social, combatendo preconceitos e neutralizando estigmas (GIL, 2006).

Seguindo o mesmo pensamento de Gil, Pereira (2013) diz que a informação tem-se revelado uma das ferramentas mais eficazes no processo rumo à inclusão e acessibilidade efetiva, combatendo preconceitos e garantindo qualidade de vida para todos; portanto, é um compromisso que deve ser assumido por todos nós, em nossas respectivas esferas de ação e influência.

Vimos que a inclusão é um processo que acontece do indivíduo para a sociedade e da sociedade para o indivíduo, não são apenas com recursos físicos ou arquitetônicos, mas envolve também o comportamento das pessoas frente às necessidades de outrem.

É importante frisar a diferença entre acessibilidade e inclusão, normalmente, muitas pessoas confundem que ao dar possibilidades de acessibilidade está possibilitando ou efetivando também a inclusão, e não funciona bem assim. A acessibilidade é de extrema importância para que o indivíduo realize de forma

autônoma e segura, atividades, ações que auxiliem na inclusão. Em síntese, a acessibilidade é um dos passos essenciais para a inclusão.

Para Silva (2012),

> Nos dias atuais a informação tem um papel ativo preponderante nas relações sociais, para a criação de conceitos e de novos paradigmas, criando vínculos, estabelecendo comunidades, fazendo uma ponte de ligação que permite ao homem interagir, opinar, decidir e, sobretudo, conhecer as verdades para a tomada de decisão com juízo de valor pleno e consciente. (SILVA, 2012, p. 31)

Barreto (2008, p. 9) fala que

> A informação sintoniza o mundo, pois referencia o homem ao seu passado histórico, às suas cognições prévias e ao seu espaço de convivência com outros homens, colocando-o em um ponto do presente, tendo uma memória do passado e uma perspectiva de futuro; o indivíduo que apropria o conhecimento se localiza em um ponto no presente que é o espaço de assimilação da informação.

Ainda pela perspectiva de Barreto (2008) o acesso/interação com a informação pode gerar o conhecimento. Para entender melhor essa relação o autor diz que

> A geração de conhecimento é uma reconstrução das estruturas mentais do indivíduo realizado através de sua competência cognitiva, ou seja, é uma modificação em seu estoque mental de saber acumulado, resultante de uma interação com uma forma de informação. (BARRETO, 2008, p. 11)

Sendo assim, entende-se que no meio escolar/acadêmico não será tão diferente. Nesse meio em específico, a informação poderá ser encontrada e recorrida em dois momentos: o simples ato de informar-se com fatos, serviços prestados, direitos e deveres que lhe pertençam; e aquela informação que dará ao sujeito subsídios para que possa permanecer e concluir seu curso. Sendo esse tipo de informação mais corriqueiramente encontrada por meio das aulas, dos livros, dos periódicos e outros materiais informacionais

Contudo,

> A existência das limitações individuais adverte para o fato de que algumas pessoas necessitam que a informação lhes seja transmitida

> de uma forma estabelecida, para que possam captá-la e compreendê-la, e demonstram que, embora a limitação possa estar associada a uma deficiência específica, ela não é determinada por esta Os meios de comunicação e os ambientes educacionais ilustram bem a necessidade de que haja acessibilidade no processo de comunicação, objetivo esse que só é alcançado quando se conhece e se aplica o princípio da redundância na transmissão da informação.. (TORRES, MAZZONI, MELLO, 2007, p. 382).

Além do simples ato de informar-se, Torres, Mazzoni e Mello (2007, p. 379) explicam que

> Em ambientes educacionais, as pessoas que estão na posição de aprendizes necessitam processar a informação por meio de um conjunto de ações que ocorrem em tempos distintos. Além da ação básica de captar a informação, é necessário também fazer algum registro sobre ela (os apontamentos pessoais) para que posteriormente possa ser feito, por esse aluno, o estudo e a revisão do assunto pertinente.

Devido a essas limitações e peculiaridades que uma pessoa com deficiência/necessidade especial possui, muitos são os desafios encontrados para o processo de uma inclusão efetivada e uma possível permanência no meio acadêmico, que pode ocorrer através da democratização e da efetivação do direito ao acesso à informação.

Porém, existem outros desafios que acabam gerando uma ineficiência nos serviços, barreiras que vão desde a atitudinal até a parte arquitetônica, ou seja, de gestão, de destinação de recursos financeiros, de língua, etc.

Um exemplo a ser citado é a carência dos profissionais que atuam e que possuam habilidades e/ou treinamento, como ainda recursos tecnológicos, adaptações arquitetônicas que possam atender às pessoas que possuam alguma necessidade especial.

Contudo, já existem formas de superar esses desafios, sejam através de capacitações, por meio de utilização de tecnologias assistivas, etc... Muitas são as recomendações e tecnologias existentes que auxiliam e facilitam o acesso à informação da pessoa com deficiência/necessidade especial.

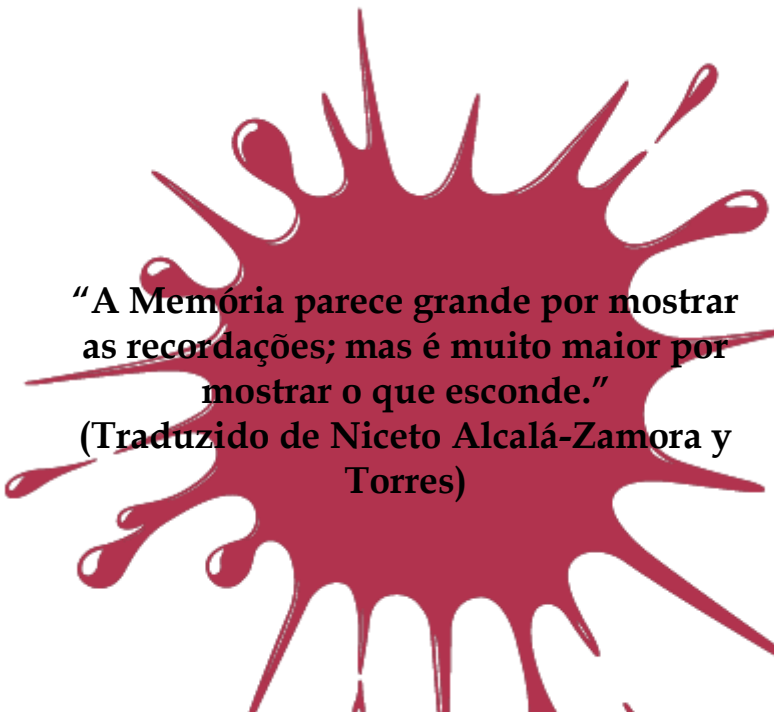
Sendo assim, levamos em consideração que o acesso à informação pode gerar o conhecimento como também ser um 'agente' de inclusão social e ainda suprir as

necessidades educacionais de uma parcela da população que possui alguma limitação que lhe impede ou dificulta de ter acesso à informação geral e científica.

Logo, o acesso à informação pode se apresentar como fator de motivação, inclusão e acessibilidade na Universidade. E no caso da não efetivação desse acesso pode se apresentar como fator de desmotivação e exclusão/desistência de/em uma determinada atividade/ação, especialmente, a inclusão e permanência da PcD na Universidade.

8

“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS” . . .



“A Memória parece grande por mostrar as recordações; mas é muito maior por mostrar o que esconde.”
(Traduzido de Niceto Alcalá-Zamora y Torres)

8 "NADA SOBRE NÓS SEM NÓS" . . .

PAULO ROBERTO

Paulo Roberto é um jovem adulto de 31 anos, solteiro, comunicativo e muito bem humorado, gosta muito de interagir com as pessoas. Tem deficiência motora, especificamente a Doença Motora de Origem Cerebral, DEMOC[4], desde que nasceu. Alfabetizado apenas aos 12 anos, Paulo sempre quis frequentar a escola regular, mas só em 2006 quando já era maior de idade, começou a frequentá-la. Em 2011, passou numa seleção para estudar no Instituto Federal da Paraíba, onde formou-se em 2014 no curso de Eletrônica. Atualmente está cursando o 2º período do Curso de Biblioteconomia na Universidade Federal da Paraíba. Sensível e com facilidade de utilizar as palavras, Paulo adora fazer poesia. É um exemplo de superação. Sua entrevista foi o ponto zero da rede, foi realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB.

Tom vital: "Eu senti que por esses problemas da UF, de acessibilidade, a instituição precisava de mim"

Meu nome é Paulo Roberto, eu entrei aqui [UFPB] no ano passado na primeira chamada, eu sempre quis fazer o curso de Biblioteconomia por que eu acho muito interessante.

Desde pequeno que eu queria estudar, via meu irmão indo pro colégio particular e ficava com vontade de ir também, só que na época,o povo não tinha a mentalidade que tem hoje, que evoluiu um pouco, não muito, mas evoluiu. Então minha mãe ficava com medo de me colocar num colégio normal e eu não acompanhar e eu sabia que eu podia acompanhar, só que ela por receio, não me colocou, e desde pequeno que eu sempre queria ir para o colégio regular. Que se chama, normal.

Mas, se o povo não está preparado hoje, imagine 20 anos atrás. Então ela tinha receio de me traumatizar, só que eu nunca tive medo, por que eu sempre quis estudar. Me perguntavam: - "Menino, o que é que tu mais quer?" . E falava "eu quero estudar."

---

[4] Termo esclarecido pelo entrevistado.

Aí quando eu fiz 21 anos, quando ela não tinha mais como impedir, aí ela disse: - "Pronto, você já é de maior, você faz se você quiser" só que até hoje eu sempre brigo com ela assim, por que ela sempre tem muito receio de eu não acompanhar as coisas.

Em 2015, entrei na UFPB [Universidade Federal da Paraíba], utilizando a política de cotas para pessoas com deficiência, mas poderia ter utilizado também cota para escola pública. Foi a segunda vez que entrei na UFPB só que na primeira vez não pude cursar por causa de problemas burocráticos da Escola onde eu estudava, pois eles contabilizaram a Carga horária de forma equivocada.

Na época, eu estudava no Instituto Federal da Paraíba e após eu me formar em Eletrônica eu vim para cá [UFPB].

Eu sempre recebi muito apoio para estudar, de todas as partes que me acompanham, creio que teve aquele receio de mãe, ela não ficou muito contente pela minha mudança, como quando eu passei para o IFPB [Instituto Federal da Paraíba], ela ficou receosa de eu não acompanhar.

Mas eu já estava meio que preparado para entrar na UFPB, até porque eu entrei no IF para me preparar para vir para aqui, então eu sinto que eu tive uma boa base pra não ficar muito nervoso na hora de vir para aqui. E interessante é que eu fiquei mais nervoso para ir para o IF do que pra vir para UFPB.

No ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] anterior, já tinha passado para cá, e tipo, minha redação foi razoável, então eu estava confiante de vir para cá, e se eu não passasse, eu ia continuar no IF, por que eu tinha um projeto lá que eu tinha aprovado, mas como eu passei, eles me liberaram.

Eu fiquei feliz de entrar na UFPB. Eu já tinha ouvido falar através de relatos dos meus amigos de que a Universidade não era muito acessível, é tanto que a minha mãe ficou com mais receio por causa disso, por causa que não é muito acessível, por causa do tamanho também e por que como eu já estava acostumado no IFPB, pelo fato de ser menor, mais familiar, assim, todo mundo me conhece.

Tanto que quando eu passei pra UFPB, todo mundo ficou feliz mas ao mesmo tempo ficou triste por que eu ia sair de lá. Saí, saí feliz mas também triste porque tenho o IF como minha segunda casa, tanto que quando eu passei falaram lá: - "Quando você precisar estagiar, venha para cá, ou se não se sentir à vontade, pode retornar para cá". Mas eu senti que por esses problemas da UF, de acessibilidade, a instituição precisava de mim.

Meus amigos do IF falaram: - "Paulo, tu vai embora é"? eu falei: - "Olhe, minha missão já terminou por aqui, tenho que ir para a UFPB porque eles precisam mais de mim do que o IF que já está bem encaminhado, mas se precisarem, eu fico lá a disposição."

Mas até agora meu relacionamento com meus professores na UFPB está tranquilo, faço parte do grupo de pesquisa G.E.C.I.M.P [Grupo de Estudo em cultura, informação, memória e patrimônio] são todos muito compreensivos, sempre perguntam se estão fazendo correto, qual é o jeito melhor, aí eu falo para eles não se preocuparem que eu vou falar se tiver alguma coisa diferente. E com os meus colegas tudo normal, me dou bem com todos, não tenho do que reclamar. Às vezes é que preciso explicar ao professor como tem que ser a prova, que apesar de eu escrever, normalmente tem que ser objetiva.

Através do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, eu consegui uma cadeira de rodas motorizada, um computador, 2 alunos apoiadores que me auxiliam nas atividades acadêmicas e tem meu cuidador que é apenas para as minhas necessidades extra curriculares, esse cuidador veio comigo do IFPB para UFPB para ficar mais fácil de me adaptar.

Com relação ao Comitê, o setor lá do IFPB, o NAPNE [Núcleo de Apoio ao Aluno com necessidades Especiais], já tinha se comunicado para informar e preparar eles, com o intuito de me deixar mais seguro. O NAPNE do IFPB me ajudou muito nessa preferência de vim pra UFPB.

No começo sempre tem algumas dificuldades, mas estou me habituando. Eu ainda estou me habituando, depois de quase 5 anos sair do IFPB, para eu me habituar é um pouco demorado, eu ainda me perco.

A minha primeira dificuldade foi o transporte, porque lá no IF eu tinha um auxílio transporte e um auxílio alimentação. Porque como eu venho de carro, então, eles fomentavam meu transporte.

Mas tudo no dia a dia é um desafio. Não existe nada que não seja desafio. Se não for desafio, não seria nesse mundo. Então assim, o mais relevante pra mim, é o ser humano. Por que mesmo eu explicando as pessoas como é, elas pensam que isso é favorecimento, eu sempre sofri isso por toda minha vida acadêmica, não só na UFPB, mas em tudo o que eu passei.

A maior dificuldade pra mim, não é acessibilidade, e acaba sendo também! Mas pra mim não é o principal. Até porque acessibilidade vem da mentalidade do ser humano, então se o ser humano mudar, aí isso vai melhorar.

Esse ano, até agora, não estou tendo dificuldades para ter acesso às informações e aos materiais técnico-científicos, por que os professores estão mandando tudo digitalizado pra o meu e-mail ou para o e-mail da turma, então fica melhor pra mim pois tenho facilidade para mexer no computador. E os colegas também me ajudam em relação a isso.

Quando um professor passa algum trabalho ou um conteúdo para pesquisar, normalmente eles já enviam pro e-mail e aí eu faço com a minha apoiadora, e quando é preciso, vou para a casa dela ou vice e versa, ou quando tem pouca coisa, nós chegamos mais cedo na UFPB pra dar conta.

Quando preciso, faço pesquisas utilizando o Google e quando o professor direciona um site específico, aí eu vou por ele. Utilizo a Biblioteca Central que fica próximo ao RU (Restaurante Universitário) por ela ser maior, acredito que tenho mais possibilidade de encontrar o conteúdo, pelo menos pra mim. Porém, raramente eu vou ao acervo, normalmente eu vou no computador, busco e meus acompanhantes vão pegar.

Até agora nunca aconteceu de eu precisar de um material e não conseguir, mas deve ser muito chato. Até por que o professor cobra isso na sala, e se a pessoa não faz, pensa logo que a pessoa é relaxada ou pior, né? Pensa que filou de alguém ou quando tem necessidades especiais, não são todos que pensam, mas tem uns que imaginam que foi ajudado ou foi favorecido de alguma forma.

E eu gosto muito de ler, não tanto impresso, prefiro digital ou por vídeo, porque pra mim fica melhor, mas quando leio, além dos livros do curso, eu gosto de ler livros espíritas.

Eu considero que o acesso à leitura, o acesso à informação, é um fator importante que me ajudou a entrar na Universidade e para eu concluir também. Quando eu era pequeno, meus 9 ou 10 anos, mesmo sem saber ler muito, eu via muito jornal com meu avô, lia gibi, mesmo sem saber ler muito, mas eu lia. Então, minha mãe lia pra mim também, muito. Então é por isso que um pouco da capacidade que eu tenho hoje, apesar d'eu não ler muito hoje, é muito pelo fato de eu ter tido isso na infância.

Então, até agora a UFPB tem me oferecido condições para que eu possa cursar meu curso, não sei mais futuramente. Pelo que o povo falava, eu achava que seria pior, mas não. Está até acima das minhas expectativas. Eu sempre gostei de desafios, por isso eu digo "eu sou formado em eletrônica", ninguém imaginava que eu ia fazer um curso de eletrônica, por causa da minha mobilidade reduzida. E eu sofri um pouco com isso, um pouco não né, razoável. Por que os professores não estavam preparados, aliás, nenhum professor está

preparado pra lidar com o diferente. Só, que falam que eu consegui mudar a cabeça das pessoas de lá, não de todas, mas de 80% pelo menos eu mudei.

Apesar de não estar tendo muitas dificuldades, não posso dizer que o Centro onde estudo é inclusivo, nem a UFPB. Ao meu ver, ainda não, mas está caminhando para ser, aliás, eu me atrevo a falar que aqui, posso até está errado, mas acho que aqui não tem, ainda, pelo menos pela região do Nordeste, não tem nenhuma instituição 100% preparada, pode ter 60%, 70%, mas 100%, 90% não. Mas a UFPB está num bom caminho, mas vai ser um pouco lento, por que a Universidade é muito grande, são muitos cursos, muitas realidades diferentes, e só um setor para dar conta dessa universidade desse tamanho. E mesmo com toda vontade do mundo, não dá se não tiver uma cooperação como capacitação, mas capacitação de verdade, não só no papel para dizer que é capacidade.

E para melhorar mais, ao meu ver, precisava de um apoio de transporte, está certo que o comitê tá tentando conseguir isso, mas sei que não é muito fácil, por que, pensam que a Federal tem recursos, mas não é bem desse jeito. Então, eu acho que é o meio de locomoção, seja, financeiro para ajudar no transporte como tem no IFPB. Que consertem as vias, os acessos da Universidade. Porque mesmo com a cadeira motorizada, é difícil ir para alguns lugares, por que tem buracos e força a cadeira, danifica o patrimônio que é da Universidade. Mais salas acessíveis, porque não tem salas acessíveis. Assim, 90% das salas, são com batentes e são estreitas, não dá para passar uma cadeira ali, e mais cuidado com os banheiros, porque uma pessoa com deficiência, precisa de muito asseio, principalmente que não é o meu caso, mas tem pessoas que fazem cateterismo, que precisam de uma assepsia 100%, senão, eles se contaminam e vão ficar doente e não vai poder cursar e vai ser obrigado a sair do curso.

Eu recomendo que as portas sejam mais largas e sem batente, pelo amor de Deus. Porque a pessoa pensa que não vai ser deficiente, mas todos podem ser deficientes um dia. E que coloquem elevadores ou rampas, mas rampas decentes, não uma ladeira, que a pessoa nem consegue subir, só com uma motorizada e muito mal. E quando for fazer rampa, coloque corrimão, por que tem pessoas cegas que usam a rampa para subir, por que não conseguem subir a escada, por que o degrau é muito alto. Fazer uma revisão na plataforma da Biblioteca Central que está precisando. E que melhore o projeto mesmo, coloquem piso tátil pela Universidade. Por que prejudica muito a cadeira.

É engraçado que eu tenho uma amiga cega que tem um amigo que estudava aqui, aí ela disse que a aula dele era de 13 horas, ele toda vez se perdia, perdia a aula, porque não tinha sinalização. Ele trancou o curso na época e não fez, por que ele perdia aula direto.

As pessoas tratam o deficiente como ET, infelizmente. Eu tenho uma amiga que é deficiente visual que diz "olhe, essa palavra, inclusão não existe, é só no papel, só pra dizer que é politicamente correto, mas não existe ainda."

Por que a pessoa com necessidade especial é discriminada, seja pessoalmente ou profissionalmente, principalmente pelo lado pessoal, por que quando vê uma pessoa deficiente casado com uma pessoa normal, acha que é coisa de outro mundo. Pela sociedade, o deficiente tem que casar com deficiente, deficiente tem que se relacionar com deficiente, e não é desse jeito. Para as pessoas, o deficiente não tem vida amorosa, ele é assexuado, ele não faz nada, ele só é digno de pena ou para fazer fisioterapia e fonoaudiologia.

Eu posso até estar sendo um pouco radical com as minhas palavras, mas se você pensar bem, por mais que a pessoa seja sutil, compreensiva, mas é desse jeito! Se a minha mãe tivesse aqui e eu falasse isso, ela ia me matar aqui. Por que pensa que eu sou muito pesado entendeu, muito radical, mas é a verdade, doa a quem doer. Só que ninguém aceita isso, aí fica mais difícil ainda. Mas espero que um dia isso mude. Vai demorar um bocado, mas espero que isso mude um dia.

Oh! Eu sou tão doido, que eu escolhi uma profissão que também é discriminada, que infelizmente o bibliotecário é discriminado, não é compreendido na sua essência e isso é muito errado.

Eu fui no médico para mais exames, pra cadeira de rodas, aí ele precisava de vários exames, tal. E tipo, toda vez que os médicos mencionavam paralisia cerebral, eu ficava doido, eu só fiquei calado por causa da minha mãe e por causa da gentileza das pessoas, por que senão... O certo não é paralisia cerebral, o certo é D.M.O.C [Doença Motora de Origem Cerebral] tem que quebrar esse paradigma social que se enraizou e não quer sair mais, espero que um dia saia.

Quando as pessoas falam "portador de deficiência", "portador de cegueira", eu tento corrigir. O correto mesmo, não é cego, é pessoa com problema visual. Tipo como surdo-mudo, Não existe surdo-mudo, é surdo, eu conheço vários surdos que falam fluentemente.

Tem certas coisas como essa que eu comentei do médico que nunca se atualizava, que é a mesma coisa da humanidade com os deficientes, com os bibliotecários... É tudo questão de se

atualizarem, é questão de compartilhar o novo conhecimento que está aí para ser aprendido, só que a humanidade se acomodou.

JOSÉ RAFAEL

José Rafael, pessoense, solteiro, cadeirante, estudante concluinte do curso de Direito, independente, de voz uma tranquila e bastante tímido mas com uma personalidade muito simpática e receptiva. É um jovem adulto de 26 anos, que ingressou logo cedo para serviço público e com o apoio da família sempre estudou em escolas regulares. Concedeu sua entrevista no Centro de Ciências Jurídicas da UFPB onde tem aula.

Tom vital: "Desde criança, sempre recebi um incentivo dos meus familiares para estudar, para entrar na Universidade"

Eu estudo aqui no curso de Direito da UFPB desde 2010 e não utilizei nenhuma política de cotas, na época ainda era o antigo PSS [Processo Seletivo Seriado]. Na época não fiz nenhum cursinho, apenas o Ensino médio mesmo.

Trabalho aqui na Universidade desde 2009, sou assistente em administração e eu escolhi esse curso porque eu quero seguir a carreira jurídica e acredito que essa área vá me trazer muitas oportunidades em concursos que é o que eu desejo seguir.

Eu já havia estudado um tempo no curso de Tecnologias em Sistemas para Internet, no antigo CEFET [Centro de Ensino Federal de Educação Tecnológica], hoje IFPB [Instituto Federal da Paraíba], e no curso de Ciência da computação daqui da UFPB.

Desde criança, sempre recebi um incentivo dos meus familiares para estudar, para entrar na Universidade. No ensino fundamental, eu estudei numa escola do primeiro a quarta série, eu estudei em uma escola que era tudo no térreo, não tive grandes dificuldades não. Do quinto ao oitavo ano e o ensino médio, eu tive que mudar de escola e aí lá no meu bairro a gente só encontrou uma escola que tinha acessibilidade. [...].

Quando soube que havia sido aprovado no curso que queria, a sensação foi de satisfação, mas de bastante ansiedade também. Mas, por ser servidor ,já conhecia um pouco da realidade da UFPB, eu já sabia que há setores aqui que a acessibilidade é boa, em outras é ruim, nas ruas, por exemplo, nem sempre ela é boa.

Meu relacionamento com os professores e colegas de turma é tranquilo, há muito respeito na nossa relação.

Sei da existência de serviços, setores que oferecem auxílio aos estudantes com deficiência, como por exemplo, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, eu sei que há atendimento à pessoas com deficiência visual na Biblioteca central, conheço o NEDESP. E apesar de já terem me oferecido auxílio, por escolha própria nunca utilizei. Eu fiquei sabendo de divulgação de editais, mas não procurei me inscrever não.

A primeira grande dificuldade que enfrentei foi a questão de estacionamento aqui, que, que era mais complicado do que é hoje. A rampa daqui não é muito boa assim, eu até que tenho alguma força nos braços, ainda consigo superar, mas, se não fosse isso.

Agora, nesse 10º período, eu tive que pedir para mudar uma sala, por que ia ser no primeiro andar e não tinha rampa lá, era uma disciplina extracurricular que eu estou pagando lá no CCSA [Centro de Ciências Sociais e Aplicadas], que é um bloco mais antigo, né? Não tem rampa, mas foi resolvido.

Sobre o gosto pela leitura, Rafael falou que... gosto de ler, além de livros da área do direito, eu gosto de ler revistas semanais, livros de não ficção, leio desde criança.

Frequento a Biblioteca do CCJ [Centro de Ciências Jurídicas] e já fui algumas vezes na Biblioteca Central, mas foram poucas vezes. Quando vou à biblioteca que o livro está numa estante mais alta ,eu peço auxílio dos auxiliares ou do bibliotecário. Mas se eles tivessem algum auxílio onde eu pudesse pegar o livro sozinho eu acharia melhor, até porque é muito chato ficar fazendo barulho numa biblioteca, eu detesto, ficar chamando as pessoas.

Quando um professor passa um trabalho, uma pesquisa de um material, eu sempre busco outros meios, principalmente a Internet. Mas quando eu não consigo eu me sinto desesperado. E às vezes acontece. Aí tem que pedir ajuda aos colegas, ver quem conseguiu.

Para mim, é razoável esses recursos oferecidos pela UFPB. Se a gente for comparar com o restante da cidade, é bem razoável, mas tem algumas coisas simples que atrapalham. Uma rampa em que o asfalto atrapalha a passagem, coisas assim. Rampas que são mais íngremes do que deveriam.

Talvez para um deficiente auditivo, um deficiente visual, a Universidade não seja inclusiva, mas para um cadeirante é tranquilo. Mas, se for levar em conta tudo isso, não dá para dizer que é completamente inclusiva [...].

Eu acho que tem que ter uma preocupação maior com acessibilidade, assim, tanto arquitetônica: com rampas, elevadores, porque tem blocos novos que não tem acessibilidade, não tem elevador, não tem rampa, blocos novos. E também recursos assim para as pessoas que tenham dificuldade, que tenham deficiência na comunicação, na audição, pessoas com deficiência auditiva, visual, tem que ter interpretes de LIBRAS [...] que a gente sabe que é uma dificuldade, braile também, que eu sei de relatos de alguns colegas, que não é tão simples assim aqui na Universidade.

FABRÍCIA LOPES

Fabrícia, nascida no Sertão Paraibano, na Cidade de Boa Ventura, a caçula dentre quatro irmãos, 22 anos, solteira, deficiente visual, precisou deixar o carinho e os afagos da mãe e dos irmãos muito cedo para poder ter acesso à educação, pois precisou migrar para a capital do nosso estado em busca deste sonho. Gosta de praticar esportes, é muito comunicativa, simpática, risonha e muito esforçada. Tem o corpo e a cara de menina, mas a mentalidade de uma pessoa muito madura. Um pouco agitada e ansiosa, concedeu entrevista em uma sala de aula do Centro de Educação próximo ao NEDESP.

Tom vital: "[...] o problema é meu se eu não tive acesso, se a universidade não conseguiu me dar, o problema é meu!".

Meu nome é Fabrícia Lopes, eu sou natural de Boa Ventura, uma cidade lá do Sertão [Paraíba], mas eu já moro aqui em João Pessoa há 16 anos. Tenho 22 anos e eu vim para João Pessoa pra poder estudar, porque na minha cidade não tem estrutura nem nada assim, nem nada perto para que que eu pudesse ir. Então eu vim pra cá para estudar. Estudei, fiquei interna durante muito tempo, agora eu não lembro quanto tempo, acho que uns 10, 12 anos, no mínimo uns 12 anos no Instituto dos Cegos [Paraíba], onde eu tive meu primeiro contato com a escola, onde tive minha alfabetização em braile e fiquei até a quarta série lá na instituição.

Eu moro com meu irmão, porque minha mãe ela mora no Sertão até hoje, na época que eu vim pra cá pra João Pessoa, eu vim sozinha, eu tinha, seis ou sete anos, ela veio comigo só até aqui, mas ela não podia ficar, porque tinha meus irmãos que na época eram pequenos também e ela tem um comércio, um mercadinho lá em Boa Ventura que é a vida dela, então, eu vim pra cá, passei uns dois, três anos ainda sozinha, tinha o internato no Instituto, eu ficava interna e eu ia pra casa duas vezes por ano, em junho e no final do ano.

Foram épocas muito difíceis, eu tive que amadurecer muito rápido e muito na marra, eu era muito mimadinha, eu era filha única de quatro homens, eram eles quatro e eu a mais nova, então eu era muito mimadinha. E cheguei com seis, sete anos e tive que me adequar a

realidade na marra, no choro, na briga, mas tive que amadurecer muito rapidamente, por isso que hoje em dia, eu sou muito vista como uma pessoa que se vira sozinha.

Depois de uns três, quatro anos, meu irmão veio morar aqui, ele casou e veio morar aqui para ficar comigo, por que teve uma época que o internato do Instituto acabou, não é que acabou, passou um tempo que não era direto, aí chegou uma época que não ficou mais direto, aí todo final de semana a gente tinha que ir pra casa.

Eu tinha tios aqui, eu passei muito tempo indo pra casa deles, mas, não era a mesma coisa. É muito diferente, não eram tios que eu convivia minha vida inteira. Então aí ele sentiu a necessidade de vir pra cá pra ficar comigo, tá aí até hoje, mas tem muitos planos de voltar pro interior, a vontade dele de fato é voltar pra lá, eu falo pra ele: - "Tá bom, tu já viveu demais minha vida, vai agora fazer o que tu quer fazer..." E tanto ele como minha cunhada eles tem muita vontade de voltar pra lá [Boa Ventura], e eu falei pra eles que eu não vou mais ficar prendendo, o máximo que eu conseguir agilizar as coisas, eu vou tentar pra que eles sigam a vida deles mesmo.

Mas eu sempre tive muito apoio com relação a isso, eu sempre tive muito, não sei, como eu falei, por ser a única menina e aquela coisa do orgulho, nenhum dos meus irmãos conseguiram chegar, só um conseguiu terminar o ensino médio, mas parou por aí.

Foi muita coragem da minha mãe ter me deixado vir para João Pessoa com essa idade, e foi muita vontade minha também, ela não queria não. Po que foi assim, na época a Presidente do Instituto e não sei como souberam que eu existia lá no Sertão, até hoje eu não sei disso porque ela infelizmente ela já faleceu, mas na época, foi ela e um Senhor que era advogado. Eles foram lá no carro e foram falar, conversaram com minha mãe, mas por ela eu não vinha, - "não, não vai" e eu chorei, esperneei, quis porque quis vir. Eu já tinha muita vontade de estudar, na época que eu morava no Sertão eu ia pra escola com o pessoal, só pela vontade mesmo. Por ue era praticamente impossível, só pela vontade mesmo de estar na escola e ela sempre percebeu isso em mim, então, foi um "chororô" danado porque eu queria vir e ela não queria deixar, mas ela não teve escolha, ela disse então: - "não, já que é uma coisa que ela quer muito ela vai" talvez ela se arrependa hoje em dia, po que hoje eu sou muito independente. Talvez ela queira muito ter esse cuidado comigo e eu não deixo, eu sou meio que arisca pra essas coisas, mas...

Depois que eu saí do instituto, na quarta série, eu fui para a escola regular, eu estudei todo meu fundamental e médio, todo na escola regular, em escola pública.

A minha deficiência não é congênita. Eu não vou saber direito o nome, porque, eu tinha um ano e um pouquinho e por conta da dificuldade de informação mesmo da minha família, a gente não sabe direito até hoje o que que aconteceu, para eu poder ter perdido a visão. Foi uma perda gradativa, eu perdi a visão em um olho com um ano e com mais alguns meses eu perdi a visão do outro, então, foi uma coisa meio que gradativa, não foi congênita e até onde a gente sabe não é genético, porque não tem ninguém na família que tenha tido esse problema, então, na verdade falta até muita informação pra mim até hoje acerca dessa deficiência.

No momento só estou estudando, nem que eu quisesse trabalhar, acho que conseguiria. Eu vivo brincando: "desde que eu entrei aqui na universidade, principalmente no meu curso, que é integrado, só se eu trabalhasse de segurança, a noite, porque é o único tempo que me resta." Agora é que está mais tranquilo.

Eu entrei na UFPB em 2012.1, estou no oitavo período do Curso de Psicologia, tecnicamente, eu vou terminar o meu curso com onze semestres. São dez, mas vou terminar com onze. Na prática, eu terminaria em 2016.2, que seria ano que vem, na metade do ano que vem. Só que por questões minhas e por conta da minha área de estágio, que eu escolhi ser muito puxado. Porque são quatro, eu escolhi a área educacional, então, são quatro dias na escola, um turno inteiro e um dia de supervisão, então, eu preferi deixar ele só o estágio. Então se eu quisesse, eu poderia já estar estagiando, para poder adiantar o curso, mas, então eu preferi terminar todas as minhas disciplinas esse ano e ficar com o estágio o ano que vem inteiro.

Eu entrei na UFPB direto, sem precisar utilizar as cotas, mas eu teria a possibilidade de entrar com duas cotas, tanto a de deficiente como a de escola pública, mas eu entrei direto. Na época ainda era vestibular [PSS], não foi nem ENEM, eu nunca fiz ENEM na minha vida.

Eu recebi apoio para estudar e ir para a Universidade, da minha família, muito do Instituto [dos cegos], do pessoal da instituição, eles sempre me deram muito apoio, porque no vestibular você fazia prova do primeiro e do segundo e se não passasse você não fazia do terceiro. Então, na época que eu fiz eu estava no terceiro. E eu fiz as três provas no mesmo ano. Eu tive muita influência da instituição, porque eu estudava pela tarde na minha escola, no Olivina [Escola da rede pública estadual] na época, e pela manhã, eu passava a manhã

inteira no Instituto, meio que um reforço, tanto fazia as tarefas da escola quanto estudando mesmo para o vestibular.

Eu nunca fiz cursinho, até por conta dessa minha carga horária que eu já tinha tanto da escola, de estar um turno na escola e um turno na instituição. Porque tanto a gente tinha essa parte do reforço e tudo mais, mas a gente tinha outras aulas extracurriculares, por exemplo: educação física, porque a que eu tinha na escola era meio que fachada, porque a educação física que eu tinha de fato era na Instituição, tanto que a minha nota pra escola era dado pelo meu professor da instituição, eu sempre tive educação física lá [Instituto dos Cegos].

Então, eu nunca fiz cursinho, na verdade eu acho que nem estudei direito pro vestibular, muita coisa que eu fiz na prova foi por conta da escola, por conta das coisas da escola. Eu tive muita sorte por ter estudado, por ter levado um pouco a sério.

Porque tem muita gente que não leva muito a sério o ensino médio e acaba precisando fazer cursinho. E também até por conta da dificuldade que era na escola, assim, por conta do acesso mesmo, do acesso à informação. E eu tinha que me esforçar mais, mais que as pessoas que estavam na escola, só aquilo não era suficiente, só estar na sala de aula não era suficiente, então, foi muito por conta disso que eu consegui êxito no vestibular. Eu tive, por exemplo, amigas minhas que fizeram vestibular comigo e não conseguiram passar e estudavam comigo em sala de aula, estudavam comigo na instituição, então, acho que por um lado foi um pouco de mérito meu mesmo, pelo fato de conseguir assimilar as coisas.

Psicologia foi a minha primeira opção de curso, até porque vestibular não tinha muito isso de escolher mais de uma opção, você só podia escolher uma coisa, ou você passava ou você passava. Mas se eu fosse escolher no ENEM hoje, não sei, eu falo isso porque eu estou estudando psicologia, talvez se eu fosse fazer, não sei se escolheria, mas hoje eu sou muito grata por ter escolhido esse curso. Na época, ainda era muito confuso, para falar a verdade, eu não sabia muito bem o que eu queria, eu até vários testes vocacionais e tudo mais, tudo dava tudo o que eu queria, então foi uma confusão muito grande na minha cabeça. Psicologia era uma das minhas opções mas não era a única.

Na época que eu fiz o vestibular fiz com a minha amiga e eu brincava com ela, porque ela queria passar mais do que eu. Eu não tinha tanta vontade assim, claro que eu fiz com toda seriedade, mas eu não tinha tanta vontade assim de passar, na hora, sei lá, eu acho que eu estava um pouco cansada de tanto estudar, estudar, estudar.

Eu tinha passado 12 anos da minha vida direto estudando, então eu acho que eu queria um pouquinho, pelo menos um semestre, alguns dias de férias.

Eu nem estava olhando, aguardando o resultado, quando saiu, quem olhou pra mim foi uma professora minha lá do Instituto, que ela sempre pegava no pé da gente pra a gente passar no vestibular e era um saco, então quem olhou pra mim foi ela.

Ela me ligou louca da vida, dizendo que eu tinha passado. Eu não sei qual foi minha nota, eu não sei quanto eu tirei, eu não sei nada. Só sei que eu passei, que ela falou que eu tirei uma nota muito boa na redação que, graças à isso, po que meu forte sempre foi muito a linguística, a redação, então, eu me salvei muito por isso.

Eu sei de algumas notas por causa do gabarito, que eu sabia que seria muito baixa, física por exemplo, eu sabia, e aí eu tive a curiosidade de olhar "caramba, realmente eu passei, muito por causa da redação e da, da…" eu sabia pelo gabarito. A gente pegava o gabarito na época e verificava antes mesmo da nota, aí eu tinha visto que por exemplo, eu tinha fechado a prova de Espanhol e a prova de Português, então eu sabia que ia me salvar em muita coisa, mas eu não olhei a nota não.

Hoje, estudando psicologia, a gente tem esse costume de se autoanalisar, então, hoje, como estudante de psicologia, talvez essa coisa de eu querer achar, que eu não queria passar no vestibular porque eu estava cansada, talvez não fosse isso de verdade.

E fosse muito por causa do medo, porque eu estudei desde a minha quinta série até o meu terceiro ano, com três amigas minhas, então, como elas não tinham passado, aquilo me deu uma coisa ruim, realmente muito complicado. E hoje, eu como estudante de psicologia, eu vejo que talvez tenha sido isso uma fuga de dizer: -Ai eu quero férias! Na verdade era um pouquinho de medo de enfrentar uma coisa totalmente nova sem aquelas pessoas que sempre estavam ali.

No meu curso, a presença de uma pessoa com deficiência é relativamente novo, aqui na universidade, no curso de psicologia e até hoje, então quando eu entrei foi muito complicado pra mim. Porque o curso de psicologia em si ele já é complicado pra qualquer pessoa por conta da dificuldade de livros, tanto aqui na biblioteca, como da dificuldade de conseguir os materiais. Muitas vezes o professor mandava foto do livro, aí eu tinha que me virar, por exemplo, pedia para minha apoiadora poder transformar aquele material para dar um jeito para eu poder ler. Porque ou o livro era muito caro ou o livro não tinha na biblioteca, são muitas teorias e a biblioteca não é atualizada minimamente.

Então se a gente precisa de um livro, vai ser de uma teoria muito antiga para poder ter lá na biblioteca, então minha dificuldade começou a partir daí, mas graças a Deus eu tive muitos professores que me auxiliavam em tudo que eles podiam. Emprestavam o pen drive deles com livros que eles não queriam que eu passasse para ninguém, mas eles me disponibilizavam. Então, eu tive muita sorte disso, de ter muito professor que que me ajudou. Fui muito bem recebida por muitos professores do meu primeiro período, que foi o mais complicado, porque imagina você no primeiro período, você em adaptação, você fora de tudo aquilo que você vivenciava e você pagando oito disciplinas. Foi de enlouquecer, mas eu tive muita sorte de ter pego muitos professores que me ajudaram, eu até brinco com uma amiga minha que entrou aqui agora, eu fiz: - Calma mulher, o primeiro período é feito para a gente desistir, se você não desistir no primeiro, você não desiste mais nunca. Porque o primeiro período, é o pior de todos e pra mim que na época nem tinha esse programa do aluno apoiador, foi aí que eu me virei nos 30 mesmo. E também, contando muito com ajuda dos meus amigos, dos meus colegas de sala que eu tive no meu primeiro período. Se não fossem eles eu não sei se eu teria conseguido estar aonde eu estou. Não são todos, mas uns cinco, dez… eu tinha uma turminha muito boa de cinco, sente pessoas que, caramba, eles me ajudaram tanto na minha locomoção quanto nos trabalhos mesmo, eles foram muito, muito importantes para que eu conseguisse chegar até hoje.

Esse aluno apoiador é uma política bastante nova, implementada graças à um comitê de inclusão, que deveria ser algum setor ou uma Pró-Reitoria da universidade, mas não é, por exemplo, o NEDESP, tudo o que a gente precisa do NEDESP, papel para impressão, algum scanner que precisa ser trocado ou coisa do tipo, tudo vai depender do Centro de educação, quando isso deveria ser através do comitê de inclusão.

Seria bom que o Comitê fosse reconhecido como parte do sistema da universidade, tudo isso seria muito mais fácil se fosse de responsabilidade do comitê, porque para conseguirmos alguma coisa pelo Centro de Educação, é uma luta que só Deus. É um vai e volta, manda pra um, manda pra outro, daqui que chegue na Reitoria.

O NEDESP deveria ser de responsabilidade do Comitê, porque se é um apoio para a pessoa com deficiência, a lógica seria que fosse do Comitê de inclusão.

Logo que eu entrei na UFPB, não existia aluno apoiador nem o Comitê existia, mas quando passou a existir, a professora, que é a responsável pelo comitê, a professora Andreza, antes mesmo de começar esse aluno apoiador, ela veio aqui no NEDESP, tentou reunir todo

mundo e pegou o e-mail de todo mundo para avisar que estaria sendo lançado o edital de seleção, e para a gente procurar em sala de aula uma pessoa. Enfim, ela fez todo um trabalho inicial antes mesmo de começar a valer essa política do aluno apoiador.

Então eu consegui um aluno apoiador a partir do segundo período e isso melhorou muito.

Eu lembro que a minha primeira grande dificuldade aqui na UFPB foi a locomoção. A dificuldade de acesso era gritante, não por conta da sala, porque eu também tive sorte, na época do meu primeiro período ficou tudo numa sala. Mas nem sempre foi assim, nesse primeiro semestre eu dei muita sorte de ter ficado todas as disciplinas em uma mesma sala e tudo no CCHLA [Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes].

Eu sentia dificuldade de, por exemplo, se precisasse ir pro RU, eu dependia de alguém, eu não ia conseguir chegar lá sozinha, se eu precisasse ir na Reitoria, até a sala de aula. A universidade não é só sala de aula e até hoje o acesso ainda é muito complicado.

Mas hoje em dia eu não sinto tanta as dificuldades, muito por conta do auxílio da minha aluna apoiadora. Hoje em dia eu não consigo sentir tanto, e também por já conhecer a Universidade, de saber que posso solicitar a sala.

Por exemplo, meu primeiro e segundo período eu tive disciplinas que eram lá no CCS [Centro de Ciências da Saúde], então depois de um tempinho sofrendo um pouquinho ainda, no segundo período foi que eu vim saber que eu poderia requerer essa sala aqui pro CCHLA, graças a professora Andreza e o comitê de inclusão.

O povo do CCHLA tinha mania de colocar a gente numa sala num prédio de difícil localização, com vários andares, era muito ruim o acesso.

Aí era sempre uma briga, porque toda vez que começava o semestre eu tinha que ir lá na coordenação e dizer: - Gente, pelo amor de Deus, não me coloquem nesse Afeganistão [definição dada pelos alunos a um prédio do CCHLA da UFPB] porque não tem condições. Aí mudou isso, mas graças à informação, até eu saber disso eu ia sofrendo lá pro CCS, tinha aula de duas horas da tarde e o sol quente de uma hora e pouca, eu e a minha turma, graças a Deus que era uma turma grande então a gente se reunia e ia todo mundo. Mas era aquela coisa eu tinha essa disciplina de duas horas lá no CCS, a disciplina era de duas às quatro horas, e às quatro horas eu tinha que estar na Central de aulas para ter outra aula. Então ficava uma coisa muito complicada. E a partir do momento que a gente conseguiu fazer essa mudança, até

para minha turma mesmo, foi muito bom, todo mundo me agradece porque foi uma coisa que serviu pra mim, mas que ajudou todo mundo de uma certa forma.

Com relação ao professor, eu tive alguns probleminhas por conta de muito conteúdo da psicologia é antigo. Então, por exemplo, quando era algum tipo de documentário ou filme, eu já tive filme de ser legendado e eu ficar lá viajando. Agora que eu tenho minha apoiadora não, ela "se vira nos 30" para ler o filme, tem hora que eu não aguento e falo: - "Pelo amor de Deus, já deu." Porque são coisas muito grandes, os filmes de psicologia são filmes imensos, coisa de uma hora e quarenta, uma hora e cinquenta e são aqueles filmes bem antigos. Então, eu tive muita dificuldade por isso também, mas eu tive muito também por conta de professor que não estava nem aí mesmo. Professores que já tinham me dado aula em outra disciplina e em uma segunda disciplina, e mesmo assim não estava nem aí. E muitas vezes, o pessoal da sala até falava: - "professor, mas esse filme tem dublado" e ele respondia: - "ah, é? tem?", como quem não se interessou em procurar. Então, eu passei muito por isso. Tive muitos professores que foram assim, tive muitos outros que não, que sempre se preocupavam comigo. Tive uma que ela colocou a monitora dela para ler o filme inteiro pra mim "Freud, além da alma" de mil novecentos e lá vai ano. Ela realmente leu o filme inteiro pra mim, então eu tive muita variação, muitos professores que me ajudaram muito, mas muitos que eu tive vontade de me levantar e sair da sala. Po que eu achava aquilo muito desrespeitoso, mas enfim, passei por eles, e não quero passar nunca mais por eles.

Com relação ao acesso à informação, essa questão da leitura e tudo mais é um sofrimento geral, o povo de psicologia inteiro, é muito difícil de se conseguir acesso aos livros, se não for através de xerox, muita xerox ou então através de professor que já tem o livro escaneado, ou professor emprestar o livro para tirarmos xerox, porque se não for assim, não vai. O que dificulta muito a minha vida, é que mesmo que eu queira tirar xerox do semestre inteiro, eu não vou ter aquilo na hora certa que o professor quer. Então eu tive que dize: - Calma professor, paciência, eu não pude ler o seu.

A aula é na quarta e eu não pude ler na terça porque eu não tinha esse conteúdo pronto na terça, aí tem que explicar toda dinâmica do NEDESP pro professor. Porque todo mundo que é deficiente visual é atendido pelo NEDESP, tanto braile como para escanear, pra tudo. Até para o aluno com visão subnormal, eles fazem esse trabalho da impressão para eles, de escaneamento e de tudo. Então eu sempre tinha que pedir um pouquinho de paciência de alguns professores e graças a Deus, até hoje todos tiveram.

Eu sempre era um pouquinho mais atrasada que os outros por causa dessa dificuldade, mas por outro lado essa questão da dificuldade de acesso era muito grande e ainda é acho que é pra todo mundo mesmo.

A Biblioteca Central eu nunca utilizei o setor braile de lá, eu vou ser bem sincera, a única vez que eu fui lá, foi no primeiro período, porque eram conteúdos voltados para a história, então tinha na biblioteca. Mas a partir do momento que começou o segundo período, coisas mais específicas de cada teoria, aí a gente não ia porque dava viagem perdida, não tem.

Quanto ao setor braile de lá, eu nunca utilizei, muito por causa daqui do NEDESP, da facilidade do acesso mesmo. Porque até para a gente ir pra biblioteca central é uma dificuldade. Então até por conta da facilidade de acesso ao NEDESP, por ele ser aqui próximo a sala de aula. E isso acontece muito, se você fizer essa pesquisa, com muita gente vai recorrer isso, pela facilidade do acesso ao NEDESP muita gente utiliza ele, então, é desprezado o setor de braile da biblioteca por causa disso, não é nem por nada.

Então quando um professor passa algum trabalho ou conteúdo, alguém me passa o material ou nós pesquisamos. Geralmente a gente tenta na internet por conta dessa facilidade de acesso, minha amiga, que é minha aluna apoiadora, ela tenta, assim que a gente sai da sala, pesquisar na Internet, ela revira tudo para ver se ela consegue achar na Internet para facilitar já a minha leitura. E quando por exemplo, é uma coisa muito apressada, por exemplo, tem prova na outra semana e eu preciso de um material e está faltando algum conteúdo e o NEDESP não vai conseguir me entregar, o pessoal escaneia e a minha amiga corrige, para poder adiantar o negócio, porque se for esperar mesmo só pelo NEDESP, complica um pouco.

A gente sabe se chegar com uma coisa lá que precisamos pra dois, três dias, a gente não vai conseguir. Então, se você precisar, tem uma prova amanhã, tem que chegar com antecedência, quando estava muito em cima da hora, eu já nem ia que eu sabia que não ia conseguir. Então, eu já dava algum outro jeito para poder ter acesso à aquilo ali, ou então deixava para repor a prova.

Sobre gostar de ler... eu já gostei muito, na época do ensino médio, nossa! eu lia muito, muito mesmo. Não coisas da escola, coisa de fora mesmo, adorava livros e tudo. Hoje em dia eu já não consigo mais, eu já leio tanto aqui pra psicologia que quando eu tenho tempo, a última coisa que eu quero fazer é ler.

Pra ser bem sincera, tem livros que por exemplo, um livro que eu li que precisava pra uma disciplina foi "Capitães de areia", eu amei o livro. Mas eu penso que se não fosse essa disciplina eu não teria lido, por que eu não ia parar para ler o livro.

Então, é por conta dessa nossa grade curricular, que sufoca demais, chega uma hora que você não aguenta mais ler nada. Chega uma hora que você vai empurrando mesmo, que não dá, tem hora que você não consegue ler tudo das disciplinas inteiras, é fato isso! Eu tentava dar conta no primeiro, segundo período, depois eu disse: - "ah, não vou conseguir então pronto, não vou ficar doida aqui de tanto ler."

Eu adorava ler quando criança, adolescente ... e eu agradeço muito a isso, porque sempre li muito em braile. Hoje, eu fico revoltada com os meninos que são deficientes visuais, que estão no ensino médio, o povo só quer saber de computador. Eu falo a eles: - "Vocês vão ficar tudo burro na ortografia minha gente".

Não tem como se ter uma boa ortografia sem ler em braile, não tem como. Não tem como, porque na escola, é tudo ditado, geralmente é um colega da gente que se disponibiliza a ler/ditar o que a professora está escrevendo no quadro, pra gente poder escrever, então, se você não lê em braile você não vai saber como aquela palavra escreve.

A pessoa não vai soletrar pra você, as pessoas que leem escrevem errado, quem dirá a gente que não tá lendo. Então, eu dou graças a Deus por ter uma boa ortografia, porque se for depender de hoje, hoje eu não leio quase nada em braile, só a prova e pronto. Não dou conta de ler, se eu for ler um capítulo de um livro de psicologia, vai levar um semestre inteiro só em um capítulo, então não dou conta. É tudo no computador mesmo.

Mas eu acho que a leitura foi muito importante, tanto para eu entrar na Universidade como para me manter nela. Na minha época do vestibular, eu fiz a prova em braile, eu não abri mão de fazer. Todo mundo diz que eu sou meio doida, por que são noventa questões, então, todo mundo geralmente pede um ledor. Por que a gente tem esse direito a um ledor. Então, por essa minha mania de ler muito, eu não conseguia me concentrar com alguém lendo pra mim, quando o ledor estava na letra B, C, eu ainda estava lá na letra A pensando alguma coisa a respeito. Então eu preferia mesmo ler em braile, mesmo que fosse bastante cansativo, que era realmente muito cansativo. Mas sempre foi uma preferência minha, eu até tentei continuar lendo em braile na época que eu comecei na universidade, mas eu vi que eu não dava conta de ler mais só no braile, não dava mais conta.

Mas foi muito importante, pra eu conseguir chegar aqui, pra eu conseguir ter um bom desempenho tanto nas questões acadêmicas mesmo, na questão da escrita. Eu percebo que tem algumas pessoas aqui que não foram alfabetizadas em braile, mas que foram alfabetizadas tarde, não tiveram muito acesso à leitura em braile e eles sentem bastante dificuldade, quando vão fazer as correções aqui no NEDESP a gente vê que a questão da ortografia pesa muito pra quem não conseguiu ter esse acesso.

Avaliando alguns recursos da Universidade, primeiramente, eu acho que tudo é muito demorado, você precisa muito se adequar à Universidade. Eu falo: - "Calma, eu preciso adequar as coisas à realidade do NEDESP", por exemplo. Se está com muita demanda, eu preciso levar com mais antecedência, peço ao professor com mais antecedência pra poder ter acesso à isso o mais rápido possível, pra não me atrasar tanto. Até por que a gente tem prazo, a gente precisa fazer a prova naquele dia. Eu não posso chegar pro professor e dizer: - "ah professor, eu não posso fazer a prova hoje por que eu não tive acesso", o problema é meu se eu não tive acesso, se a universidade não conseguiu me dar, o problema é meu! Eu que me vire para fazer reposição, mas hoje em dia já tá mais fácil, muito por causa dessa questão do aluno apoiador, então facilitou tudo, o acesso à tudo mesmo, matrícula por exemplo, que é pelo SIGAA, não consigo fazer, é muito ruim a acessibilidade do site da UFPB, é muito complicada então, é ela que faz minha matrícula, e quando precisa correr atrás de alguma coisa na coordenação, ou alguma coisa na reitoria, então sempre eu vou com ela, então facilitou muito. Mas aí, a gente sempre fica à mercê das coisas da Universidade né, das demoras e das esperas.

Para ter acesso ao site da biblioteca ou da UFPB sozinha, não consigo! não rola! Até já tentei. Não dá, é você tentar bater cabeça ali e se estressar, porque não dá. Já tentei utilizando o NVDA, o DosVox, o Jaws, hoje em dia eu utilizo mais o NVDA. Vai até certo ponto, tem hora que chega num ponto lá que não passa de jeito nenhum, não vai, não dá.

Em relação às minhas expectativas, é uma frustração no geral, po que eu até estava comentando com uma colega minha que às vezes me bate uma "frustraçãozinha" assim, em ver que a Universidade não está preocupada em formar bons profissionais, ela está preocupada em dar diploma.

Eu digo isso, porque eu estou bem revoltada essa semana porque na psicologia a gente tem as áreas, então na hora que a gente vai fazer o estágio, a gente escolhe uma área específica, na área que eu escolhi que foi a educacional, eu preciso pagar mais três disciplinas, e eu estava cursando uma disciplina, a única que eu consegui, porque as outras deram choque, então, a

única disciplina que eu consegui pagar nesse semestre de educacional, foi trancada por falta de aluno.

Então, como é que você tem uma disciplina que é específica, que não é o forte da Universidade, o forte da psicologia da Universidade é a clínica, é fato isso! Então não vai, se é uma disciplina específica, é possível que não tenha dez, como a universidade quer que tenha mais de 10 alunos, é possível que não se tenha, mas e aí? E a pessoa que precisa dessa disciplina ou que tem realmente interesse e pra que você tenha uma boa informação você precisa daquela disciplina, como é que faz? Agora, no próximo semestre eu tenho necessariamente que pagar essas três disciplinas pra poder começar o estágio no outro. Eu tenho que ir, mas não sei se eu vou conseguir por causa dessas coisas da Universidade, então eu estou meio "frustradinha", nesses últimos semestres eu tenho me frustrado um pouquinho com isso.

Olha, se eu cheguei até aqui, quase no final do curso, não foi pelo que a UFPB me ofereceu, foi muito mais do meu esforço, muito mais das pessoas que eu encontrei nessa caminhada, tanto de professores como de alunos. Sinceramente, eu credito hoje a minha conclusão, a minha futura conclusão, em mim e nas pessoas.

A questão da inclusão... eu considero meu Centro inclusivo, sempre que eu precisei de alguma coisa, sempre que eu fui na coordenação, eles sempre tentavam agilizar o máximo possível, por exemplo, a questão da troca de sala de aula ou algum problema com professor. Porque eu tive, que eu sou como todo e qualquer aluno eu tive problema com o professor, aí eu tive que ir e recorrer ao departamento, enfim. E eu sempre tive muitas minhas coisas, é tanto que eu quase não vou na Reitoria, quase nunca precisei ir lá, sempre consegui resolver tudo pelo departamento, pela coordenação, do meu curso mesmo. Ah, não tão do Centro, nunca precisei muita coisa do Centro. Era mais da minha coordenação e do meu departamento, e eles sempre conseguiram resolver com eficiência, graças a Deus. Nunca tive problema com eles.

Na universidade como um todo, já que eu não posso fugir ao meu discurso, eu falei tanto que não me sentia muito acolhida, então... não acho a universidade no todo inclusiva não.

Para melhorar essa questão da inclusão, o primeiro ponto de tudo, seria formalizar o Comitê de inclusão, como um setor da Universidade. Como uma Pró-Reitoria, como uma PRAPE, PRG, enfim, esse milhões de siglas que tem aí. Eu acho que o ponto principal seria esse, pois facilitaria muito a vida de muita gente que não faz muita questão de ajudar.

Facilitaria demais, por que a gente só iria perturbar o pessoal do comitê, então eles não iam ter problemas conosco. Ou pelo menos não problemas pequenos, como a questão de papel em braile, da questão de scanner que a gente tá com problema sério agora, que só tem um scanner funcionando e o scanner mais antigo, então é o mais lento, é o mais tudo. E já foi feito o requerimento, mas é aquilo, o rapaz da informática já veio aqui, disse que ia fazer um documento, para mandar pra não sei quem, pra outro não sei quem mandar pra fulano, pra fulano mandar não sei pra onde, então. Vai saber lá Deus, quando esse negócio vai chegar aqui. Talvez até eu termine esse curso e esse danado desse scanner não esteja nem de volta. Então, primeiramente de tudo, seria formalizar mesmo essa questão do comitê, e, isso seria muito fácil pra Universidade gente, "toma que o filho é teu, te vira aí e faz alguma coisa.", seria muito mais fácil pra todo mundo se eles fizessem isso, eu acho que o primeiro ponto, seria esse mesmo. Já que é uma política que é voltada pra gente, não só para o deficiente visual, mas pra qualquer deficiência, então, uma política voltada pra toda tipo de deficiência, então seria o ideal que tudo que fosse com relação a pessoa com deficiência, tanto a informação, quanto acessibilidade e tudo, fosse voltado pra eles, mas, acho que vai demorar muito tempo para isso acontecer um dia.

E aí, a partir disso, aumentar o número de funcionários no NEDESP, pois é muito pouco o número de funcionários para dar conta da demanda. A demanda de pessoas com deficiência é muito grande e de cursos de diferentes áreas, então é muito complicado. São vários cursos: psicologia, direito, letras, hotelaria, fisioterapia, educação física, então, acho que aumentar o número de funcionários. Hoje só tem uma pessoa a tarde, ela é a única pessoa que consegue, que faz transcrição em braile. E isso a curto prazo, por que isso poderia ser feito concurso, já tá se fazendo concurso, mas só são duas vagas para o NEDESP, mas, a curto prazo seria isso.

Para a longo prazo, aí meu Deus do céu, seria tanta coisa, seria a melhoria mesmo estruturalmente, com relação a acessibilidade, como já foi discutido isso em muitas outras pesquisas, questão de piso tátil, por exemplo, se bem que essa questão do apoiador já melhorou muito, mas essa prova do aluno apoiador, até o apoiador assumir, exige um tempo, então, às vezes pode demorar um mês, um mês e um pouquinho pra pessoa assumir. Então, até esse tempo a pessoa passa dificuldade, por exemplo, uma amiga minha que faz hotelaria, e que o centro do CCTA é muito inacessível, muito complicado o acesso ali, então ela tá "cortando dobrado", ela tá tendo que se virar, tendo que muitas vezes vir com a mãe dela mesmo, porque

ela não tem como ela ter acesso ali, as salas dela são uma aula em cada sala, e tá muito complicado pra ela. Acho que a partir do momento que começa o semestre já era para ter o aluno apoiador. Que fosse feito essa prova anteriormente, já que por exemplo, a universidade começou a funcionar depois do dia 20 de janeiro, então, por que que não foi feito a seleção nos 10 primeiros dias? Já ia facilitar muita coisa, ou então ser um tipo permanente mesmo só precisar reassinar contrato, ou se conseguiu o apoiador, "eu conheci uma pessoa da minha sala hoje e ele quer ser meu aluno apoiador", então vamos lá e vamos assinar o contrato. Não tanta coisa, tanta burocracia como a que se tem.

E para ter acesso à biblioteca, talvez se mudasse a localização, eu acho que facilitaria. Eu sei que é um setor que é da biblioteca e que precisa estar na biblioteca. Mas, a questão é que se eu estudo aqui no CCHLA e eu tenho aqui o NEDESP para fazer minhas coisas, eu não vou lá pra biblioteca. É fato isso, eu seria hipócrita em dizer que que eu vou utilizar ou que eu não utilizo porque eu não tenho conhecimento. Não, eu estaria mentindo, eu tenho conhecimento, mas a facilidade pra mim é aqui [NEDESP], por que é um lugar que eu consigo vir sozinha, da praça pra cá [NEDESP] eu viria tranquilamente, sozinha aqui pro NEDESP para trazer alguma coisa, o que não ocorreria na biblioteca, por exemplo. Então, acho que é mais a questão do acesso mesmo, talvez se fosse aqui ou mais próximo, tivesse muito mais demanda pra lá.

Para finalizar, algumas lembranças que me marcaram muito foram, que na quinta série eu fui pra uma escola, que nunca tinha tido deficiente visual lá, então, foi uma dificuldade gigantesca, nossa Senhora! A da Universidade aqui é mínima perto da dificuldade que foi tanto pra mim que era criança e estava ingressando na escola naquele momento e pra eles por ser novidade também. Tinha coisas que o professor perguntava pra mim, nem eu sabia a resposta e nem ele. A gente ficava muito "e agora?", "a gente vai recorrer a quem?". Eu geralmente recorria ao pessoal do Instituto [dos Cegos], aí eu ia lá, conversava com o professor. Lá na escola, uma das coisas que me marcou muito foi isso, eu sempre tive uma relação muito boa com as minhas turmas, eu sempre trago muito isso, eu sempre tive uma relação muito boa. A minha dificuldade era mínima por que a minha relação era muito boa com as minhas turmas, então, eu sempre tive muita facilidade de expor as minhas opiniões e fazer com que eles entendessem aquilo. Sem precisar ser agressiva ou coisa do tipo "eu tenho meu direito e vou ali brigar", eu nunca precisei fazer isso, sempre consegui levar muito bem essas coisas.

Mas, tipo, uma dificuldade que me marcou muito, foi o fato de eu ter passado algumas matérias meio que voando, sem saber muito do assunto. Eu sempre me lembro, que tinha uma amiga minha, e era uma coisa minha e dela, a gente dividia muito os exercícios, o professor passava algum exercício de física, que é uma disciplina que eu tinha muita dificuldade, e aí tinha um professor na instituição que ele é, era responsável por química, física e matemática, então, ele pegava o livro e aí ia fazendo com a gente e pronto, acabou a resposta. E eu ficava assim "espera aí" "como é que chegou nessa resposta?" E aquilo ia me batendo um desespero, eu queria um por quê, sabe? Eu sempre fui muito questionadora. Tinha hora realmente de dar desespero, de querer chorar, por que eu não conseguia entender aquilo, e ele por alguma razão, por achar que...por dar a resposta já estava bom, me frustrava também, por que ele não me dava essa resposta e eu ficava muito naquilo: "Deus e agora?", e desistia, tinha hora que eu desistia realmente. Mas, eu tive muitas coisas boas nas minhas disciplinas, tive muitos professores bons, que eu conseguia assimilar até em sala de aula mesmo, sem precisar de um reforço de estudo, já chegava com aquilo construído, tive muitos professores, muitos professores bons mesmo que me ajudara inclusive no vestibular, em época de redação o professor sentava comigo e eu fazia redação, e ela levava e corrigia e eu fazia de novo, e ela corrigia não sei quantas vezes, então, me ajudaram muito, muito mesmo. A cumplicidade que eu tinha com as minhas amigas, até por causa dessa convivência e que eu senti muita falta quando eu entrei pra Universidade no primeiro semestre, no primeiro dia o que me marcou muito, eu sempre relato isso para as minhas amigas, é que, eu entrei na sala e tinha cinquenta alunos, minha turma era muito grande quando começou, e tinha cinquenta alunos e eu entrava na sala, a sensação que eu tinha era que ninguém respirava, sabe aquela sensação: "Meu Deus, o quê que eu estou fazendo aqui? Eu não conheço ninguém, eu tô num lugar que quando eu sair daqui eu não sei pra onde eu vou..." E você tem a mesma sensação de que todo mundo estava pensando isso naquela hora.

Então, era um clima, uma coisa muito tensa, no primeiro semestre, no primeiro período, no primeiro dia de aula então, que era uma coisa mais adaptativa, o pessoal buscou fazer um dia inteiro pra gente poder conhecer as áreas da psicologia, como chegava todo mundo sem saber de nada. Com um conceito muito doido que a gente chegava, de psicologia, então, era um dia que a gente tinha pra poder conhecer isso e era um dia muito tenso. Todo mundo pergunta: - "mas, alguém ficou contigo?" – Não!

Meu irmão me deixou na porta da sala de aula e foi embora pro trabalho dele e eu fiquei aqui o dia inteiro tendo que me virar. Mas, aí no primeiro dia eu já conheci um amigo meu, que é meu amigo até hoje, ele já foi um máximo, foi ele que me ajudou em tudo, eu já fui pro RU com ele, sei nem como, são essas coisas que me marcam. Mas eu tenho muitas coisas que me frustram que eu falei pra tu agora da disciplina, tenho muitos professores que me frustram por causa disso, porque já tinham a noção, já haviam me dado aula e, não faziam questão alguma de que eu fosse respeitada, de que fosse respeitado o meu direito de ter acesso àquela informação. Quando passavam o "videozinho legendado" e olhava pro povo e falava: - "vocês entenderam?", caramba! "Como assim vocês entenderam?" E ele não se preocupava em dizer assim: "não, o vídeo relatava isso disso, disso, disso,". Era muito disso, e eu ficava calada, depois que acabava a aula é que eu ia perguntar: - "fulano, vem cá", algum dos meus amigos: - "quê que tinha o vídeo, quê que o vídeo falava?", me dava muita raiva disso, me dava vontade de sair da aula e você acaba criando uma aversão tanto daquela disciplina, quanto daquela teoria, quanto daquele professor, nessa disciplina que a gente está vendo hoje, tem algumas coisas dessa teoria, que quando fala já me revira o estômago, eu não tenho lembranças boas disso não. O professor me complicou demais, ele me deixou um trauma, nessas teorias e nessa disciplina, que eu acho que vou levar por um bom tempo. Não sei até quando, mas, vou levar por um bom tempo.

KELLY SOUZA

Kelly Souza, nascida em João Pessoa, é uma estudante ainda no início do Curso de Hotelaria, deficiente visual, tem 23 anos, casada, um pouco tímida, mas muito simpática e risonha, uma pessoa de personalidade tranquila. Perdeu a visão total quando tinha 15 anos. Concedeu entrevista em uma sala de aula, no Centro de Educação, próximo ao Núcleo de Educação Especial da UFPB.

Tom vital: "Quando soube que havia passado, eu não acreditei não, que eu tinha passado. Não tinha caído a ficha [...]"

Meu nome é Kelly, tenho 23 anos, sou da cidade de João Pessoa, sou casada, por enquanto só estudante mesmo. Eu nasci enxergando, aí eu fui perdendo aos poucos e quando eu tinha 15 anos perdi totalmente.

Entrei no curso de Hotelaria, no período 2015.2, mas por causa da greve só entrei em 2016.1, com previsão para o término em 2021. Utilizei a política de cotas tanto para deficiente como para Escola Pública.

Eu recebi muito apoio do pessoal do Instituto dos Cegos [Paraíba], sempre ficava em cima de mim pra eu fazer a prova, pra eu nunca desistir de estudar, também recebi apoio da minha mãe e do meu esposo.

Não fiz cursinho, só estudei durante o Ensino médio mesmo. Terminei em 2011, aí fiquei tentando, e quando saiu o resultado em 2014 fui aprovada na lista de espera, na segunda lista de espera.

Quando soube que havia passado, eu não acreditei não, que eu tinha passado. Não tinha caído a ficha, meu cunhado tinha visto e me avisou, só que eu ainda pedi a outras pessoas para verem, se era realmente. Eu estava meio assim, eu queria passar, eu fiquei meio sem acreditar, não estava confiante de passar não, então fiquei feliz.

Mesmo não sendo o curso que eu queria mesmo. O curso que eu queria era segurança no trabalho, só que só tem em Patos. Aí eu coloquei Hotelaria e falei: - bom, eu vou tentar fazer o primeiro período, seu eu ver que não conseguia alcançar as minhas expectativas, aí eu

vou trancar e tentar fazer o que eu quero realmente. Mas se eu ver que que ao decorrer do curso for me agradando, for mesmo o meu perfil nessa área, aí eu continuo fazendo o curso.

Mas, diante mão, logo de início quero concluir esse curso que eu entrei, apesar de não ser o que eu mais queria. Eu já tinha feito outros cursos que tinham me agradado, esses cursos básicos mesmo, achei bem interessante. E logo no início pra entrar aqui, como você tem esse problema visual, você tem que ter muita questão de comunicação, aí pra mim atrapalhava muito, porque eu sou muito tímida, aí tem esse problema, eu tinha esse receio de entrar aqui e não conseguir me manter em pé aqui.

Está sendo uma experiência nova, tanto pros meus colegas em sala de aula quanto pra mim e para os professores também é uma coisa nova [...]. Porque eles nunca tinham trabalhado com um aluno deficiente visual, mas graças a Deus a gente tá se entendendo muito bem. Questão de material ou se eu não conseguir fazer alguma coisa, o professor trabalha, através de outro método, para eu poder entender, está sendo uma experiência muito boa.

Os serviços, os setores que eu conheço que dão apoio ao aluno com deficiência, são o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, sei que eu tenho direito a um aluno apoiador. Tem o NEDESP [Núcleo de Educação Especial] que dá todo o auxílio com a questão de material, acho que é basicamente isso que eu conheço aqui. Já ouvi falar no setor Braile da Biblioteca Central, mas ainda não sei onde é.

A dificuldade de utilizar esses serviços é porque a Universidade em si, ela não é acessível pra gente, questão de locomoção, da pessoa está sempre dependendo de uma pessoa pra ir pra algum canto, isso prejudica bastante. Então por enquanto o único serviço que estou utilizando é o do NEDESP e ainda não tenho o aluno apoiador.

A minha primeira grande dificuldade que eu lembro, é a questão da acessibilidade para ir pras salas, as salas são distantes. Eu peguei muito distante uma da outra, inclusive eu tenho aula até perto do HU [Hospital Universitário], no CCS. Essa foi a grande dificuldade assim, porque eu imaginava assim: - que podia ser em salas diferentes, mas tudo num bloco só.

Eu perguntei ao representante da nossa categoria sobre a possibilidade de mudar a sala, e ele falou comigo que devia conversar com o Coordenador. Só que é muito difícil de encontrar o coordenador do nosso curso aqui, por que ele fica mais em Mamanguape do que aqui. Então a primeira grande dificuldade foi por causa da localização das salas, da mobilidade e acesso até elas.

Com relação a outros desafios, o site da Universidade, eu particularmente não consigo mexer no site da Universidade, [...] é muito inacessível. E tem a questão também de que os professores utilizam muitos slides, aí eles ficam dizendo: - "Tal... não sei que..., não sei que lá no quadro". Só que foge da memória dele que tem uma pessoa que precisa que ele descreva o que é que está ali, é basicamente isso.

Meu gosto pela leitura é razoável, mas quando leio, gosto mais de ler poesias, comédias românticas, esses tipos de livros, geralmente leio mais no notebook que em Braile. Eu já gostei de ler mais, esse desinteresse veio mais depois que eu perdi a visão, eu gostava muito de ler, mas depois que eu perdi a visão, sei lá, perdi tipo aquele interesse.

Até os 15 anos eu tive facilidade em ter acesso aos livros, à informação. E hoje, agora a tecnologia hoje tá muito avançada, tanto, mesmo pra quem não tenha nenhuma deficiência. Hoje, tem muitos métodos que o deficiente pode ocorrer, utilizar tanto a internet, como os livros em Braile.

Eu acho esse acesso à leitura, à informação, bastante importante, você querendo ou não, você vai precisar bastante da leitura, tanto que a leitura envolve também escrita. Você lendo bastante, vai aprender a escrever bem, melhorar a questão da ortografia, essas coisas. Então eu acredito que foi importante esse acesso à leitura, esse acesso à informação para estar aqui na Universidade hoje e também que a informação me auxiliará para eu concluir meu curso.

Quando um professor passa um trabalho ou conteúdo para pesquisar, geralmente, às vezes quando o professor manda para o e-mail, que não é acessível pra gente acessar no computador. A gente encaminha pro NEDESP, eles convertem para outro formato, aí tem como a gente ter essa possibilidade de ter acesso a esse material, tanto pelo computador como em Braile.

E eu vejo assim, que os meus colegas eles estão bastante interessados também em me ajudar, quando tenho alguma dúvida eles vêm e me ajudam a tirar essa dúvida. A gente compartilha bastante questão de dúvidas, pronto, esse trabalho mesmo que a gente estava fazendo agora, cada um se tiver alguma dúvida, pergunta ao outro e vai ajudando assim, há muita cooperação.

Logo no início já aconteceu de eu não conseguir um material para estudar, o meu professor de metodologia ele passou um texto pra gente ler, só que ele [...] tirou uma foto do livro e mandou por e-mail, só que eu mandei pra cá [NEDESP] e eles falaram que como estava

muito rabiscado não tinha como converter, por que quando fosse converter de todo jeito não ia dar para conseguir ler, aí ia ter que pegar o original [...]. Nisso prejudicou bastante assim, por uma parte porque todo mundo estava com o seu material, já sabiam o quê que o professor estava falando em sala de aula e eu praticamente estava viajando.

E eu me senti meio perdida, na sala de aula, porque todo mundo já sabia o que o professor estava falando ali e eu praticamente voando. Aí eu: - Professor. . . Aí ele falou que não tinha nenhum problema, mas pra mim, seria bastante importante, por que eu estaria acompanhando junto com os outros alunos.

Olha, o NEDESP ele é de grande utilidade pra gente, quem não tem contato nenhum com o computador, tem essa vantagem de ter aqui o NEDESP para passar para o Braile, e você ter acesso ao seu material, o Núcleo é de grande utilidade aqui na Universidade.

Logo no início não, estava correspondendo com as minhas expectativas, porque tem todo uma burocracia, eu pensei que logo quando eu entrasse já ia ter uma pessoa pra auxiliar, e no início eu me senti perdida numa cidade que eu nem conhecia. Mas, graças a Deus, a Universidade hoje pro deficiente já deu um grande passo tendo esse aluno apoiador, tendo o auxílio do NEDESP.

Até agora eu acho que a UFPB está me oferecendo condições para concluir o meu curso, só falta mesmo a questão de ser mais acessível na questão da mobilização, mas questão de material e de já ter esse aluno apoiador já ajuda bastante.

Eu não considero o Centro onde estudo inclusivo, as vias não são sinalizadas, as salas, nem o tratamento das pessoas, não é nada acessível aqui a Universidade em si. Acho que depende muito das pessoas, tem muita gente que inclui você, não trata você com indiferença, mas tem outras que também ignoram.

Para melhorar essa questão da inclusão na UFPB, eu vejo assim, que logo no início eles deviam aumentar a quantidade de vagas para deficientes no SISU [Sistema de Seleção Unificada], eu vejo pelas cotas do SISU só pode entrar praticamente um ou dois deficientes , eu acho que já devia começar por aí, porque assim, se tem alunos com deficiência que são capazes de entrar na Universidade, de tirar nota boa, então não devia só ter esse tanto de vaga para deficiente. Porque assim já começa a inclusão [...]. E tem a questão também dos professores, como aconteceu comigo, eu disse a professora que eu era deficiente visual, se ela me permitia gravar as aulas, a questão de prova. Aí ela já disse: - "Mas eu não sei o Braile",

ela já disse assim. Aí eu expliquei a ela a situação, como era que se procedia, aí ela: - "Tá certo! daqui pra lá a gente vai conversando".

E com relação aos serviços de informação e comunicação da UFPB, tem que melhorar, o site ser mais acessível, pois inclusive até o pessoal que trabalha aqui dentro da Universidade, tem dificuldade de mexer no site, isso aconteceu quando a gente foi fazer a matrícula da gente, que eles não estavam conseguindo fazer, que tinham mudando o sistema.

Na minha trajetória eu tive algumas partes boas e teve umas partes ruins, porque quando eu estava no oitavo ano, foi a época que eu estava perdendo a visão, então, já tinha aquele preconceito no meu colégio, que eu estudava no Argentina [Escola da rede Estadual do Estado Paraíba, localizada no Centro de João Pessoa], aí eu até já tinha pensado em desistir de estudar e tudo. Aí vieram os psicólogos, a questão da direção falar comigo, com meus pais, pra eu não desistir. Aí, foi a partir daí que eu tomei a decisão de que eu ia continuar, mesmo com os desafios que eu ia enfrentar pela frente. E o melhor depois de tudo foi por que eu fui pro Olivina [Escola da rede Estadual do Estado Paraíba, localizada no Centro de João Pessoa], por que eu estudei com mais três meninas que tem deficiência visual e foi uma experiência muito legal. Eu gostei muito dessa época que eu estudei no Olivina, que era nós quatro numa sala só. Então a gente poderia estudar juntas, tirar as nossas dúvidas juntas, além das bagunças também.

E a instituição [Instituto dos Cegos da Paraíba] também me ajudou bastante, me deu muita força, porque eles também queriam que eu aprendesse braile e eu teimosa só queria fazer em tinta. Mas, graças a Deus também aprendi, muito rápido, peguei muito rápido o braile, aí quando eu terminei, eu já queria entrar logo na Universidade, mas depois eu não tinha passado, já tinha me dado vontade de desistir de fazer as provas do ENEM. Aí, é por que a nossa vontade maior, é que quando termina o Ensino Médio é de entrar pra Universidade e não parar, seguir logo o pique. É tanto que quando eu entrei, eu me questionei: - Será que eu vou acompanhar, meu Deus? Porque a pessoa passa esse tempo todinho em casa sem fazer nada. Mas eu gostei muito da minha época de Ensino Médio.

Aí quando eu cheguei aqui na UFPB, eu tinha muito medo de chegar aqui na Universidade, eu tinha muito medo de chegar, ninguém chegar para ajudar, eu tinha muito esse receio assim de ficar aqui sozinha, perdida. Mas depois eu fui descobrindo a minha sala, os meus colegas de sala são excelentes, a gente anda sempre em grupo e quando não vem um, é

outro ajudando. O que eu achei bem interessante foi isso, questão de hospitalidade, que nem o curso que eu faço, a hospitalidade dos meus colegas foi bem legal.

ROBSON SANTOS

Robson Santos, nascido em Bananeiras no interior da Paraíba, tem seus quase 31 anos, está cursando o 8º período do Curso de Direito. Perdeu a visão aos 15 anos de idade, devido uma doença hereditária. Expressa-se muito bem, tornando-o bastante comunicativo e simpático. Muito independente, gosta de praticar esportes, é conhecedor e consciente de sua condição e de seus direitos. Concedeu a entrevista em uma sala de aula do Centro de Educação, próxima ao NEDESP, com a presença de sua companheira.

Tom vital: "É nas dificuldades que se existe um vencedor e eu me considero um vencedor já!"

Me chamo Robson Santos, sou natural de Bananeiras [Paraíba], nasci em fevereiro de 1985, tenho 30 anos. Domingo próximo, estarei entrando aos 31. Tenho uma companheira.

Eu tive deficiência visual e a cegueira ao mesmo tempo, porque o meu problema retinose pigmentar[5] *é hereditário, então deve ser congênita hereditária pois meu pai tem um problema. Perdi a visão por total com 15 anos de idade, então eu considero ela dupla face, teve a fase de enxergar e a fase de não enxergar, metade da minha vida até hoje sem enxergar e metade enxergando.*

No momento, estou apenas estudando, sem profissão, recebo um Amparo Social pela Lunas, Previdência Social.

Entrei na UFPB em 2012.1 foi o meu segundo vestibular, mas o primeiro ingresso na Universidade, estou no oitavo período do curso de direito com previsão para concluir em 2017. Entrei na Universidade através das cotas.

Vou fazer um pequeno resumo, até chegar aqui eu estudei sempre como ouvinte depois de ter perdido a visão, no colégio lá do interior, em Bananeiras. Então como eu não ia ter condições de dar continuidade aos estudos por decorrência dos professores não serem preparados para me assistirem dentro de sala de aula, eu acabei que através da prefeita, na

[5] Retinose pigmentar (RP) refere-se a um grupo de doenças hereditárias, que causam a degeneração da retina, região do fundo do olho humano. Fonte: http://retinabrasil.org.br/site/doencas/retinose-pigmentar/

época em 2008, Marta Ramalho, a prefeita da cidade de Bananeiras, conseguiu uma vaga para mim no Instituto dos Cegos [Paraíba].

Então eu saí de lá [Bananeiras] e vim, ingressei ainda aqui no meio, ou seja, no terceiro bimestre, aí eu concluí o oitavo, nono ano do Ensino Fundamental. O Primeiro ano do Ensino médio concluí em 2010 e no mesmo ano eu concluí o ensino médio através de supletivo.

Aí eu fiz um vestibular para história e não consegui passar exatamente por não ter visto nada de assunto referente ao segundo e terceiro ano do médio. Em 2011, ingressei no cursinho, no Anglo fiz um ano de preparativo, me preparei bem, aí fiz o vestibular e passei para Direito e ingressei aqui, graças a Deus.

Eu sempre tive um sonho de cursar Direito achava muito bonito quando alguém dizia: - Fulano é Advogado ou Juiz.

Achava muito bonito o curso de direito, então sempre tive um sonho. Quando soube que havia passado, eu fiquei sem acreditar, a priori em 17 de Fevereiro de 2012, eu fiquei sem acreditar que teria passado no vestibular logo para um curso super concorrido desse. Ainda era a época da COPERVE [Banca que elaborava e realizava as provas do Vestibular], daí eu fui lá na COPERVE perguntar as documentações devidas que deveriam ser levadas para a minha deficiência, na época o professor Paulo disse que só precisaria do laudo e que teria já algum, que já estavam aguardando um outro laudo de um cadeirante que estava para chegar. Aí beleza então, tranquilo, é o meu concorrente, aí deu tudo certo. Graças a Deus, dia 17 recebi o resultado de que havia passado na segunda chamada, quando cheguei lá do interior, sem acreditar, fui na lan house com meu CPF e estava o número da minha matrícula graças a Deus deu tudo certo. Em 05 de março de 2012 foi o meu primeiro dia de aula.

Minhas expectativas eram grandes. De como seria a universidade, de como seria o recebimento por eles em relação a mim, se iria ser bem recebido, se não teria preconceito, se não iria ter aquele olhar "caramba temos um deficiente visual na sala, não sei o quê." Enfim, então quando cheguei realmente foi um grande choque de conhecimento, aqui dentro é diferente lá de fora porque a nossa educação de base, infelizmente ela não tem parâmetros que realmente fazem que você saia um bom aluno bem preparado para ingressar na universidade.

Então quando cheguei aqui, o conteúdo era totalmente diferente, aí tem aquela dúvida: "será que eu irei continuar?" mas deu tudo certo. Eu tive sorte, graças a Deus, de ter o comitê

[Comitê de Inclusão e Acessibilidade] na minha vida para dar suporte na minha carreira acadêmica.

A minha experiência depois de ter passado por toda atenção inicial de curso, eu venho tendo uma experiência melhor possível a cada dia que passa, a turma me aceita bastante, tenho afinidade tremenda com toda a turma, respeito todo mundo e todo mundo me respeita. Os professores são maravilhosos, atenciosos e fazem de tudo para me ajudar da melhor maneira possível. Buscam informação diante a minha pessoa, para saber como lidar com as situações, para que eu tenha um bom desempenho.

Fui representante dos deficientes visuais que foi outra experiência maravilhosa no Comitê de Inclusão e Acessibilidade em 2012 acabando no período de 2 anos. E o DCE que é o Diretório Central dos Estudantes me indicou novamente para representar agora não só os deficientes visuais mas como toda comunidade acadêmica. Então são experiências possíveis que cada vez mais vem me deixando gratificado de estar fazendo parte disso. É tudo novo na minha vida, de 2008 para cá e cada dia que passa é uma novidade diferente.

Faço uso de todos os auxílios possíveis que são oferecidos pela UFPB ao aluno com deficiência. Abrangendo a utilização do Braile que isso já é inerente nas nossas vidas. Mas temos o setor que é responsável pelo Braile, o NEDES que é o Núcleo de Educação especial, o Comitê de Educação Especial que disponibiliza materiais assistivos como notebooks, gravadores digitais, o auxílio também do projeto chamado aluno apoiador que nos dar um suporte pedagógico e locomotivo pelo campus universitário por causa da dificuldade da acessibilidade arquitetônica.

Assim, logo quando eu entrei no curso, após 15 dias de sufoco o setor da Tecnologia da Universidade, tem todos os dados de todas as pessoas que entram aqui na UFPB inclusive todos os deficientes, mandou todos os dados para o comitê que na época era um comitê tipo "de nome" na realidade não existia ainda.

Mas a pessoa da professora Andreza como coordenadora, ela me procurou no curso de Direito, chegou lá perguntou o que eu estava precisando, o que eu estava achando do curso. Eu falei que estava gostando, mas que estava sentindo dificuldade por ser um conhecimento além do que é visto no Ensino Fundamental e no médio. Daí ela foi e falou dos serviços que o comitê oferecia através da Coordenação dela, disse que tinha um projeto de aluno apoiador que é um aluno que é submetido a uma prova seletiva através de um edital para que ele seja aluno apoiador de um aluno com deficiência e ele vai ser designado para oferecer um serviço de apoio

pedagógico, auxílio em sala, extra sala, na locomoção pelo Campos, pela dificuldade que existe na acessibilidade arquitetônica e dentre outros também.

Tem o NEDESP onde a gente é assistido no sentido de que toda avaliação seja exercício, trabalhos, é traduzida para o braile ou quando a gente escreve em Braile eles transcrevem para as letras normais que é para os professores saberem o que a gente escreveu, para que eles tenham acesso ao nosso conteúdo e disponibilizar a nossa nota.

Fazem o processamento também de escaneamento de materiais e enviam para o nosso e-mail, conteúdo esse que o computador da gente tem um programa de voz, um leitor de tela chamado NVDA, DOSVOX, o Jaws que já é um software que faz o processamento de leitura daquele conteúdo e diante desses serviços foi que a minha vida veio melhorar aqui dentro.

Desde o primeiro período, eu tenho um aluno apoiador e, nesse período 2015.2, eu terei 2 apoiadores um para sala de aula de manhã e outro à tarde para me acompanhar e me auxiliar no estágio.

A minha primeira grande dificuldade aqui dentro foi a acessibilidade, a locomoção aqui dentro. Foi muito complicado na época, porque os direitos das pessoas com deficiência estão cada dia que passa sendo impedidos de uma certa maneira ou de outra. Imagina o que é um cego entrar em um ambiente em que ele nunca entrou na vida e não tem conhecimento daquilo com o que vai se deparar, de palmo em palmo, com uma moto transpassada em uma passarela, então ele fica totalmente impossibilitado de obter segurança naquele ambiente, achei complicado nesse sentido, foi a minha maior complicação.

E outros desafios, eu particularmente tenho até hoje, porque a gente não tem acessibilidade tecnológica [...] então essa dificuldade aí sempre existiu e tenho quase certeza que sempre existirá, pelo menos até eu sair do curso porque não é do dia pra noite.

Se em 4 anos os caras não resolveram o problema, imagina em menos de um ano. É complicado e a falta no início um aparelho tecnológico, de um notebook que eu passei um mês sem obter ele. Eu tive um ensino, um curso básico no Instituto dos Cegos, nunca imaginei na minha vida tocar em um computador, imagina do nada, você ter que necessitar de um! Aí o centro, o CCJ [Centro de Ciências Jurídicas], através da direção do Professor Eduardo Rabenhorst, na época ele se deu muito comigo e eu me dei muito com ele também, uma afinidade muito boa, ele conhecia pessoas com deficiência visual, aí imediatamente disponibilizou um notebook do Centro, que me ajudou bastante.

Eu sempre gostei de ler, antes de perder a visão eu aprendi a ler, eu gostava de ler, forçando o restante de visão que eu tinha. Quando eu perdi a visão, eu sempre pedia para os colegas lerem para mim, eu sempre gostei de leitura, essas coisas assim, então quando eu perdi a visão para conseguir novamente ter o acesso a ela, aí eu fui me readaptando, me readaptando novamente por mim mesmo, sem precisar depender dos outros e dependendo ao mesmo tempo porque eu dependo do computador e do leitor de tela para ler pra mim, mas eu gosto muito de ler.

E pra ser bem sincero o braile passou a ser "entre aspas" uma segunda leitura na minha vida porque imagina só o que é você pegar uma apostila de 39 páginas e ao ser convertida em braile e se transformar em 174? Então imagina livros? Seriam um absurdo. Aí eu utilizo mesmo o computador. Leio muito, gosto de ler muito, escuto muito vídeo aula, gosto muito mesmo de estudar.

O acesso à leitura, esse acesso à informação que eu tive durante toda a minha vida, facilitou a minha entrada na Universidade e também a quase conclusão dele. Facilitou principalmente a minha força de vontade, através da leitura ela faz para quem gosta, ela faz com que você viaje no mundo, na situação da realidade, porque a leitura ela mostra a situação real, aí além dela teve a minha força de vontade porque eu sou atleta também e na época, em 2011, a gente estava se preparando para uma competição super difícil que iria ser em Cuiabá e a gente estava para defender o título da gente de 2010. Daí, eu passei o tempo todo estudando, treinando e me cansando, graças a Deus deu tudo certo, apesar das dificuldades do ano seguinte o finalzinho do mesmo ano 2011, a gente foi campeão em Cuiabá, graças a Deus deu tudo certo, força de vontade tremenda mesmo.

Quando um professor passa um trabalho ou um assunto para pesquisar, o professor passa a atividade seja ela qual for, seminário, trabalho individual seja ele qual for, exercício de prática mesmo, aí o aluno apoiador tem esse objetivo também de facilitar o acesso do deficiente a esse conteúdo. Mas o aluno apoiador só faz essa busca se eu não conseguir. Daí, o restante é conosco, a transcrição, por exemplo, se precisar transcrever alguma coisa, aí que a gente traz para o NEDESP. Se não, se for seminário mesmo, é oral, é estudar, estudar, estudar e expor em sala de aula.

Geralmente eu busco informações ou faço pesquisa na maioria das vezes na internet mesmo, a internet oferece muita coisa boa pra gente e quando é pra pesquisar fisicamente mesmo, busco na biblioteca setorial [CCJ]. A Biblioteca Central eu só utilizo quando eu não

consigo na setorial mesmo. Mas não utilizo o serviço de transcrição para braile da Biblioteca Central, só aqui no NEDESP mesmo.

Já aconteceram várias vezes de eu não conseguir um determinado material a tempo para estudar para uma prova, o sentimento é horrível, você fazer algo no escuro mesmo, dá um tiro no escuro sem saber no que vai acertar. Você fazer uma prova sabendo que não teve condições de estudar nada por falta do acesso daquele conteúdo então torna muito difícil.

Você tem que usar a subjetividade mesmo, tem que usar a teoria mesmo, criar a teoria para expor no papel e torcer para ter dado certo, porque você não viu nada de conteúdo e já aconteceram várias vezes, por decorrência não de culpa dos profissionais do NEDESP, mas de uma questão de serem poucos funcionários e a demanda ser bem maior. Então é por ordem de chegada. Mas deu tudo certo nunca fiquei reprovado em cadeira nenhuma.

A minha avaliação que eu tenho referente a esses recursos, a esses serviços oferecidos aqui pelos órgãos, pela instituição, é que para nós, para mim, pessoalmente falando, é que são recursos maravilhosos e de suma importância e espero que não acabe nunca porque é um meio caminho andado para o deficiente visual dar seguimento em qualquer que seja o curso que ele faça aqui dentro. Está correspondendo as minhas expectativas plenamente, devido a oferta desses recursos dos quais faço uso, considero que a UFPB está me oferecendo os meios para concluir meu curso.

Contudo, partindo para a questão da inclusão, na realidade Centro nenhum inclui aluno nenhum aqui, porque na realidade, a adaptação que existe aqui dentro é do aluno com deficiência para a pessoa que dita, que não tem deficiência, ou seja, ninguém está preparado para receber pessoas com deficiência. Então inclusão aqui, seja onde for, é plena nomenclatura, a gente luta por ela, luta para incluir- se, não para ser incluído, porque eu tenho certeza absoluta que ninguém está preparado para, para lidar com inclusão, para pessoa com deficiência não tem inclusão. Eles aceitam!

Para melhorar as condições de inclusão na UFPB, a sugestão é que continue o que está acontecendo mesmo, as ações do Comitê quer seja disponibilizando ou quer seja lutando para disponibilização desses materiais assistivos, do acesso à informação, continue a ter esse suporte do aluno apoiador e apenas.

Por fim, eu considero esse desempenho meu desde o início do curso até hoje aqui dentro da UFPB à minha força de vontade e à energia positiva da minha família, a confiança que eles sentem por mim, as pessoas boas que estão do meu lado e confiam no meu sucesso não como

vaidade, mas pelo fato de ter conseguido chegar onde cheguei, de onde estou para onde vou, por confiar realmente no que eu possa ser futuramente. Às pessoas que se esforçaram para me ajudar a seguir em frente sem desistir apesar das dificuldades e também a umas coisas negativas que sempre ficam na lembrança da gente, eu lembro que por causa dessa dificuldade na acessibilidade arquitetônica, na realidade atitudinal, acessibilidade no sentido de atitude mesmo, ia passando e bati numa moto que estava em cima da calçada, aí reclamei e fui chamado de folgado pelo dono da moto, mas são essas coisas que me fazem erguer a cabeça e seguir em frente e essas coisas pequenas, ficam mais abaixo do que o chão para mim, eu passo por cima e sigo em frente porque para mim barreiras, obstáculos, são apenas um detalhe para que eu consiga pular um cada dia que passa e é nas dificuldades que se existe um Vencedor e eu me considero um Vencedor já!

HOZANA LIMA

Hozana Lima, 30 anos, nascida em Solânea interior da Paraíba, solteira, perdeu a audição aos três anos de idade, aprendeu a oralizar com 19 anos. Está cursando o 4º período de Ciências da computação. Chama atenção pelo seu carisma, simpatia, seu esforço cotidiano e por sua fé. Presenciaram a entrevista o namorado de Hozana e a intérprete que nos auxiliou na comunicação. A entrevista foi concedida no bloco de aulas do Centro de informática – UFPB no campus do bairro de Mangabeira.

Tom vital: "[...]agora que eu estou sabendo os meus direitos, agora eu luto[...]."

Meu nome é Hozana, tenho 30 anos, eu nasci no interior da Paraíba, em Solânea, eu nasci ouvinte, aí depois eu perdi audição, eu tinha mais ou menos três anos quando perdi, eu trabalho no Detran em parceria com ASDEF. No estado civil eu sou solteira, mas eu tenho namorado.

Eu perdi audição eu tinha uns três anos mais ou menos, eu tive papeira e aí eu perdi a audição. Eu comecei a estudar com 2 anos, então quando eu perdi a audição minha mãe, me tirou da escola. E ela começou a me ensinar a oralizar, eu não conhecia nada da Cultura Surda. Minha mãe começou a me ensinar a oralizar, aí eu precisei ficar treinando assistindo novelas, assistindo à televisão, mas é muito difícil. Para conseguir oralizar é muito difícil, mas aí eu ficava, assim, no bate-papo, se eu ficar observando. Quando eu vim conseguir mesmo ter essa habilidade eu tinha 19 anos.

No ensino fundamental e no ensino médio eu nunca tive intérprete, acessibilidade não existia. A Escola se dizia inclusiva e não tinha acessibilidade, acessibilidade zero. O professor via que eu era deficiente, surda, mas o professor, ele não entendia como lidar com um surdo, não tinha nenhum tipo de conhecimento, então aí muitas vezes quando eu escrevia diferente do português o professor corrigia e colocava uma nota baixa, então eu tive que me esforçar muito. Estudava muito, eu nunca fui reprovada, eu sempre passava, mas era um esforço grande, muito esforço para conseguir aprovação.

Quando eu terminei o ensino médio eu tinha 18 anos, mas para estudar para o vestibular, eu comecei a trabalhar numa fábrica e aí consegui juntar um dinheiro e comecei a pagar uma escola particular. Então, eu fui aprendendo mais o português e aí fui me desenvolvendo, fui aperfeiçoando, porque eu fiz vestibular eu tinha 19 anos, mas eu não consegui passar por que meu português era muito fraco, ainda não era o suficiente. Então eu tentei 3 vezes o vestibular e não conseguia, na terceira vez foi que eu passei. Tentei 3, aí na terceira foi que eu consegui passar, mas antes eu estudei 3 anos numa escola particular, só para aprender português.

Quando eu entrei na Universidade eu escolhi o Curso de Ciência da computação porque eu precisava escolher minha profissão e algo que fosse visual, porque para surdo, a questão da comunicação já é mais difícil. Então, minha mãe sempre foi comigo ao médico e também na FUNAD, eu era jovem, eu tinha 16 anos por aí, então o médico perguntou: - "O que você quer ser futuramente? Qual a profissão que você quer seguir futuramente? Você quer…" E eu pensava... o médico perguntou para mim se eu queria ser médica ou jornalista? E que eu precisaria do português. O médico perguntou pra mim: - "Você sabe português?", Eu: - "Não, eu não tenho tanta fluência no português" Então ele disse que era bom escolher uma profissão de algo que fosse mais visual, então foi aí que eu escolhi Ciências da Computação. Eu escolhi Ciências da Computação porque eu achei que combinava por eu ser surda, por ser visual, ter muita coisa visual eu achei que combinava comigo.

Eu entrei aqui [UFPB] a primeira vez, em 2011, mas não tinha intérprete, nenhum intérprete. Passei três anos aqui dentro e não tinha intérprete, zero, ninguém. Acabei sendo reprovada nas disciplinas porque as disciplinas são muito difíceis. Eu nunca tinha visto antes no ensino médio as disciplinas que eu vi no meu curso, são disciplinas diferentes porque é superior, é nível superior, então senti essa dificuldade.

Então, vi em um edital que já tinha chegado intérprete na Universidade, então eu fiz o ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] de novo, porque eu perdi muita disciplina, 3 anos que eu estava perdendo disciplinas, então eu fiz de novo o ENEM, aí eu passei pelo sistema de cotas. Eu fiz para limpar o meu histórico, organizar meu histórico, fiz ENEM novamente porque agora tinha intérprete e iria ficar melhor porque agora já tem mais um pouquinho de acessibilidade. Tem aluno apoiador, tem intérprete, então ajudou, já está melhorando a acessibilidade.

Eu recebi apoio para estudar, para entrar na universidade, da minha família, recebi apoio da minha mãe. Ela me dava muita força, dizia: - "vai Hozana, se esforce!" Ela sempre me dava muito incentivo. Amigo....não, amigo é muito difícil, quem é ouvinte tem mais amigos do que surdos, o surdo geralmente fica mais isolado. Eu nunca tive muitos amigos, sempre fiquei muito só com a minha mãe, com meu irmão, com minha família, oralizando em casa só. Aqui na universidade também, amigos, eu tenho poucos amigos aqui.

Quando eu soube que passei no vestibular Eu me senti um pouco feliz, principalmente porque agora tem intérprete e tem aluno apoiador. Porque o aluno apoiador me ajuda nas disciplinas e por isso se torna um pouco mais fácil de passar, é muito importante, muito importante mesmo e também a intérprete pela questão da comunicação, então eu me senti feliz porque Deus me deu a oportunidade pra estudar, pra conhecer um novo mundo, porque o nível superior é diferente, as pessoas são diferentes, você pode se aprofundar, é diferente! Então eu me sinto feliz, privilegiada.

Antes de entrar na Universidade eu pensava que existia um grupo de pessoas surdas, aí eu achei que seria fácil, que eu teria uma comunicação, que eu conversaria em LIBRAS com as pessoas, mas aí quando eu entrei, eu vi que todo mundo era ouvinte, e eu: - "meu Deus do céu, eu "tô" perdida…! eu tô perdida aqui dentro, como é que vai ser?" "O que é que eu vim fazer aqui?".

É um sacrifício para vir para Universidade, eu venho de ônibus, preciso acordar cedo, às 5:00h horas da manhã, porque o ônibus lá na integração ele passa de 7:00h e eu moro em Santa Rita, então eu preciso acordar muito cedo.

Então a universidade é difícil, é muito difícil, precisa ter muito esforço, precisa estudar 24 horas, precisa ver a questão do português, da matemática é muito difícil.

Aqui na universidade tem alguns professores que eles ajudam o surdo. Amigos, não, são poucos. Aí tem meus amigos, no caso os apoiadores, que me ajudam, mas amigo mesmo, é difícil. Essa área da computação é muito individualista. Matemática é muito individualista, as pessoas são muito, cada pessoa no seu universo. Cada um faz o seu, cada um vai pro seu canto e cada um fica na sua, fica muito só. Os professores eles ajudam, o intérprete facilita essa comunicação, essa interação.

A sociedade ainda está nessa fase de desenvolvimento ainda, porque acessibilidade ainda está muito no começo, ainda falta muito, por isso que ainda falta muita coisa na universidade.

Eu não sinto preconceito ou discriminação por ser mulher ou por conta da minha deficiência, só fico surpresa porque a área de matemática e ciência da computação, parece que os homens se interessam mais. Tem mulher também, mas é que realmente é muito pouco. Mas eu não sinto preconceito, discriminação, não, sinto não. Mas eu queria que os professores vissem, por exemplo, que tem uma aluna surda ali, que precisa, por exemplo: - "como é que eu posso facilitar a metodologia?" "a questão da prova." Não é facilitar a prova, não é isso. É o conteúdo, é questão da metodologia mesmo para adaptar pro surdo, porque é diferente a forma como o surdo aprende. Porque o ouvinte ele se desenvolve mais rápido, o surdo não. Então ele tem algumas barreiras que precisam ser revistas, essa questão de ser visual, de ser uma língua visual, a do surdo, então, precisa dessas adaptações.

As redes de apoio que auxiliam o aluno com deficiência, no caso tem o CIA, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, a responsável é professora Andreza Polia, ela ajuda, ela facilita tudo dentro da universidade para o aluno com deficiência Mas é como eu falei, a acessibilidade ainda está em processo, não é algo acabado, tudo é muito novo ainda, tudo está acontecendo, tudo é muito novo.

Então o Comitê de Inclusão e Acessibilidade eles resolvem alguns problemas que acontecem com o aluno deficiente, alguma coisa que o aluno precisa, por exemplo: o aluno ele precisa de aluno apoiador, precisa de intérprete, precisa de guia se for cego, então o comitê de inclusão de acessibilidade, ele dá esse apoio que o aluno precisa.

No meu caso, a Universidade me dá duas coisas, que é o intérprete e o aluno apoiador, aos outros alunos com outras necessidades, eu já não sei direito.

No início não tinha informação, na verdade, eu não sabia nada. Quando eu entrei aqui na universidade, eu não sabia de nada, nada mesmo, não tinha noção. Primeiro, no início da aula, o professor falou: - "você é surda?" aí eu: - "sim". -"Por que eu falo, falo, falo e você não me responde nada, você não interage!". Eu: - "desculpa, eu sou surda.". Ele perguntou: -"e o que é que você 'tá' fazendo aqui?" – "Uau, me surpreendi."

Eu senti na hora quando ele falou isso. Eu fiquei um pouco depressiva. Eu fui para minha casa, fiquei 3 semanas em casa, não queria mais voltar para a universidade não. Fiquei em casa. E aí minha mãe ficou surpresa me vendo em casa e perguntou: - "O que você está fazendo em casa? Por que não está mais indo mais para a universidade estudar?" e eu: - "não, não quero", - "por que?", "porque não tem nada, não tem uma ajuda, um apoio. As pessoas falam o tempo todo, fica difícil 'pra' mim."

Eu consigo oralizar, mas tem que ser devagar, tem que ser pausado. As pessoas falam rápido, eu não consigo oralizar, o professor falando muito rápido, explicando na velocidade da aula, eu não consigo acompanhar.

Aí minha tia veio aqui [UFPB], minha tia veio aqui na universidade, junto comigo e áí fomos procurar, ver alguma coisa, algum setor que ajude a pessoa especial, pessoa com deficiência. Então nós encontramos com uma mulher, a gente conversou com ela e aí minha tia perguntou: - "o que você pode fazer 'pra' ajudar minha sobrinha? Ela é deficiente, ela é surda." "E ela fica sozinha, ela fica só sentada olhando a aula, mas ela é não 'está' conseguindo aprender. Então como é que vocês podem ajudá-la?" e ela respondeu: "Eu só posso dar à ela o RU, alimentação. Aí a minha tia: - "mas, como é isso? sim, não tem nada? Nenhum tipo de assistência? Ok."

Fomos pra casa e eu falei para minha mãe: - " é mãe é difícil! Eu acho que a universidade é para o mundo ouvinte e agora? Eu tranco curso?", aí minha mãe: - "não, não. Vá, vá!". Eu disse a ela: -"Mas eu estou sendo reprovada em todas as disciplinas" aí a minha mãe: - "Minha filha vá tentando, se esforce por quê, porque.." assim.. tem uma frase de Bill Gates, que é da área de computação né, ele e muito famoso é muito conhecido, e tem uma frase dele que fala assim: - "se você não conseguir tente de novo, e tente de novo, e tente de novo", "mas, eu já fui tão reprovada, eu já perdi tanto, e como é que eu vou tentar de novo?" aí minha mãe disse: - "tente de novo e de novo até você conseguir, até você passar."

Então, eu conheci uma mulher com o nome Sandra e ela me ajudou, tudo começou por ela, por Sandra. E aí depois a professora Andreza que é responsável pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade e até hoje estou aqui. Então, antes eu ficava só sofrendo, só aguentando até descobrir que existe a acessibilidade para chegar até aqui onde eu estou.

Então, depois que eu soube dos meus direitos... Porque antes eu ficava parada parecia que nada acontecia, nada era resolvido, porque, eu não tinha por exemplo, eu não conseguia expressar a minha angústia, então eu ficava muito parada, porque eu aprendi a falar eu tinha 19 anos de idade, aprendi o português tinha 24, aprendi a me expressar eu tinha 28, então, agora que eu estou sabendo os meus direitos, agora eu luto e também porque antes eu não era política agora sou, agora sou política.

A minha primeira grande dificuldade que me lembro, foi a comunicação, foi essa questão da comunicação mesmo, era muito difícil, existia essa barreira, as pessoas não se comunicavam comigo, era complicado! Eu tinha que ficar olhando, até em sala de aula

mesmo, o quadro, o professor, olhava mais o que o professor colocava no quadro, que a comunicação. Foi um entrave muito grande, foi difícil. Passei três anos nesse entrave, então foi o mais difícil pra mim realmente é mais difícil também para estudar também as disciplinas, para compreender.

Eu gosto muito de ler, eu gosto de ler coisas sobre matemática álgebra, sobre a Índia, a história da Índia, também do Egito porque, foi onde a matemática surgiu então é uma coisa que me emociona, eu gosto.

Esse meu gosto pela leitura vem desde a infância, só que por exemplo, por eu ser surda, era tudo diferente pra mim. Eu lembro que eu procurava um livro mais fácil, que tivesse uma palavra mais fácil, o português mais acessível, mas aí quando eu pegava um livro era muito formal, o português era muito formal, a ficava difícil pra mim.

Aí também eu não conseguia acompanhar às vezes. Aí eu procurava um com um português mais fácil, porque o surdo ele conhece palavras que tem sinal, se não tiver sinal fica difícil essa associação, para ver o significado é mais difícil, então precisa pesquisar no dicionário, precisa entender o significado das palavras, aí é difícil! Pra o ouvinte é mais fácil porque ele já está o tempo todo escutando, então ele já está acostumado com o significado das palavras.

Esse meu gosto pela leitura me impulsionou muito para chegar até aqui, entrar na Universidade e estar cursando. Porque quando você lê, facilita muito a sua vida, porque você aprende contextos. A leitura já tem aquela informação, já traz informações principais para sua vida, porque através dessas informações, você consegue evoluir, você consegue se desenvolver.

Então se você não tem acesso à informação, se você não tem leitura… Porque hoje é mais fácil depois da Internet, a Internet ela já traz muita coisa, ela torna mais acessível a informação, tem vídeos, em LIBRAS, tem coisas em LIBRAS, tem acessibilidade, tem avatar de tradução, tem muita coisa, tem uma gama de informações na Internet que podem assessorar nisso aí também nesse acesso. Mas, antigamente não tinha muitos recursos, então a informação ficava mais truncada. Hoje o mundo mudou, hoje já tem muita coisa e principalmente por causa da Internet.

No começo eu tive muitos desafios, eu não sabia de nada ... eu não sabia nem que existia biblioteca, por exemplo. Eu não conhecia Sandra, aí depois quando eu conheci ela, ela chamou uma pessoa para me mostrar tudo, toda a universidade, ela chamou alguém para me conhecer, até para eu saber meus direitos o que eu podia conseguir, mas não tinha nada de

acessibilidade, por exemplo, intérprete não tinha informações sobre coisas básicas, assim, não tinha. Então precisava andar junto com apoiador sempre, Sandra conseguiu pra mim um apoiador. Aí existiu muito esse impacto na comunicação, então eu sentia muito esse entrave na comunicação.

No tempo de Sandra, meu apoiador sabia LIBRAS. Mas porque assim, Sandra ela é professora do curso de pedagogia, então ela sabe Língua de sinais, mas aqui é questão de cálculo, matemática, é computação, então, é uma coisa mais especifica, aí antes ela no caso usava comunicação total, porque no caso usava LIBRAS. Mas agora, por exemplo, eu estudo disciplinas da área de matemática, por exemplo, eu preciso de apoiador daquela área, daquela disciplina, mas eles não sabem a Língua de sinais, na área de pedagogia é mais fácil o pessoal saber, agora na área de informática é mais difícil o pessoal saber LIBRAS. É quando falo com meu apoiador, eu oralizo com ele, a gente conversa assim, oralizando.

Quando eu estou só sem um apoiador ou um intérprete, eu consigo me comunicar em partes. Por exemplo, o aluno apoiador ele não sabe LIBRAS, mas a gente consegue se comunicar pela oralização, às vezes, se eu chamar o interprete, às vezes dependendo da carga horária, fica complicado. Porque tem intérprete dentro da sala já para interpretar dentro da sala. O aluno apoiador ele tem que me ensinar fora da sala, a treinar, a fazer atividades, a exercitar a disciplina que eu estou aprendendo em sala de aula.

Então pra essa informação fora, por exemplo, se eu for numa biblioteca, aí a pessoa que trabalha dentro da Universidade, eu acredito que deveria saber LIBRAS, ao meu ver seria obrigatório saber língua de sinais, porque aí teria essa acessibilidade, porque imagine, o aluno ficar chamando o aluno apoiador todo dia, todo dia, todo dia. Vou na coordenação, não tem acessibilidade, não tem Libras, como é isso? Vou estar chamando o aluno apoiador direto? Tudo o que eu for fazer, vou precisar de um aluno apoiador do meu lado? Então, se tem a Lei, precisa, é interessante que as pessoas saibam a língua de sinais por todos os locais, tem que ter, é obrigatório ter essa acessibilidade em todos os locais.

Quando um professor passa algum trabalho ou pesquisa para fazer, ele já sabe que tem uma aluna surda, então ele passa, ele me ajuda, ele por exemplo: tem uma atividade mas não tem o livro, então, o professor procura na Internet, aí ele pede meu e-mail e manda pra mim, direto. Porque ele já sabe que é mais difícil para o aluno surdo o acesso à informação, então, aí ele já me ajuda, me dá esse apoio.

E quando o professor não tem esse entendimento, eu vou lá na coordenação e digo: - "Olha aí! O professor não está me ajudando, e aí, como é que a gente faz?" "Aí, Converse com ele, resolva lá com ele." Aí a coordenação vai conversar com ele para me ajudar como tem que ser. Se tiver prova... por exemplo: uma vez aconteceu, tinha prova - "eita, e agora, eu não estudei, ai meu Deus, como é que vai ser?" aí eu fui na coordenação, disse: - "pelo amor de Deus, me ajude!", - "vou conversar com o professor". Aí o professor adiou o dia da prova "pra" mim, perguntou: - "Hozana, qual o dia que você quer fazer a prova?" aí eu disse: - "Ai meu Deus, muito obrigada!" Então, tem professor que ajuda nesse sentido também, exemplo, minha pesquisa, meu projeto de pesquisa para apresentar dentro de sala de aula, eu atrasei, eu não consegui fazer no tempo que a professora disse. Mas ela foi compreensiva: - "Calma Hozana, não se preocupe, estude depois você me apresenta" aí eu: - "muito obrigada!".

Porque sabe que a dificuldade pro aluno surdo é maior. Então sabe que precisa de um tempo maior para fazer um projeto, para procurar informações próprias da informática, então precisa de mais tempo, muitas vezes para estudar. Então tem professor que me ajuda muito. Mas se, se o professor não quiser me ajudar, eu vou na coordenação, eu procuro mesmo.

Eu utilizo a biblioteca para procurar o material, eu me antecipo procurando as coisas, por exemplo, eu colocar uma disciplina, sistemas da informação, então eu procuro primeiro a bibliografia, os livros. Pergunto ao professor na biblioteca quais são os livros que ele vai usar?, aí o professor me manda por e-mail em PDF e aí já manda tudo pronto. Porque se eu for lá na biblioteca, como é que vai ser? Eu vou chamar quem? O aluno apoiador para ir comigo para pegar o livro? E ninguém lá sabe LIBRAS.

Quando vou lá na biblioteca eu mesma tenho que ir direto nas estantes buscar o livro por que sinto dificuldade de me comunicar, então, eu preciso ir procurando, lá na estante, e é complicado. Quando não encontro, aí eu chamo o apoiador, porque o apoiador já sabe, já conhece onde estão os livros que eu quero.

Para avaliar a universidade, primeiro eu preciso avaliar a sociedade de uma forma geral. Porque parece que a sociedade é deficiente. Porque a sociedade não entende como é que pode existir esse apoio para a pessoa com deficiência.

Mas a Universidade, ela está começando a melhorar, em partes. Tem intérprete, tem aluno apoiador... mas tem outras coisas que eu não posso falar... então precisa ser alguém que tenha muita influência, que tenha muito poder. Mas em parte, está se desenvolvendo, está melhorando. Mas, é bom avisar aos surdos que podem vir futuramente para cá, que já tem

acessibilidade, que está começando agora acessibilidade, é bom que os surdos saibam, para que eles possam vir.

Porque tem surdo que não sabe nada, tem surdo que… não sabe por exemplo, "se eu entrar na universidade, tem acessibilidade? Será? Será que eu vou chegar lá e vou me sentir incluído?" tem pessoas que não sabem, é bom avisar, é bom que eles saibam.

Eu considero que a UFPB está me oferecendo acessibilidade para concluir meu curso, recursos materiais não. O esforço parte do aluno, a UFPB em si, não está nem aí.

A Universidade Inclusiva? Se eu me sinto incluída? - Não. Não, só tenho acessibilidade, mas inclusiva, não. Incluída, não.

Eu fico pensando, como fazer para melhorar essa situação da inclusão? Porque parece que tudo é barreira, por que tem pessoas que elas desprezam, tem as que não querem amizade, tem pessoas que não querem realmente incluir. E como seria realmente essa inclusão? Eu acho que não existe resposta "pra" essa pergunta, porque o mundo inteiro ele pensa que é difícil lidar com a diferença. Se todas as pessoas fossem amigas e elas se comunicassem de uma forma que eu me sentisse realmente acolhida, eu me sentiria incluída, mas não acontece isso.

Falta acessibilidade arquitetônica na UFPB, as pessoas que tem deficiência, que sentem essa dificuldade arquitetônica, por exemplo, se um aluno é deficiente, um cadeirante, como é que ele vai estudar aqui? Se fosse aqui nesse campus, como é que ele ia subir essas escadas? Cadê acessibilidade pra ele? Você acha que uma pessoa com deficiência vai se sentir incluída aqui? Nunca! Vai se sentir não! É, sobre a questão tecnológica, a tecnológica tem acessibilidade em parte, em parte. E a atitudinal... atitudinal não, essa eu vou falar com a minha voz: - "É muito difícil, só se tiver uma pessoa bem preparada e capacitada, mas com um amor maior que o coração para lutar pela pessoa com deficiência, isso sim, seria o começo de uma política sensacional, mas não tem não, aqui na universidade, não tem mesmo.

Uma coisa que marcou a minha vida, foi antes da universidade, antes de eu entrar na universidade. Foi sobre amizade, aconteceu uma vez, eu me senti sozinha, sempre eu procurava amigos, aí quando eu comecei a conversar, consegui um amigo mas aí acontecia esse entrave da comunicação, então uma vez eu recebi a seguinte resposta: "Hozana, eu falo uma coisa, você fala doutra coisa. O que é que "tá" acontecendo? Como é que tu é minha amiga?". Uau! Aí eu senti que era melhor eu estar sozinha. Por que amigo é muito difícil, você precisa estar preparado, você precisa estar preparado para enfrentar o mundo e ter

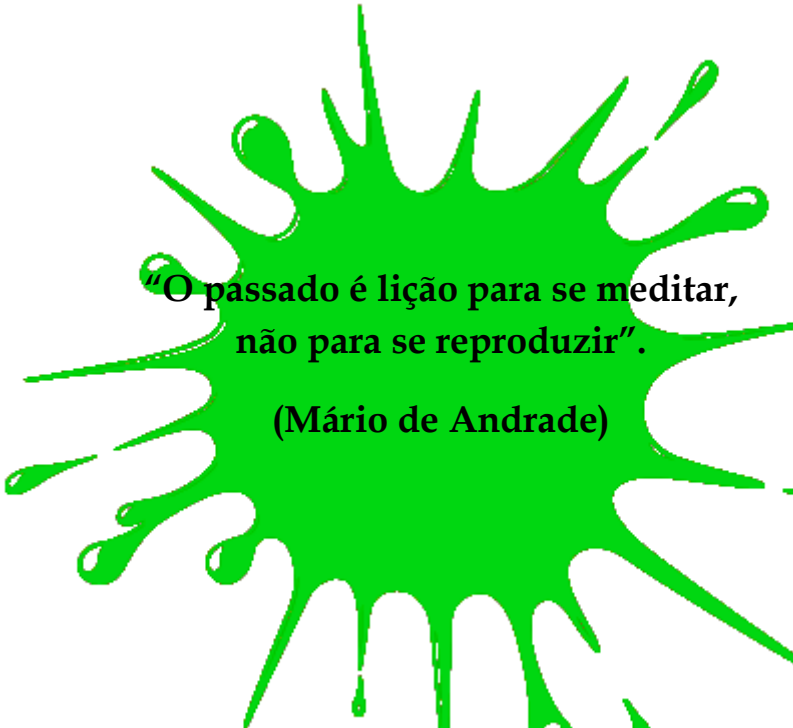
amigos. Por que tem que ter muito cuidado com amigos, tem que ter muita atenção, é difícil. Então eu prefiro ficar só.

E o que me marcou aqui na Universidade foi o professor, que quando me viu pela primeira vez falou: "Você é surda e você 'tá' aqui?". - Uau!, foi difícil. E eu sem entender. A minha mãe sempre falava assim: -"Hozana, se você não aprender a oralizar, a falar oralizando, só ficar com LIBRAS, LIBRAS, LIBRAS"... aí eu disse: - "sim, mas o principal pro surdo é a língua de sinais. Eu prefiro a língua de sinais, a comunicação para o surdo é a língua de sinais".

Ficar falando é ruim, parece que você fala outra coisa, a pessoa entende coisa diferente, muitas vezes do que você quer dizer. Então é melhor a Língua de Sinais. A minha mãe sempre falava assim: - "Hozana, o mundo é deficiente, você não é deficiente." Por que se você esperar que o mundo chegue até você, quando é que isso vai acontecer?" "O mundo nunca vai chegar até você, você que precisa ir caminhando e precisa enfrentar o mundo." E eu perguntava a minha mãe: -"Como é que eu vou enfrentar o mundo?" Ela: -"Com a sua própria capacidade." Então eu aprendi a me virar sozinha. Mas, o surdo precisa de acessibilidade, por que sozinho ele não consegue. É muito difícil!

Minha mãe ela me ajuda muito, mas eu não entendo porque ela não quis aprender LIBRAS, porque ela sabe que eu precisava lutar, me esforçar sozinha. Você precisa dos dois, porque, a cabeça da minha mãe é diferente, por exemplo, ela fala: - "quando você vai numa farmácia, numa padaria, como é que você vai se comunicar? Você vai se comunicar com LIBRAS?". É a cabeça da minha mãe, ela pensa assim. Então, é uma cabeça diferente, é o jeito dela pensar. Por isso, eu quebro as regras dela às vezes, então eu uso os dois: eu uso LIBRAS e também oralizo. Eu uso, estou usando um pouquinho de cada.

9 PARA REFLETIR: Análise e discussão do material empírico



9 PARA REFLETIR: Análise e discussão do material empírico

Após estes relatos, se faz necessário refletir acerca de tudo que fora compartilhado pelos entrevistados.

9.1 O CAMINHO ATÉ A EDUCAÇÃO

Foram extraídas experiências de como foi o trajeto bem como os desafios na educação de nível fundamental e médio por parte dos entrevistados.

Vimos ao longo de todo percurso histórico que a pessoa com deficiência lutou e enfrentou muitas dificuldades para que o aceso à educação seja ela em qualquer nível, fosse assegurada através de vários instrumentos legais e normativos.

Todavia, ao levarmos em consideração que o direito à educação é um direito assegurado há mais de 50 anos, através da Lei n 4.024 de 1961, que formaliza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ao garantir o "direito dos 'excepcionais' a educação no sistema geral de ensino", percebeu-se através de muitas narrativas que há uma lacuna muito grande entre o que determina a LDBEN e as práticas educacionais desenvolvidas em pleno século XXI.

Ferindo inclusive os Art. 3º, inciso IV, Art. 206 e 208 da própria Constituição Federal, que fala sobre a promoção do bem de todos sem qualquer forma de discriminação, como ainda da igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas e a oferta de atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. Dentre outros instrumentos que assegurariam esse acesso à educação.

Faz-se extremamente presente nos discursos a inexistência de serviços de educação acessível, muito menos inclusivo, nas cidades de origem de alguns entrevistados, sendo necessário a migração para a Capital do Estado em busca de serviços especializados, sendo por vezes necessária a adoção da utilização do sistema de internato. E só após o acesso a serviços especializados no atendimento a respectiva deficiência, percebe-se que a PcD inicia sua trajetória acadêmica, conseguindo inserir-se no sistema de ensino, seja ele público ou privado.

Podemos evidenciar isso através das narrativas a seguir.

> *Eu vim para João Pessoa pra poder estudar, porque na minha cidade não tem estrutura nem nada assim, nem nada perto para que que eu pudesse ir. Então eu vim pra cá para estudar. Estudei, fiquei interna durante muito tempo, agora eu não lembro quanto tempo, acho que uns 10, 12 anos, no mínimo uns 12 anos no Instituto dos Cegos [Paraíba], onde eu tive meu primeiro contato com a escola, onde tive minha alfabetização em braile, e fiquei até a quarta série lá na instituição. [...] Depois que eu saí do instituto, na quarta série, eu fui para a escola regular, eu estudei todo meu fundamental e médio, todo na escola regular, em escola pública. (**Fabrícia**)*
> *[...] eu estudei sempre como ouvinte depois de ter perdido a visão, no colégio lá do interior, em Bananeiras. Então como eu não ia ter condições de dar continuidade aos estudos por decorrência dos professores não serem preparados para me assistirem dentro de sala de aula, eu acabei que através da prefeita, na época em 2008, Marta Ramalho, a prefeita da cidade de Bananeiras, conseguiu uma vaga para mim no Instituto dos Cegos [Paraíba]. Então eu saí de lá [Bananeiras] e vim, ingressei ainda aqui no meio, ou seja, no terceiro bimestre, aí eu concluí o oitavo, nono ano do Ensino Fundamental. O Primeiro ano do Ensino médio concluí em 2010 e no mesmo ano eu concluí o ensino médio através de supletivo. (**Robson**)*

Contudo, encontrar uma escola na Capital que fosse "inclusiva" ou pelo menos "acessível" também não era fácil.

Seguindo o pensamento de Canziani, a escola inclusiva deve trabalhar na dimensão da educação para todos levando em consideração as características e necessidades individuais de cada aluno. (CANZIANI, 2010 apud LANNA JÚNIOR, 2010).

Através de algumas narrativas, podemos perceber que ao ter acesso à educação, alguns se deparavam com muitas barreiras que dificultavam esse acesso pleno, destacando a questão da acessibilidade arquitetônica e atitudinal.

> *No ensino fundamental e no ensino médio, eu nunca tive intérprete, acessibilidade não existia. A Escola se dizia inclusiva e não tinha acessibilidade, acessibilidade zero. O professor via que eu era deficiente, surda, mas o professor, ele não entendia como lidar com um surdo, não tinha nenhum tipo de conhecimento, então aí muitas vezes quando eu escrevia diferente do português o professor corrigia e colocava uma nota baixa, então eu tive que me esforçar muito. Estudava muito, eu nunca fui reprovada, eu sempre passava, mas era um esforço grande, muito esforço para conseguir aprovação. (**Hozana**)*
> *No ensino fundamental, eu estudei numa escola do primeiro à quarta série, eu estudei em uma escola que era tudo no térreo, não tive grandes dificuldades não. Do quinto ao oitavo ano e o ensino médio, eu tive que mudar de escola e aí lá no meu bairro a gente só encontrou uma escola que tinha acessibilidade. [...]. (**Rafael**)*
> *[...] se o povo não está preparado hoje, imagine 20 anos atrás. (**Paulo**)*

Destacando-se ainda que em ambos os casos, seja na situação dos que tiveram que sair de suas cidades ou dos que conseguiram de alguma forma adentrar numa

rede de ensino desde cedo, demandava muito esforço próprio do aluno para que ele continuasse e concluísse o processo de educação de base.

Para facilitar a vida dessas pessoas, a escola poderia se adequar ou ter se adequado aos padrões de acessibilidade normatizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 9050) que tem como objetivo promover a acessibilidade arquitetônica. (ABNT, 2015)

Quanto a acessibilidade atitudinal, que envolve o comportamento das pessoas envolvidas nesse processo de inclusão onde cabe apenas depender do bom senso e da conscientização de cada indivíduo envolvido.

Percebe-se ainda que os alunos oriundos de cidades do interior do estado, só conseguiram obter acesso a qualquer tipo de estudo ou educação após serem encaminhados a serviços especializados em atendimento à sua deficiência. Percebemos que o Instituto dos Cegos, na capital João Pessoa, desempenhou um papel importante na orientação pedagógica como ainda no processo de ensino de base, permitindo aos que procuraram pelo serviço que pudessem finalmente trilhar suas histórias acadêmicas.

Ficou perceptível a sede pela educação, quando desde crianças queriam efetivar seus direitos, até mesmo sem saber quais eram. São memórias que relatam o seu desejo por estudar, por querer frequentar uma escola e se efetivar um cidadão como toda e qualquer outra pessoa tem direito.

> *Desde pequeno que eu queria estudar, via meu irmão indo pro colégio particular, e ficava com vontade de ir também, só que na época, o povo não tinha a mentalidade que tem hoje, que evoluiu um pouco, não muito, mas evoluiu. Então minha mãe ficava com medo de me colocar num colégio normal e eu não acompanhar, e eu sabia que eu podia acompanhar, só que ela [mãe] por receio, não me colocou, e desde pequeno que eu sempre queria ir para o colégio regular. Que se chama, normal. [...] Me perguntavam: - "Menino, o que é que tu mais quer?" eu falava "eu quero estudar."* (***Paulo***)
>
> *[...] na época a Presidente do Instituto e não sei como souberam que eu existia lá no Sertão, até hoje eu não sei disso por que ela infelizmente ela já faleceu, mas na época, foi ela e um Senhor que era advogado. Eles foram lá no carro e foram falar, conversaram com minha mãe, mas por ela eu não vinha, - "não, não vai" e eu chorei, esperneei, quis por que quis vir. Eu já tinha muita vontade de estudar, na época que eu morava no Sertão eu ia pra escola com o pessoal, só pela vontade mesmo.* (***Fabrícia***)

Além, da dificuldade em encontrar uma escola acessível e inclusiva, existia ainda o receio e a preocupação que alguns pais tinham, acabando por "privar" seus filhos a terem acesso à educação. E alguns deles só vieram ter acesso à escola quando adolescente ou adulto.

> *Então ela tinha receio de me traumatizar, só que eu nunca tive medo, porque eu sempre quis estudar. [...] quando eu fiz 21 anos, quando ela não tinha mais como impedir, aí ela disse: - "Pronto, você já é de maior, você faz se você quiser" só que até hoje eu sempre brigo com ela assim, por que ela sempre tem muito receio de eu não acompanhar as coisas. (**Paulo**)*
> *Eu comecei a estudar com 2 anos, então quando eu perdi a audição minha mãe, me tirou da escola. E ela começou a me ensinar a oralizar, eu não conhecia nada da Cultura Surda. Minha mãe começou a me ensinar a oralizar, aí eu precisei ficar treinando assistindo novelas, assistindo à televisão, mas é muito difícil. (**Hozana**)*

Ao cruzarmos e compararmos essas narrativas com as informações referenciais históricas da pessoa com deficiência, percebe-se que o passado de complicações não ficou tão no passado afinal.

Uma vez que o conceito e o processo de educação especial e educação inclusiva já existem há pelo menos 30 anos, reflete-se sobre as dificuldades dessas pessoas em efetivarem o seu direito de acesso à educação, seja na disponibilização de escolas inclusivas que estejam realmente preparadas para receber o aluno com deficiência, seja no aspecto de acessibilidade arquitetônica, seja de aspecto da atitude das pessoas ou qualquer outra barreira que impeçam a inclusão desse aluno naquele meio.

O acesso à educação nesse momento é relatado como o primeiro grande divisor de águas na escolha e no início de suas carreiras acadêmicas. Percebe-se ainda que os recursos tecnológicos desses locais são poucos ou, quase nunca, citados.

Seguindo o pensamento de Martins, a educação inclusiva é um ponto fundamental para que a criança comece, desde cedo, uma experiência de convivência com toda diversidade que existe no social, quando essa pessoa estará muito mais instrumentalizada para a convivência, para se relacionar com o próximo, como ainda para uma visão de mundo mais ampla. (LANNA JÚNIOR, 2010).

Já o aspecto humano é o mais presente em todas as respostas, o incentivo emanado pelos colaboradores do Instituto dos Cegos é muito presente nas memórias,

tornando empenho coletivo das pessoas que prestam o serviço, um novo ator nas narrativas. Um ator sem braços, sem rosto, sem cor, mas com alma.

Ou seja, a oferta do serviço em si imprime uma vasta gama de novas possibilidades aos tomadores do serviço, mas a postura, empenho e dedicação no processo, não apenas de acessibilidade, mas principalmente no processo inclusivo, é o que mais fortemente marcam as histórias e memórias na busca pelo acesso à educação e informação.

A narrativa da entrevistada Hozana em específico, chama atenção pois dos sujeitos entrevistados foi quem indicou a mais elevada idade para ter início ao acesso ao processo de educação escolar, sendo aos 18 anos de idade. A deficiência auditiva, sequela de outra enfermidade, a caxumba, também conhecida como papeira, em terna infância mais exatamente aos 03 (três) anos de idade, exigiu além do empenho em aprender a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, também aprender o idioma português, exigindo assim um processo de alfabetização bilíngue. Um aspecto peculiar fora o empenho adicional na aprendizagem do processo de oralização, ou seja, da comunicação verbal mesmo sem possuir memória auditiva relevante.

Com base nas memórias coletivas dos sujeitos, percebe-se que o esforço para eles terem acesso à educação partiu de forma individual de cada pessoa, mesmo sabendo que vários instrumentos legais "garantem" esse acesso desde a educação de base. Então, fica evidente que eles só efetivaram esse direito devido ao esforço de cada um, tendo que muitas vezes deixar seu lar para ir em busca dos seus direitos.

As histórias de empenho individual não apenas ilustram os relatos nesta pesquisa, mas também imprime elevado nível emocional, perspectiva de esperança quanto a inclusão social e perspectiva de um futuro melhor.

Observa-se que muita coisa melhorou no tocante ao acesso à educação. De certa forma, há uma atenção voltada para a educação inclusiva, porém, faz-se necessário mais investimento não apenas em escolas de grande porte em municípios com mais de 60 mil habitantes, como foi dito por Lanna Júnior (2010), é preciso investir em todas as escolas, para que a pessoa com deficiência não precise sair de sua cidade de origem para poder ter acesso à escola, à educação.

9.2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VAI PARA UNIVERSIDADE

Foram extraídos das narrativas, como se deu o processo de ingresso ao ensino superior, dando ênfase ao ingresso na UFPB, como ainda os sentimentos ao saber da aprovação.

Vimos que o caminho trilhado para se ter acesso à educação de base, bem como ao Ensino Superior não foi algo tão simples ou fácil. Através das narrativas, observa-se que alguns tiveram dificuldades em ingressar a Universidade por conta dessa dificuldade que teve no ensino de base, sendo necessário o desprendimento de muito esforço para ingressar à Universidade.

O direito de acesso ao ensino superior também não é algo recente, já que a própria Constituição Federal prevê esse direito, asseverando que é dever do Estado garantir à educação às pessoas com deficiência na rede regular e tendo as mesmas obrigações quanto ao Ensino superior. (BRASIL, 1990)

No decorrer do tempo, outros documentos surgem com a finalidade assegurar esse direito, como é o caso da Portaria nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 do Ministério da Educação (MEC), do Decreto 5.626/2005, bem como a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 que fala

> Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
> Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;(BRASIL, 2015, p. 4)

O ingresso no ensino superior é, sem sombra de dúvidas, um marco na história de qualquer estudante. Enfrentar a concorrência pela vaga tão desejada, a ansiedade, a novidade de estar iniciando, o que provavelmente será sua carreira profissional, é natural.

A partir de algumas narrativas, podemos visualizar esses sentimentos que se afloraram quanto ao recebimento da notícia de ingresso na Universidade. Podemos perceber que todos compartilham de sentimentos bem parecidos, destacamos a surpresa, a felicidade, satisfação e ansiedade pelo ingresso na UFPB.

> *Quando soube que havia sido aprovado no curso que queria, a sensação foi de satisfação, mas de bastante ansiedade também. (**Rafael**)*
> *Quando soube que havia passado, eu não acreditei não, que eu tinha passado. Não tinha caído a ficha, [...] eu fiquei meio sem acreditar, não estava confiante de passar não, então fiquei feliz. (**Kelly**)*
> *Quando soube que havia passado, eu fiquei sem acreditar, a priori em 17 de Fevereiro de 2012, eu fiquei sem acreditar que teria passado no vestibular logo para um curso super concorrido desse. (**Robson**)*
> *Quando eu soube que passei no vestibular Eu me senti um pouco feliz [...]eu me senti feliz porque Deus me deu a oportunidade pra estudar, pra conhecer um novo mundo, porque o nível superior é diferente, as pessoas são diferentes, você pode se aprofundar, é diferente! Então eu me sinto feliz, privilegiada. (**Hozana**)*

Entretanto, para chegar até a Universidade, foi uma caminhada muito longa, devida à condição do ensino de base ou por algum outro motivo, alguns precisaram complementar sua formação com cursinhos, percebendo-se ainda o esforço empreendido para alcançar o êxito.

> *[...] eu fiz um vestibular para história e não consegui passar exatamente por não ter visto nada de assunto referente ao segundo e terceiro ano do médio. Em 2011, ingressei no cursinho, no Anglo fiz um ano de preparativo, me preparei bem, aí fiz o vestibular e passei para Direito e ingressei aqui, graças a Deus. (**Robson**)*
> *Então eu tentei 3 vezes o vestibular e não conseguia, na terceira vez foi que eu passei. Tentei 3, aí na terceira foi que eu consegui passar, mas antes eu estudei 3 anos numa escola particular, só para aprender português. Quando eu terminei o ensino médio eu tinha 18 anos, mas para estudar para o vestibular, eu comecei a trabalhar numa fábrica e aí consegui juntar um dinheiro e comecei a pagar uma escola particular. (**Hozana**)*
> *Terminei em 2011, aí fiquei tentando e quando saiu o resultado em 2014 fui aprovada na lista de espera, na segunda lista de espera. (**Kelly**)*

Outros encontraram menos dificuldades para ingressar na Universidade, alguns passaram direto após terem terminado seu Ensino médio ou técnico, é o que podemos observar nas narrativas abaixo:

> *Mas eu já estava meio que preparado para entrar na UFPB, até porque eu entrei no IF para me preparar para vir para aqui, então eu sinto que eu tive uma boa base pra*

> *não ficar muito nervoso na hora de vir para aqui. E interessante é que eu fiquei mais nervoso para ir para o IF do que pra vir para UFPB. (**Paulo**)*
> *Então, eu nunca fiz cursinho, na verdade eu acho que nem estudei direito pro vestibular, muita coisa que eu fiz na prova, foi por conta da escola, por conta das coisas da escola. Eu tive muita sorte por ter estudado, por ter levado um pouco a sério. Porque tem muita gente que não leva muito a sério o ensino médio e acaba precisando fazer cursinho. [...] só aquilo não era suficiente, só estar na sala de aula não era suficiente, então, foi muito por conta disso que eu consegui êxito no vestibular. (**Fabrícia**)*
> *Na época, não fiz nenhum cursinho, apenas o Ensino médio mesmo. (**Rafael**)*

Atualmente, a UFPB utiliza vários sistemas de reserva de vagas, conhecidos como cotas, incluindo as cotas para pessoas que declaram possuir alguma deficiência, através da Res. 46/2010, conforme já citado no capítulo 4 (Da inclusão na UFPB).

Percebeu-se que a política de cotas tem facilitado o ingresso na UFPB, quando apenas 02 dos entrevistados não precisaram utilizar a política de cotas.

> *Entrei no curso de Hotelaria, no período 2015.2, mas por causa da greve só entrei em 2016.1, com previsão para o término em 2021. Utilizei a política de cotas tanto para deficiente como para Escola Pública. (**Kelly**)*
> *Entrei na UFPB em 2012.1, foi o meu segundo vestibular, mas o primeiro ingresso na Universidade, estou no oitavo período do curso de direito com previsão para concluir em 2017. Entrei na Universidade através das cotas. (**Robson**)*
> *Em 2015, entrei na UFPB [Universidade Federal da Paraíba], utilizando a política de cotas para pessoas com deficiência, mas poderia ter utilizado também cota para escola pública. (**Paulo**)*
> *[...] eu fiz o ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] de novo, porque eu perdi muita disciplina, 3 anos que eu estava perdendo disciplinas, então eu fiz de novo o ENEM, aí eu passei pelo sistema de cotas. (**Hozana**)*

Interessante perceber ainda que nem todos os entrevistados utilizaram as políticas de cotas oferecidas para pessoas com deficiência, inclusive os que poderiam utilizar mais de um critério cotista por ser deficiente e/ou por ser oriundo de escolas da rede pública. A partir das narrativas, podemos perceber ainda que a forma de entrada na Universidade, o tipo de entrada se difere entre os colaboradores, alguns adentraram pelo antigo vestibular por meio do Processo Seletivo Seriado (PSS), como pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

> *Na época ainda era vestibular [PSS], não foi nem ENEM, eu nunca fiz ENEM na minha vida. Eu entrei na UFPB direto, sem precisar utilizar as cotas, mas eu teria a possibilidade de entrar com duas cotas, tanto a de deficiente como a de escola pública, mas eu entrei direto. (**Fabrícia**)*

> *Eu estudo aqui, no curso de Direito da UFPB, desde 2010 e não utilizei nenhuma política de cotas, na época ainda era o antigo PSS [Processo Seletivo Seriado]. (**Rafael**)*

Todavia, outro fator que se considera muito importante para o ingresso dessas pessoas no Ensino superior, é o apoio, acompanhamento que as famílias deram ao longo de sua jornada até a universidade.

> *Eu sempre recebi muito apoio para estudar, de todas as partes que me acompanham [...](**Paulo**)*
> *Desde criança, sempre recebi um incentivo dos meus familiares para estudar, para entrar na Universidade. (**Rafael**)*
> *Eu recebi apoio para estudar e ir para a Universidade, da minha família, muito do Instituto [dos cegos], do pessoal da instituição, eles sempre me deram muito apoio, porque no vestibular você fazia prova do primeiro e do segundo e se não passasse você não fazia do terceiro. (**Fabrícia**)*
> *Eu recebi muito apoio do pessoal do Instituto dos Cegos [Paraíba], sempre ficava em cima de mim pra eu fazer a prova, pra eu nunca desistir de estudar, também recebi apoio da minha mãe e do meu esposo. (**Kelly**)*
> *Eu recebi apoio para estudar, para entrar na universidade, da minha família, recebi apoio da minha mãe. Ela me dava muita força, dizia: - "vai Hozana, se esforce!" Ela sempre me dava muito incentivo. (**Hozana**)*
> *[...]eu considero esse desempenho meu desde o início do curso até hoje aqui dentro da UFPB à minha força de vontade e à energia positiva da minha família [...] (**Robson**)*

Destaca-se ainda o papel do Instituto dos Cegos da Paraíba que, ao longo da vida de alguns deles, se tornou uma peça fundamental nesse processo de ingresso ao ensino superior.

Quando questionados a respeito de ser o primeiro ingresso em um curso de nível superior, é praticamente unânime a resposta afirmativa, porém, em um dos casos, mesmo a resposta sendo positiva não fora o primeiro ingresso da pessoa enquanto discente no ambiente universitário.

Em um caso em especial, a aluna ingressou através do extinto vestibular no curso de Ciência da Computação, contudo, na época não chegou a seu conhecimento nenhum recurso ou serviço que permitisse ou que ao menos colaborasse com sua permanência na Universidade. Devido a vários obstáculos no processo de comunicação, em especial, relativo ao corpo docente, sendo vitimada do preconceito e da ignorância de um professor que ao descobrir que se tratava de uma deficiente auditiva questiona sua presença em sala de aula de um curso superior. Após este

episódio, ela praticamente abandona o curso por não conseguir compreender as aulas, por não conseguir ter acesso aos materiais informacionais necessários para o estudo e ainda por não obter notas que permitam sua aprovação nas disciplinas muito menos qualquer avanço no curso escolhido.

E após ter informações de que a universidade já oferecia o serviço de intérprete, ela decide prestar prova do ENEM para um novo ingresso no mesmo curso, com objetivo tanto de dar continuidade ao curso como, com a esperança de que com o auxílio de interpretes, possa ter um histórico sem registro de reprovações ou notas baixas, refletindo sim o seu esforço na busca por educação e conhecimentos específicos da área escolhida.

> *Eu entrei aqui [UFPB] a primeira vez, em 2011, mas não tinha intérprete, nenhum intérprete. Passei três anos aqui dentro e não tinha intérprete, zero, ninguém. Acabei sendo reprovada nas disciplinas por que as disciplinas são muito difíceis. [...]Então, vi em um edital que já tinha chegado intérprete na Universidade, então eu fiz o ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] de novo [...] (**Hozana**)*

Após uma breve reflexão, podemos aproveitar essa informação da aluna para comparar a melhoria nas condições de acessibilidade na UFPB entre 2011, o ano que entrou pela primeira vez, e ao entrar novamente em 2013. Essas melhorias poderão ser visualizadas de forma mais clara no eixo "Pontos para inclusão".

Observa-se que no tocante a disponibilização de ofertas de vagas às pessoas com deficiência a UFPB tem facilitado que essas pessoas possam de fato exercer o direito de acesso ao Ensino Superior, principalmente à luz da Lei nº 13.146 Art. 28, inciso XIII mencionado no início da discussão. Todavia, faz-se necessário observar se a instituição tem oferecido subsídios para que esse aluno além de ingressar, possa permanecer e concluir o seu curso que iremos abordar mais à frente.

9.3 UFPB: VIVENDO COM AS DIFICULDADES E SUPERANDO OS DESAFIOS

Quando um estudante entra na Universidade, inicialmente, vem a fase da satisfação, realização e felicidade. Entretanto, além desses sentimentos, observou-se que são geradas muitas expectativas quanto ao seu ingresso nesse meio.

Para a pessoa com deficiência a dificuldade em entrar na universidade vai além da aprovação e ingresso ao Ensino Superior. Com base nas memórias registradas, muitos chegam sem saber ao certo o que iria encontrar na UFPB, deparando-se muitas vezes com muitos desafios.

> *Antes de entrar na Universidade eu pensava que existia um grupo de pessoas surdas, aí eu achei que seria fácil, que eu teria uma comunicação, que eu conversaria em LIBRAS com as pessoas, mas aí quando eu entrei, eu vi que todo mundo era ouvinte, e eu: - "meu Deus do céu, eu "tô" perdida…! eu tô perdida aqui dentro, como é que vai ser?" "O que é que eu vim fazer aqui?". (**Hozana**)*

Entretanto, alguns por já conhecerem um pouco a realidade da acessibilidade na UFPB, já ingressam um pouco conscientes das possíveis dificuldades que irão enfrentar.

> *Eu já tinha ouvido falar através de relatos dos meus amigos de que a Universidade não era muito acessível, é tanto que a minha mãe ficou com mais receio por causa disso, por causa que não é muito acessível, por causa do tamanho também, e porque como eu já estava acostumado no IFPB, pelo fato de ser menor, mais familiar, assim, todo mundo me conhece. (**Paulo**)*
> *[...] por ser servidor já conhecia um pouco da realidade da UFPB, eu já sabia que há setores aqui que a acessibilidade é boa, em outras é ruim, nas ruas, por exemplo, nem sempre ela é boa. (**Rafael**)*

Através das narrativas percebeu-se que o simples fato de entrar, fisicamente na universidade, já se constitui uma dificuldade. As condições do passeio público, do entorno e dentro da própria universidade, dos acessos aos prédios, às salas de aula, a inexistência de piso tátil e rampas adequadas, já se tornam as primeiras barreiras.

As dificuldades de mobilidade, localização e de acessibilidade arquitetônica dentro da UFPB foram bem recorrentes nos discursos.

> *A primeira grande dificuldade que enfrentei foi a questão de estacionamento aqui, que, que era mais complicado do que é hoje. A rampa daqui não é muito boa assim, eu até que tenho alguma força nos braços, ainda consigo superar, mas, se não fosse isso. Agora nesse 10º período, eu tive que pedir para mudar uma sala, porque ia ser no primeiro andar e não tinha rampa lá [...](**Rafael**)*
> *Eu lembro que a minha primeira grande dificuldade aqui na UFPB foi a locomoção. A dificuldade de acesso era gritante, não por conta da sala, porque eu também tive sorte, na época do meu primeiro período ficou tudo numa sala. Mas nem sempre foi assim, nesse primeiro semestre eu dei muita sorte de ter ficado todas as disciplinas em uma mesma sala e tudo no CCHLA [Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes]. Eu sentia dificuldade de, por exemplo, se precisasse ir pro RU, eu dependia*

> *de alguém, eu não ia conseguir chegar lá sozinha, se eu precisasse ir na Reitoria, até a sala de aula. A universidade não é só sala de aula e até hoje o acesso ainda é muito complicado. (**Fabrícia**)*
> *A minha primeira grande dificuldade que eu lembro, é a questão da acessibilidade para ir pras salas, as salas são distantes. Eu peguei muito distante uma da outra, inclusive eu tenho aula até perto do HU [Hospital Universitário], no CCS. Essa foi a grande dificuldade assim, porque eu imaginava assim: - que podia ser em salas diferentes, mas tudo num bloco só. (**Kelly**)*
> *A minha primeira grande dificuldade aqui dentro foi a acessibilidade, a locomoção aqui dentro. Foi muito complicado na época, porque os direitos das pessoas com deficiência estão cada dia que passa sendo impedidos de uma certa maneira ou de outra. Imagina o que é um cego entrar em um ambiente em que ele nunca entrou na vida e não tem conhecimento daquilo com o que vai se deparar, de palmo em palmo, com uma moto transpassada em uma passarela, então ele fica totalmente impossibilitado de obter segurança naquele ambiente, achei complicado nesse sentido, foi a minha maior complicação. (**Robson**)*

A Lei 13.146/2015, bem como, a portaria 3.284/2003, como ainda discorrem sobre a promoção da acessibilidade arquitetônica no ambiente educacional às pessoas com deficiência. A portaria explana que,

> [...] considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, resolve [...] Art 2º A Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e
> Equipamentos Urbanos.
> § 1º Os requisitos de acessibilidade de que se trata no caput compreenderão no mínimo:
> I - com respeito a alunos portadores de deficiência física:
> a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
> b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
> c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
> d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
> e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
> f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas; (BRASIL, 2003).

A Lei 13.146/2015, também conhecido como "Estatuto da Pessoa com deficiência" determina que é dever do poder público,

> XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino; (BRASIL, 2015)

Logo, não é necessário muito esforço para perceber que esse direito não está sendo garantido de forma plena dentro do universo da UFPB. Entretanto, observou-se outras dificuldades sejam elas de comunicação, atitudinal, etc.

> *A minha primeira dificuldade foi o transporte por que lá no IF eu tinha um auxílio transporte e um auxílio alimentação. Po que como eu venho de carro, então, eles fomentavam meu transporte. A maior dificuldade pra mim, não é acessibilidade, e acaba sendo também! Mas pra mim não é o principal. Até por que acessibilidade vem da mentalidade do ser humano, então se o ser humano mudar, aí isso vai melhorar. (**Paulo**)*
> *A minha primeira grande dificuldade que me lembro, foi a comunicação, foi essa questão da comunicação mesmo, era muito difícil, existia essa barreira, as pessoas não se comunicavam comigo, era complicado! (**Hozana**)*

Existem dificuldades que permanecem e os alunos vivem com elas até hoje, que é o caso dos problemas de acessibilidade arquitetônica, que foi observado nas narrativas anteriores. Entretanto, vale salientar que outras dificuldades foram sanadas. O caso da aluna Hozana, que no início teve seu direito à comunicação um pouco negligenciado, uma vez que, é dever da instituição "propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa [...]" (BRASIL, 2003) e "III - prover as escolas com: [...] b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;" (BRASIL, 2005)

Entretanto, existem outros desafios que se apresentam no cotidiano dessas pessoas dentro da UFPB.

> *E tem a questão também de que os professores utilizam muitos slides, aí eles ficam dizendo: - "Tal... não sei que..., não sei que lá no quadro". Só que foge da memória dele que tem uma pessoa que precisa que ele descreva o que é que está ali, é basicamente isso. (**Kelly**)*
> *[...] tudo no dia a dia é um desafio. Não existe nada que não seja desafio. Se não for desafio, não seria nesse mundo. Então assim, o mais relevante pra mim, é o ser humano. Por que mesmo eu explicando as pessoas como é, elas pensam que isso é favorecimento, eu sempre sofri isso por toda minha vida acadêmica, não só na UFPB, mas em tudo o que eu passei. (**Paulo**)*
> *[...] outros desafios, eu particularmente tenho até hoje, porque a gente não tem acessibilidade tecnológica [...] então essa dificuldade aí sempre existiu e tenho quase*

> *certeza que sempre existirá, pelo menos até eu sair do curso porque não é do dia pra noite. (**Robson**)*

Observa-se a partir dessas narrativas, que os desafios mais recorrentes são com relação a acessibilidade atitudinal, ou seja, o comportamento das pessoas no dia a dia frente às necessidades de uma pessoa com deficiência e com relação ao acesso à informação, tanto as informações relacionadas aos serviços da UFPB, sobre os direitos de um aluno, como ainda de informações contidas no portal/sítio da universidade.

Sobre os desafios atitudinais percebe-se que muitos casos, aconteceram em sala de aula na experiência em sala de aula com o professor. Como podemos observar nas narrativas abaixo.

> *Com relação a professor, eu tive alguns probleminhas por conta de muito conteúdo da psicologia é antigo. Então, por exemplo, quando era algum tipo de documentário ou filme, eu já tive filme de ser legendado e eu ficar lá viajando. [...]Então, eu tive muita dificuldade por isso também, mas eu tive muito também por conta de professor que não estava nem aí mesmo. Professores que já tinham me dado aula em outra disciplina e em uma segunda disciplina, e mesmo assim não estava nem aí. (**Fabrícia**)*
>
> *[...] eu queria que os professores vissem, por exemplo, que tem uma aluna surda ali, que precisa, por exemplo: - "como é que eu posso facilitar a metodologia?" "a questão da prova." Não é facilitar a prova, não é isso. É o conteúdo, é questão da metodologia mesmo para adaptar pro surdo, porque é diferente a forma como o surdo aprende. Porque o ouvinte ele se desenvolve mais rápido, o surdo não. Então ele tem algumas barreiras que precisam ser revistas, essa questão de ser visual, de ser uma língua visual, a do surdo, então, precisa dessas adaptações. (**Hozana**)*
>
> *E tem a questão também de que os professores utilizam muitos slides, aí eles ficam dizendo: - "Tal... não sei que..., não sei que lá no quadro". Só que foge da memória dele que tem uma pessoa que precisa que ele descreva o que é que está ali, é basicamente isso. (**Kelly**)*

Observa-se que em sala de aula os desafios são com relação à metodologia de ensino adotada pelos professores, o que pode muitas vezes prejudicar a aprendizagem do aluno, devido à falta de acesso a esses conteúdos informacionais passados em sala de aula. Dessa forma, ferindo os direitos tanto de acesso à informação, como de um ensino de qualidade, como expressa a Lei 13.146/2015, em seu parágrafo único, onde "É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação." (BRASIL, 2015).

Entretanto, essa questão atitudinal, tem que partir de dentro pra fora, ou seja, da vontade e consciência de cada professor.

Outrossim, é dever do poder público e da própria instituição, promover as condições necessárias para que o aluno com deficiência tenha uma educação de qualidade, bem como para que o aluno possa viver de fato a inclusão nesse meio.

Como verifica-se através da Lei nº 13.146/2015:

> Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; (BRASIL, 2015).

Vale ressaltar que apesar de todas os desafios vivenciados no dia a dia, percebe-se que de alguma forma esses desafios estão sendo pouco a pouco superados, seja pela presença de recursos que a própria Universidade oferece, seja pelo esforço próprio ou até pela ajuda de outras pessoas. Sobre essa questão iremos tratar mais à frente no eixo "pontos para inclusão".

Como ainda, em outras narrativas, os sujeitos fazem questão de enfatizar que esses problemas atitudinais não ocorrem com todos os professores bem como demonstram em suas narrativas o bom relacionamento que tem com os colegas e os demais professores.

> *[...] meu relacionamento com meus professores na UFPB está tranquilo, faço parte do grupo de pesquisa G.E.C.I.M.P [Grupo de Estudo em informação, memória e patrimônio] são todos muito compreensivos, sempre perguntam se estão fazendo correto, qual é o jeito melhor, aí eu falo para eles não se preocuparem que eu vou falar se tiver alguma coisa diferente. E com os meus colegas tudo normal, me dou bem com todos, não tenho do que reclamar. Às vezes é que preciso explicar ao professor como tem que ser a prova, que apesar de eu escrever, normalmente tem que ser objetiva. (**Paulo**)*
> *Meu relacionamento com os professores e colegas de turma é tranquilo, há muito respeito na nossa relação. (**Rafael**)*
> *[...] eu venho tendo uma experiência melhor possível a cada dia que passa, a turma me aceita bastante, tenho afinidade tremenda com toda a turma, respeito todo mundo e todo mundo me respeita. Os professores são maravilhosos, atenciosos e fazem de tudo para me ajudar da melhor maneira possível. Buscam informação diante a minha pessoa, para saber como lidar com as situações, para que eu tenha um bom desempenho. (**Robson**)*
> *Fui muito bem recebida por muitos professores do meu primeiro período, que foi o mais complicado, porque imagina você no primeiro período [...] mas eu tive muita*

> *sorte de ter pego muitos professores que me ajudaram [...] muitos professores que me ajudaram muito, mas muitos que eu tive vontade de me levantar e sair da sala. Porque eu achava aquilo muito desrespeitoso, mas enfim, passei por eles, e não quero passar nunca mais por eles. (**Fabrícia**)*
> *[...] graças a Deus a gente tá se entendendo muito bem. Questão de material, ou se eu não conseguir fazer alguma coisa, o professor trabalha, através de outro método, para eu poder entender, está sendo uma experiência muito boa. (**Kelly**)*

A questão atitudinal é algo que tem que ser trabalhado assim como as metodologias de ensino adotadas por certos professores, entretanto não iremos entrar nesse mérito, uma vez que esse não é o objetivo central do trabalho.

Percebeu-se que a vivência e a experiência no processo de ensino público federal de um dos entrevistados o ajudou não apenas já chegar consciente de seus direitos mas também trazer a experiência da convivência com os professores e alunos num ambiente onde seria necessária uma postura diferenciada a fim de atender suas necessidades educacionais especiais. O ambiente era novo mas as dificuldades já eram conhecidas, já sabia quase que exatamente o que iria enfrentar no tocante aos desafios da acessibilidade.

Uma frase recorrente em todas as narrativas é que "é tudo novo, é tudo diferente, é muito difícil" ser um deficiente na universidade, mas as próprias histórias individuais mostram que não é impossível, mesmo que para alguns, não deficientes, possa parecer.

9.4 O ACESSO À INFORMAÇÃO NA UFPB

Foram extraídas as narrativas que relatam as experiências de busca, acesso e uso da informação dentro do âmbito da UFPB.

Como vimos o acesso à informação é um direito assegurado a todas pessoas pela Constituição Federal 1988, pela Lei nº 13.146/2015. Como ainda de suma importância para o desenvolvimento individual e acadêmico de cada aluno.

A partir das narrativas, constatou-se onde e como os alunos buscam e conseguem as informações que eles precisam para fazer um trabalho, pesquisa, etc. Notou-se uma grande recorrência ao uso da internet para buscar e acessar informações, como ainda que alguns professores já suprem essa questão da

informação enviando o conteúdo por e-mail, como podemos perceber a partir das narrativas a seguir.

> *Geralmente a gente tenta na internet por conta dessa facilidade de acesso [...] minha amiga, que é minha aluna apoiadora, ela tenta assim que a gente sai da sala, pesquisar na Internet, ela revira tudo pra ver se ela consegue achar na Internet para facilitar já a minha leitura. [...] quando um professor passa algum trabalho ou conteúdo, alguém me passa o material ou nós pesquisamos. (**Fabrícia**)*
> *Geralmente, eu busco informações ou faço pesquisa na maioria das vezes na internet mesmo, a internet oferece muita coisa boa pra gente [...] (**Robson**)*
> *Quando preciso, faço pesquisas utilizando o Google e quando o professor direciona um site específico, aí eu vou por ele. [...] os professores estão mandando tudo digitalizado pra o meu e-mail ou para o e-mail da turma, então fica melhor pra mim pois tenho facilidade para mexer no computador. E os colegas também me ajudam em relação a isso. (**Paulo**)*
> *Quando um professor passa algum trabalho ou pesquisa para fazer, ele já sabe que tem uma aluna surda, então ele passa, ele me ajuda, ele por exemplo: tem uma atividade mas não tem o livro, então, o professor procura na Internet, aí ele pede meu e-mail e manda pra mim, direto. Porque ele já sabe que é mais difícil para o aluno surdo o acesso à informação, então, aí ele já me ajuda, me dá esse apoio. (**Hozana**)*
> *Quando um professor passa um trabalho, uma pesquisa de um material, eu sempre busco outros meios, principalmente a internet. (**Rafael**)*
> *Quando um professor passa um trabalho ou conteúdo para pesquisar, geralmente, às vezes quando o professor manda para o e-mail, que não é acessível pra gente acessar no computador. A gente encaminha pro NEDESP, eles convertem para outro formato, aí tem como a gente ter essa possibilidade de ter acesso a esse material, tanto pelo computador como em Braile. (**Kelly**)*

A internet tem facilitado muito o acesso às informações, principalmente com a existência de padrões de *web acessível* como ainda do leque de tecnologias assistivas que auxiliam nesse acesso.

Entretanto, o papel da biblioteca Universitária é muito importante, o de disseminadora da informação e do conhecimento.

Dessa forma, fez-se necessário perguntar aos sujeitos, se eles utilizam ou já utilizaram os serviços informacionais das bibliotecas da UFPB com o objetivo de conseguir as informações técnico-científicas necessárias. E eles falaram o seguinte,

> *Utilizo a Biblioteca Central que fica próximo ao RU (Restaurante Universitário) por ela ser maior, acredito que tenho mais possibilidade de encontrar o conteúdo, pelo menos pra mim. Porém, raramente eu vou ao acervo, normalmente eu vou no computador, busco e meus acompanhantes vão pegar. (**Paulo**)*
> *Frequento a Biblioteca do CCJ [Centro de Ciências Jurídicas] e já fui algumas vezes na Biblioteca Central, mas foram poucas vezes. (**Rafael**)*
> *[...] eu vou ser bem sincera, a única vez que eu fui lá, foi no primeiro período, porque eram conteúdos voltados para a história, então tinha na biblioteca. Mas, a partir do*

> *momento que começou o segundo período, coisas mais específicas de cada teoria, aí a gente não ia porque dava viagem perdida, não tem. (**Fabrícia**)*
> ***[...]** quando é pra pesquisar fisicamente mesmo, busco na biblioteca setorial [CCJ] A Biblioteca Central eu só utilizo quando eu não consigo na setorial mesmo. (**Robson**)*
> *Eu utilizo a biblioteca para procurar o material, eu me antecipo procurando as coisas, por exemplo, eu colocar uma disciplina, sistemas da informação, então eu procuro primeiro a bibliografia, os livros. Pergunto ao professor na biblioteca quais são os livros que ele vai usar? aí o professor me manda por e-mail em PDF e aí já manda tudo pronto. Porque se eu for lá na biblioteca, como é que vai ser? Eu vou chamar quem? E ninguém lá sabe LIBRAS. **(Hozana)***

Observa-se que a maioria utiliza ou já utilizou os serviços das bibliotecas da UFPB, entretanto, percebeu-se um baixo nível de satisfação com os serviços por elas ofertados. Algumas queixas com relação ao acervo informacional e com relação a acessibilidade.

> *[...] a biblioteca não é atualizada minimamente. (**Fabrícia**)*
> *Quando vou à biblioteca que o livro está numa estante mais alta eu peço auxílio dos auxiliares ou do bibliotecário. Mas se eles tivessem algum auxílio onde eu pudesse pegar o livro sozinho eu acharia melhor, até porque é muito chato ficar fazendo barulho numa biblioteca, eu detesto, ficar chamando as pessoas. (**Rafael**)*
> *Quando vou lá na biblioteca eu mesma tenho que ir direto nas estantes buscar o livro por que sinto dificuldade de me comunicar, então, eu preciso ir procurando, lá na estante, e é complicado. (**Hozana**)*

Fato interessante de observar e comentar, é essa questão da comunicação do aluno surdo com os funcionários da biblioteca, visto que Pereira (2013) constatou que os bibliotecários e outros funcionários das bibliotecas, mesmo tendo feito uma capacitação em LIBRAS não se consideravam preparados para atender ao usuário com deficiência auditiva (PEREIRA, 2013). Percebe-se que em pleno ano 2016, após terem passado aproximadamente 03 anos, esse problema ainda continua.

Outra observação sob a qual nos debruçaremos, é a respeito da importância que o NEDESP tem no processo de acesso à informação, uma vez que o aluno com deficiência visual ou tem acesso às informações digitais ou impressas traduzidas para o braile, o papel do NEDESP nesse processo torna-se indispensável para que os alunos possam ter acesso às informações técnico-científicas. Através das narrativas, podemos observar essa importância:

> *A Biblioteca Central eu nunca utilizei o setor braile de lá, [...] muito por causa daqui do NEDESP, da facilidade do acesso mesmo. Porque até para a gente ir pra biblioteca central é uma dificuldade. (**Fabrícia**)*
> *[...]a transcrição, por exemplo, se precisar transcrever alguma coisa, aí que a gente traz para o NEDESP. Se não, se for seminário mesmo, é oral, é estudar, estudar, estudar e expor em sala de aula. Mas não utilizo o serviço de transcrição para braile da Biblioteca Central, só aqui no NEDESP mesmo. (**Robson**)*
> *Já ouvi falar no setor Braile da Biblioteca Central, mas ainda não sei onde é. Então, por enquanto, o único serviço que estou utilizando é o do NEDESP [...]. (**Kelly**)*

Com essas narrativas, evidencia-se ainda o não uso do setor braile da Biblioteca Central e um dos sujeitos explica que a não utilização deve-se à dificuldade do acesso até a biblioteca central.

Outro fator importante nesse processo de acesso à informação é a presença e auxílio do aluno apoiador. Como podemos verificar através desses relatos.

> *Quando não encontro, aí eu chamo o apoiador, porque o apoiador já sabe, já conhece onde estão os livros que eu quero. (**Hozana**)*
> *[...] aí o aluno apoiador tem esse objetivo também de facilitar o acesso do deficiente a esse conteúdo. Mas o aluno apoiador só faz essa busca se eu não conseguir. Daí o restante é conosco [...] (**Robson**)*

Verificou-se ainda se existe dificuldades em ter acesso à informação dentro da UFPB, bem como se já aconteceu de não conseguir um material importante e ainda o que a falta desse material acarretou a esses alunos.

> *Com relação ao acesso à informação, essa questão da leitura e tudo mais é um sofrimento geral, o povo de psicologia inteiro, é muito difícil de se conseguir acesso aos livros, se não for através de xerox, muita xerox ou então através de professor que já tem o livro escaneado, ou professor emprestar o livro para tirarmos xerox, porque se não for assim, não vai. [...] O que dificulta muito a minha vida, é que mesmo que eu queira tirar xerox do semestre inteiro, eu não vou ter aquilo na hora certa que o professor quer. Então eu tive que dizer: - Calma professor, paciência, eu não pude ler o seu. [...]Eu sempre era um pouquinho mais atrasada que os outros por causa dessa dificuldade, mas por outro lado essa questão da dificuldade de acesso era muito grande e ainda é acho que é pra todo mundo mesmo. (**Fabrícia**)*
> *[...] quando eu não consigo eu me sinto desesperado. E às vezes acontece. Aí tem que pedir ajuda aos colegas, ver quem conseguiu. (**Rafael**)*
> *Logo no início já aconteceu de eu não conseguir um material para estudar, o meu professor de metodologia ele passou um texto pra gente ler, só que ele [...] tirou uma foto do livro e mandou por e-mail, só que eu mandei pra cá [NEDESP] e eles falaram que como estava muito rabiscado não tinha como converter, por que quando fosse converter de todo jeito não ia dar para conseguir ler, aí ia ter que pegar o original [...]. Nisso prejudicou bastante assim, por uma parte por que todo mundo estava com o seu material, já sabiam o quê que o professor estava falando em sala de aula e eu praticamente estava viajando. E eu me senti meio perdida, na sala de aula, por que*

> *todo mundo já sabia o que o professor estava falando ali e eu praticamente voando. (**Kellly**)*
> *Já aconteceram várias vezes de eu não conseguir um determinado material a tempo para estudar para uma prova, o sentimento é horrível, você fazer algo no escuro mesmo, dá um tiro no escuro sem saber no que vai acertar. Você fazer uma prova sabendo que não teve condições de estudar nada por falta do acesso daquele conteúdo então torna muito difícil. (**Robson**)*
> *[...] dificuldade pro aluno surdo é maior. [...] Então sabe que precisa de um tempo maior para fazer um projeto, para procurar informações próprias da informática, então precisa de mais tempo, muitas vezes para estudar. Então tem professor que me ajuda muito. (**Hozana**)*

Em várias situações, observa-se que vários informaram o fato de já ter acontecido de não ter conseguido o material a tempo para estudar para uma avaliação, por exemplo, chegando a prejudicar à qualidade da aprendizagem de alguns e ainda prejudicar na própria avaliação.

Chama-se atenção no caso dos alunos com deficiência visual, quando muitos já foram prejudicados por falta de tempo para conversão do material necessário para estudo para o braile ou que pudesse converter o texto em áudio a tempo, muitos deles tendo que procurar outras formas de ter acesso ao material para que não se prejudicasse tanto. Precisando ficar à mercê do bom senso e da compreensão dos professores quanto à dificuldade desse acesso, principalmente por parte dessas pessoas.

Sobre o acesso à esse tipo de informação, a Lei nº13.146/2015 determina que:

> Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. (BRASIL, 2015, s.p.)

Entretanto, outras dificuldades com relação ao acesso à informação, indo para a questão do acesso à todo o tipo de informação, seja dos serviços, dos deveres, direitos desses alunos, como também da informação no site da UFPB também foram percebidos por meio das narrativas.

> *No começo eu tive muitos desafios, eu não sabia de nada ... eu não sabia nem que existia biblioteca, por exemplo. Eu não conhecia X, aí depois quando eu conheci ela, ela chamou uma pessoa para me mostrar tudo, toda a universidade, ela chamou alguém para me conhecer, até para eu saber meus direitos o que eu podia conseguir, mas não tinha nada de acessibilidade, por exemplo, intérprete, não tinha informações sobre coisas básicas assim, não tinha. (**Hozana**)*
> *[...] relação a outros desafios, o site da Universidade, eu particularmente não consigo mexer no site da Universidade, [...] é muito inacessível. (**Kelly**)*
> *[...] matrícula por exemplo, que é pelo SIGAA, não consigo fazer, é muito ruim a acessibilidade do site da UFPB [...]Para ter acesso ao site da biblioteca ou da UFPB sozinha, não consigo! não rola! Até já tentei. Não dá, é você tentar bater cabeça ali e se estressar, porque não dá. (**Fabrícia**)*

O acesso à informação sobre esses serviços, deveres e direitos do aluno, são de suma importância para que o estudante possa ter conhecimento sobre os seus direitos e poder cobrar das entidades competentes.

Sobre o acesso à informação, à luz da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990, p. 2), no artigo 5, item 14 a informação é assegurada a todo cidadão.

Sobre o direito de acesso à informação nos sites, a Lei 13.146/2015 fala que:

> Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. (BRASIL, 2015, s.p.)

Portanto, percebe-se mais um direito fundamental sendo negligenciado pela Universidade e é preciso rever essas condições e adotar medidas para tornar as informações mais acessíveis para que os alunos possam de forma autônoma acessar à essa informação, sem a necessidade de ajuda de outra pessoa, seguindo os princípios dos conceitos de acessibilidade e inclusão.

Verifica-se então que o acesso à informação ainda se dá de forma muito complicada na UFPB, sendo necessário ações que viabilizem de fato esse acesso pleno, preferencialmente de forma autônoma, pois nem sempre o estudante pode contar com o auxílio de alguém.

9.5 O PAPEL DA INFORMAÇÃO

Foram extraídas narrativas sobre o gosto pela leitura e facilidade para o acesso à informação durante sua trajetória de vida, bem como o papel que a informação desempenha na vida dessas pessoas.

Pinheiro (2013) considera que o acesso à leitura é um direito que está inserido no conjunto dos direitos assegurados pela Constituição Federal (1988), pois vê a leitura como um meio de apropriação da informação.

Primeiramente, sobre esse acesso, captamos nas narrativas como é o gosto e o relacionamento com a leitura desde a primeira idade.

> *Quando eu era pequeno, meus 9 ou 10 anos, mesmo sem saber ler muito, eu via muito jornal com meu avô, lia gibi, mesmo sem saber ler muito, mas eu lia. Então, minha mãe lia pra mim também, muito. [...] E eu gosto muito de ler, não tanto impresso, prefiro digital ou por vídeo, porque pra mim fica melhor, mas quando leio, além dos livros do curso, eu gosto de ler livros espíritas. (**Paulo**)*
> *[...] gosto de ler, além de livros da área do direito, eu gosto de ler revistas semanais, é, livros de não ficção, leio desde criança. (**Rafael**)*
> *[...] eu já gostei muito, na época do ensino médio, nossa! eu lia muito, muito mesmo. Não coisas da escola, coisa de fora mesmo, adorava livros e tudo. Hoje em dia eu, já não consigo mais, eu já leio tanto aqui pra psicologia que quando eu tenho tempo, a última coisa que eu quero fazer é ler. [...]Eu adorava ler quando criança, adolescente ... e eu agradeço muito à isso, por que sempre li muito em braille. Hoje, eu fico revoltada com os meninos que são deficientes visuais que estão no ensino médio, o povo só quer saber de computador. Eu falo a eles: - "Vocês vão ficar tudo burro na ortografia minha gente". (**Fabrícia**)*
> *Meu gosto pela leitura é razoável, mas quando leio, gosto mais de ler poesias, comédias românticas, esses tipos de livros, geralmente leio mais no notebook que em Braille. Eu já gostei de ler mais, esse desinteresse veio mais depois que eu perdi a visão, eu gostava muito de ler, mas depois que eu perdi a visão, sei lá, perdi tipo aquele interesse. (**Kelly**)*
> *Eu sempre gostei de ler, antes de perder a visão eu aprendi a ler, eu gostava de ler, forçando o restante de visão que eu tinha. Quando eu perdi a visão, eu sempre pedia para os colegas lerem para mim, eu sempre gostei de leitura, essas coisas assim [...] o braile passou a ser "entre aspas" uma segunda leitura na minha vida porque imagina só o que é você pegar uma apostila de 39 páginas e ao ser convertida em braile e se transformar em 174? Então imagina livros? Seriam um absurdo. Aí eu utilizo mesmo o computador. Leio muito, gosto de ler muito, escuto muito vídeo aula, gosto muito mesmo de estudar. (**Robson**)*
> *Eu gosto muito de ler, eu gosto de ler coisas sobre matemática álgebra, sobre a Índia, a história da Índia, também do Egito porque foi onde a matemática surgiu então é uma coisa que me emociona, eu gosto. Esse meu gosto pela leitura vem desde a infância, só que por exemplo, por eu ser surda, era tudo diferente pra mim. Eu lembro que eu procurava um livro mais fácil, que tivesse uma palavra mais fácil, o português mais acessível, mas aí quando eu pegava um livro era muito formal, o português era muito formal, a ficava difícil pra mim. (**Hozana**)*

Através dessas memórias, muitas delas demonstrando o gosto pela leitura desde criança, evidencia-se que o gosto pela leitura era algo muito prazeroso, mesmo com todas as limitações esforçavam-se para poder fazer essa leitura.

Percebe-se ainda que alguns perderam um pouco o gosto pela leitura, destaca-se o caso de Kelly que, em detrimento da perda da visão, perdeu um pouco de interesse pela leitura. E o caso de Fabrícia que pelo esgotamento de leitura devido à estrutura curricular de seu curso foi perdendo um pouco do prazer pela leitura já na vida acadêmica, pelo fato da enorme quantidade de leitura científica. Enquanto outros revelam que permanecem gostando muito de ler.

Todavia, muitos deles consideram que esse gosto e acesso à leitura foi muito importante para entrar na Universidade bem como para permanecer nela. Podemos visualizar isso, mais uma vez recorrendo-se a leitura das narrativas abaixo:

> *[...] Então é por isso que um pouco da capacidade que eu tenho hoje, apesar deu não ler muito hoje, é muito pelo fato de eu ter tido isso na infância. [...] Eu considero que o acesso à leitura, o acesso à informação, é um fator importante que me ajudou a entrar na Universidade e para eu concluir também. (**Paulo**)*
> *[...] eu acho que a leitura foi muito importante, tanto para eu entrar na Universidade como para me manter nela. [...]foi muito importante, pra eu conseguir chegar aqui, pra eu conseguir ter um bom desempenho tanto nas questões acadêmicas mesmo, na questão da escrita. Eu percebo que tem algumas pessoas aqui que não foram alfabetizadas em braile, mas que foram alfabetizadas tarde, não tiveram muito acesso à leitura em braile e eles sentem bastante dificuldade, quando vão fazer as correções aqui no NEDESP a gente vê que a questão da ortografia pesa muito pra quem não conseguiu ter esse acesso. (**Fabrícia**)*
> *Eu acho esse acesso à leitura, à informação bastante importante, você querendo ou não, você vai precisar bastante da leitura, tanto que a leitura envolve também escrita. Você lendo bastante, vai aprender a escrever bem, melhorar a questão da ortografia, essas coisas. Então eu acredito que foi importante esse acesso à leitura, esse acesso à informação para estar aqui na Universidade hoje e também que a informação me auxiliará para eu concluir meu curso. (**Kelly**)*
> *O acesso à leitura, esse acesso à informação que eu tive durante toda a minha vida, facilitou a minha entrada na Universidade e também a quase conclusão dele. Facilitou principalmente a minha força de vontade, através da leitura ela faz para quem gosta, ela faz com que você viaje no mundo, na situação da realidade, porque a leitura ela mostra a situação real [...] (**Robson**)*
> *Esse meu gosto pela leitura me impulsionou muito para chegar até aqui, entrar na Universidade e estar cursando. Porque quando você lê, facilita muito a sua vida, porque você aprende contextos. A leitura já tem aquela informação, já traz informações principais para sua vida, porque através dessas informações, você consegue evoluir, você consegue se desenvolver. Então se você não tem acesso à informação, se você não tem leitura… No início não tinha informação [...] depois que eu soube dos meus direitos... Porque antes eu ficava parada parecia que nada acontecia, nada era resolvido, porque eu não tinha por exemplo, eu não conseguia expressar a minha angústia, então eu ficava muito parada [...]agora que eu estou*

> *sabendo os meus direitos, agora eu luto e também porque antes eu não era política agora sou, agora sou política. (**Hozana**)*

Em tese de doutorado, Pinheiro (2013) trabalha em como a leitura é vista e qual o papel da leitura na vida de crianças em situação de risco. Mesmo os sujeitos sendo outros, utilizamos o pressuposto da Organização Mundial da Saúde citado por Pinheiro (2013, p. 62) que diz que a leitura "compreendida como forma de apropriação de informação pode ampliar o conhecimento e melhorar a qualidade de vida, visto que a informação adequada auxilia na solução dos problemas que emergem no cotidiano [...]."

Logo, percebe-se que a informação desempenhou papel muito importante durante toda a trajetória acadêmica desses estudantes, não apenas no âmbito da Universidade, mas desde a sua formação básica no ensino fundamental e médio. Consideramos que o papel que a informação desempenha de facilitador para que o aluno tenha entrado na Universidade bem como permanecer para futura conclusão.

Com um papel ainda de transformador, possibilita a essas pessoas em situação muitas vezes de marginalização, de lutarem por seus direitos e conseguirem uma condição de vida melhor.

Corroborando com o nosso entendimento, Pinheiro (2013, p. 163) já havia ressaltado que "a transformação humana a partir da leitura é crença que a muitos parece fundada em constatações concretas."

A informação vem desempenhando papéis fundamentais na vida dessas pessoas, possibilitando que eles possam ter acesso à seus direitos e possam exigir frente às entidades competentes o exercício efetivo desses direitos de cidadão, auxiliando por em prática o processo de inclusão na sociedade em que vive. É nítido, inclusive a partir das narrativas, que o sujeito que tem acesso à informação ele se torna um sujeito mais crítico e exigente quanto à efetivação de seus direitos.

9.6 'PONTOS' PARA INCLUSÃO

A partir das narrativas foi possível, extrair positivos e negativos no processo de Inclusão desses estudantes na UFPB, relatos que contam histórias de como são

assistidos pela UFPB e o quanto esse auxílio é importante para que ele possa permanecer na Universidade.

Sobre os auxílios que são oferecidos a esses estudantes, observou-se os seguintes: aluno apoiador, setor Braille do NEDESP, setor braille da Biblioteca Central e outros recursos, conforme podemos perceber a partir das narrativas.

> *Através do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, eu consegui uma cadeira de rodas motorizada, um computador, 02 alunos apoiadores que me auxiliam nas atividades acadêmicas e tem meu cuidador que é apenas para as minhas necessidades extra curriculares, esse cuidador veio comigo do IFPB para UFPB para ficar mais fácil de me adaptar. (**Paulo**)*
> *Logo que eu entrei na UFPB, não existia aluno apoiador, nem o Comitê existia, mas quando passou a existir, a professora, que é a responsável pelo comitê, a professora Andreza, antes mesmo de começar esse aluno apoiador, ela veio aqui no NEDESP, tentou reunir todo mundo e pegou o e-mail de todo mundo para avisar que estaria sendo lançado o edital de seleção, e para a gente procurar em sala de aula uma pessoa. Enfim, ela fez todo um trabalho inicial antes mesmo de começar a valer essa política do aluno apoiador. Então, eu consegui um aluno apoiador a partir do segundo período e isso melhorou muito. (**Fabrícia**)*
> *Os serviços, os setores que eu conheço que dão apoio ao aluno com deficiência, são o Comitê de Inclusão e acessibilidade, sei que eu tenho direito a um aluno apoiador. Tem o NEDESP [Núcleo de Educação Especial] que dá todo o auxílio com a questão de material, acho que é basicamente isso, que eu conheço aqui. Já ouvi falar no setor Braile da Biblioteca Central, mas ainda não sei onde é. (**Kelly**)*
> *Faço uso de todos os auxílios possíveis que são oferecidos pela UFPB ao aluno com deficiência. Abrangendo a utilização do Braile que isso já é inerente nas nossas vidas. Mas temos o setor que é responsável pelo Braile o NEDES que é o Núcleo de Educação especial, o Comitê de Educação Especial que disponibiliza materiais assistivos como notebooks, gravadores digitais, o auxílio também do projeto chamado aluno apoiador que nos dar um suporte pedagógico e locomotivo pelo campus universitário por causa da dificuldade da acessibilidade arquitetônica. (**Robson**)*
> *As redes de apoio que auxiliam o aluno com deficiência, no caso tem o CIA, o comitê de inclusão e acessibilidade, a responsável é professora Andreza Polia, ela ajuda, ela facilita tudo dentro da universidade para o aluno com deficiência Mas é como eu falei, a acessibilidade ainda está em processo, não é algo acabado, tudo é muito novo ainda, tudo está acontecendo, tudo é muito novo. Então o Comitê de inclusão e acessibilidade eles resolvem alguns problemas que acontecem com o aluno deficiente, alguma coisa que o aluno precisa, por exemplo: o aluno ele precisa de aluno apoiador, precisa de intérprete, precisa de guia se for cego, então o comitê de inclusão de acessibilidade, ele dá esse apoio que o aluno precisa. [...]No meu caso, a Universidade me dá duas coisas, que é o intérprete e o aluno apoiador, aos outros alunos com outras necessidades, eu já não sei direito. (**Hozana**)*
> *Sei da existência de serviços, setores que oferecem auxílio aos estudantes com deficiência, como por exemplo, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, eu sei que há atendimento à pessoas com deficiência visual na Biblioteca central, conheço o NEDESP. E apesar de já terem me oferecido auxílio, por escolha própria nunca utilizei. Eu fiquei sabendo de divulgação de editais, mas não procurei me inscrever não. (**Rafael**)*

Observa-se que todos conhecem os setores, serviços e os recursos que são oferecidos, onde a maioria faz uso de vários desses, como por exemplo, o aluno

apoiador, o NEDESP etc. E até mesmo quem não utiliza os serviços tem conhecimento deles, no caso do aluno Rafael, por escolha própria não faz uso de nenhum. E a aluna Kelly informou que só estava aguardando o resultado da seleção de aluno apoiador 2015.2.

Logo percebe-se que a UFPB, através do Comitê, tem se preocupado com as necessidades desses alunos, procurando investir mesmo em recursos que facilitem a permanência destes na Universidade. Ao compararmos com os resultados da pesquisa de Silva (2012), observa-se que já houve uma mudança dessa situação, que nesses últimos 4 anos a UFPB não tem ficado parada.

É mister ressaltar ainda, o papel que o Comitê de Inclusão e Acessibilidade na vida acadêmica desses alunos na UFPB, como ainda do NEDESP e do aluno apoiador, que são citados pelos alunos como de suma importância para permanecer e concluir seu curso.

> *Então, até agora a UFPB tem me oferecido condições para que eu possa cursar meu curso, não sei mais futuramente. Pelo que o povo falava, eu achava que seria pior, mas não. Está até acima das minhas expectativas. (**Paulo**)*
> *Para mim, é razoável esses recursos oferecidos pela UFPB. Se a gente for comparar com o restante da cidade, é bem razoável, mas tem algumas coisas simples que atrapalham. Uma rampa em que o asfalto atrapalha a passagem, coisas assim. Rampas que são mais íngremes do que deveriam. (**Rafael**)*
> *Eu tive sorte, graças a Deus, de ter o comitê [Comitê de Inclusão e Acessibilidade] na minha vida para dar suporte na minha carreira acadêmica. [...] A minha avaliação que eu tenho referente a esses recursos, a esses serviços oferecidos aqui pelos órgãos, pela instituição, é que para nós, para mim, pessoalmente falando, é que são recursos maravilhosos e de suma importância e espero que não acabe nunca porque é um meio caminho andado para o deficiente visual dar seguimento em qualquer que seja o curso que ele faça aqui dentro. Está correspondendo as minhas expectativas plenamente, devido a oferta desses recursos dos quais faço uso, considero que a UFPB está me oferecendo os meios para concluir meu curso. (**Robson**)*
> *Olha, o NEDESP ele é de grande utilidade pra gente, quem não tem contato nenhum com o computador, tem essa vantagem de ter aqui o NEDESP, para passar para o Braile, e você ter acesso ao seu material, o Núcleo é de grande utilidade aqui na Universidade. [...]graças a Deus, a Universidade, hoje, pro deficiente já deu um grande passo tendo esse aluno apoiador, tendo o auxílio do NEDESP. (**Kelly**)*
> *[...] a Universidade, ela está começando a melhorar, em partes. Tem intérprete, tem aluno apoiador... mas tem outras coisas [...] então precisa ser alguém que tenha muita influência, que tenha muito poder. Mas em parte, está se desenvolvendo, está melhorando. Eu considero que a UFPB está me oferecendo acessibilidade para concluir meu curso, recursos materiais não. (**Hozana**)*
> *Avaliando alguns recursos da Universidade, primeiramente, eu acho que tudo é muito demorado, você precisa muito se adequar à Universidade. [...] aluno apoiador, então facilitou tudo, o acesso à tudo mesmo, matrícula por exemplo, que é pelo SIGAA, não consigo fazer, é muito ruim a acessibilidade do site da UFPB, é muito complicada então, é ela que faz minha matrícula e quando precisa correr atrás de*

> *alguma coisa na coordenação ou alguma coisa na reitoria, então sempre eu vou com ela, então facilitou muito. Mas aí a gente sempre fica à mercê das coisas da Universidade né, das demoras e das esperas. (**Fabrícia**)*

Percebendo-se ainda que mesmo com todas as dificuldades a UFPB tem oferecido condições dele concluir o curso, destacando ainda que o CIA tem cumprido parcialmente o seu papel, pois está promovendo a acessibilidade mesmo que sendo de forma assistida, como no caso do aluno apoiador.

> Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se: I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2004, s.p.)

Sobre a inclusão, é importante destacar, que os alunos apesar de estarem tendo condições de concluir o seu curso, não consideram a UFPB inclusiva e relatam algumas situações, como segue nas narrativas abaixo.

> *Apesar de não estar tendo muitas dificuldades, não posso dizer que o Centro onde estudo é inclusivo, nem a UFPB. Ao meu ver, ainda não, mas está caminhando para ser [...] Mas a UFPB está num bom caminho, mas vai ser um pouco lento, porque a Universidade é muito grande, são muitos cursos, muitas realidades diferentes, e só um setor para dar conta dessa universidade desse tamanho. E mesmo com toda vontade do mundo, não dá se não tiver uma cooperação como capacitação, mas capacitação de verdade, não só no papel pra dizer que é capacidade. (**Paulo**)*
> *Talvez para um deficiente auditivo, um deficiente visual, a Universidade não seja inclusiva, mas para um cadeirante é tranquilo. Mas, se for levar em conta tudo isso, não dá para dizer que é completamente inclusiva [...]. (**Rafael**)*
> *A questão da inclusão... eu considero meu Centro inclusivo [...] Era mais da minha coordenação e do meu departamento, e eles sempre conseguiram resolver com eficiência, graças a Deus. Nunca tive problema com eles. Na universidade como um todo, já que eu não posso fugir ao meu discurso, eu falei tanto que não me sentia muito acolhida, então... não acho a universidade no todo inclusiva não. (**Fabrícia**)*
> *Eu não considero o Centro onde estudo inclusivo, as vias não são sinalizadas, as salas, nem o tratamento das pessoas, não é nada acessível aqui a Universidade em si. Acho que depende muito das pessoas, tem muita gente que inclui você, não trata você com indiferença, mas tem outras que também ignoram. (**Kelly**)*
> *[...] partindo para a questão da inclusão, na realidade Centro nenhum inclui aluno nenhum aqui, porque na realidade, a adaptação que existe aqui dentro é do aluno com deficiência para a pessoa que dita, que não tem deficiência, ou seja, ninguém está preparado para receber pessoas com deficiência. Então inclusão aqui, seja onde for, é plena nomenclatura, a gente luta por ela, luta para incluir- se, não para ser incluído, porque eu tenho certeza absoluta que ninguém está preparado para, para lidar com inclusão, para pessoa com deficiência não tem inclusão. Eles aceitam! (**Robson**)*
> *A Universidade Inclusiva? Se eu me sinto incluída? - Não. Não, só tenho acessibilidade, mas inclusiva, não.*

> *Incluída, não. Falta acessibilidade arquitetônica na UFPB, as pessoas que tem deficiência que sentem essa dificuldade arquitetônica, por exemplo, se um aluno é deficiente, um cadeirante, como é que ele vai estudar aqui? Se fosse aqui nesse campus, como é que ele ia subir essas escadas? Cadê acessibilidade pra ele? Você acha que uma pessoa com deficiência vai se sentir incluída aqui? Nunca! Vai se sentir não! [...]questão tecnológica, a tecnológica tem acessibilidade em parte, em parte. E a atitudinal... atitudinal não [...] por exemplo, se eu for numa biblioteca, aí a pessoa que trabalha dentro da Universidade, eu acredito que deveria saber LIBRAS, ao meu ver seria obrigatório saber língua de sinais, porque aí teria essa acessibilidade, porque imagine, o aluno ficar chamando o aluno apoiador todo dia, todo dia, todo dia. Vou na coordenação, não tem acessibilidade, não tem Libras, como é isso? Vou estar chamando o aluno apoiador direto? Tudo o que eu for fazer, vou precisar de um aluno apoiador do meu lado? Então, se tem a lei, precisa, é interessante que as pessoas saibam a língua de sinais por todos os locais, tem que ter, é obrigatório ter essa acessibilidade em todos os locais. (**Hozana**)*

Observa-se que ainda existem muitos problemas para serem solucionados, para que a UFPB se torne uma Universidade Inclusiva, contudo, percebe-se que muitos acreditam que a Instituição está trilhando esse caminho, que pode demorar um pouco, mas eles acreditam que a UFPB pode se tornar inclusiva um dia.

Os estudantes a partir de suas narrativas apontaram alguns problemas mais latentes nesse processo de acessibilidade e inclusão na UFPB e pensando em melhorar suas condições de permanência na Universidade, apontaram algumas sugestões.

> *Para melhorar as condições de inclusão na UFPB, a sugestão é que continue o que está acontecendo mesmo, as ações do Comitê quer seja disponibilizando ou quer seja lutando para disponibilização desses materiais assistivos, do acesso à informação, continue a ter esse suporte do aluno apoiador e apenas. (**Robson**)*
> *E para melhorar mais, ao meu ver, precisava de um apoio de transporte, está certo que o comitê tá tentando conseguir isso, mas sei que não é muito fácil, porque pensam que a Federal tem recursos, mas não é bem desse jeito.*
> *Que consertem as vias, os acessos da Universidade. Porque mesmo com a cadeira motorizada, é difícil ir para alguns lugares, porque tem buracos e força a cadeira, danifica o patrimônio que é da Universidade.*
> *Mais salas acessíveis, por que não tem salas acessíveis. Assim, 90% das salas, são com batentes e são estreitas, não dá para passar uma cadeira ali, e mais cuidado com os banheiros, porque uma pessoa com deficiência, precisa de muito asseio, principalmente que não é o meu caso, mas tem pessoas que fazem cateterismo, que precisam de uma assepsia 100%, senão, eles se contaminam e vão ficar doente e não vai poder cursar e vai ser obrigado a sair do curso.*
> *Eu recomendo que as portas sejam mais largas e sem batente, pelo amor de Deus. E que coloquem elevadores ou rampas, mas rampas decentes, não uma ladeira, que a pessoa nem consegue subir, só com uma motorizada e muito mal. E quando for fazer rampa, coloque corrimão, porque tem pessoas cegas que usam a rampa para subir, porque não conseguem subir a escada, porque o degrau é muito alto. Fazer uma revisão na plataforma da Biblioteca Central que está precisando. E que melhore o projeto mesmo, coloquem piso tátil pela Universidade. Porque prejudica muito a cadeira. (**Paulo**)*

*Eu acho que tem que ter uma preocupação maior com acessibilidade, assim, tanto arquitetônica: com rampas, elevadores, porque tem blocos novos que não tem acessibilidade, não tem elevador, não tem rampa, blocos novos. E também recursos assim para as pessoas que tenham dificuldade, que tenham deficiência na comunicação, na audição, pessoas com deficiência auditiva, visual, tem que ter interpretes de LIBRAS [...] que a gente sabe que é uma dificuldade, braile também, que eu sei de relatos de alguns colegas, que não é tão simples assim aqui na universidade. (**Rafael**)*

*Pra melhorar essa questão da inclusão, o primeiro ponto de tudo, seria formalizar o Comitê de inclusão, como um setor da Universidade. Como uma Pró-Reitoria, como uma PRAPE, PRG, enfim, esse milhões de siglas que tem aí. [...]primeiramente de tudo, seria formalizar mesmo essa questão do comitê, e, isso seria muito fácil pra Universidade gente, "toma que o filho é teu, te vira aí e faz alguma coisa.", seria muito mais fácil pra todo mundo se eles fizessem isso, eu acho que o primeiro ponto, seria esse mesmo. Já que é uma política que é voltada pra gente, não só para o deficiente visual, mas pra qualquer deficiência, então, uma política voltada pra toda tipo de deficiência, então seria o ideal que tudo que fosse com relação a pessoa com deficiência, tanto a informação, quanto acessibilidade e tudo, fosse voltado pra eles, mas, acho que vai demorar muito tempo para isso acontecer um dia. [...]aumentar o número de funcionários no NEDESP, pois é muito pouco o número de funcionários para dar conta da demanda. A demanda de pessoas com deficiência é muito grande e de cursos de diferentes áreas, então é muito complicado. São vários cursos: psicologia, direito, letras, hotelaria, fisioterapia, educação física, então acho que aumentar o número de funcionários. Para a longo prazo, aí meu Deus do céu, seria tanta coisa, seria a melhoria mesmo estruturalmente, com relação a acessibilidade, como já foi discutido isso em muitas outras pesquisas, questão de piso tátil, por exemplo, se bem que essa questão do apoiador já melhorou muito, mas essa prova do aluno apoiador, até o apoiador assumir, exige um tempo, então, às vezes pode demorar um mês, um mês e um pouquinho pra pessoa assumir. Então, até esse tempo a pessoa passa dificuldade [...]Acho que a partir do momento que começa o semestre já era para ter o aluno apoiador. Que fosse feito essa prova anteriormente [...]E para ter acesso a biblioteca, talvez se mudasse a localização, eu acho que facilitaria. Eu sei que é um setor que é da biblioteca e que precisa estar na biblioteca. Mas, a questão é que se eu estudo aqui no CCHLA e eu tenho aqui o NEDESP para fazer minhas coisas, eu não vou lá pra biblioteca. (**Fabrícia**)*

*[...] aumentar a quantidade de vagas para deficientes no SISU [Sistema de Seleção Unificada], eu vejo pelas cotas do SISU só pode entrar praticamente um ou dois deficientes, eu acho que já devia começar por aí, porque assim, se tem alunos com deficiência que são capazes de entrar na Universidade, de tirar nota boa, então não devia só ter esse tanto de vaga para deficiente. Porque assim já começa a inclusão [...]. E tem a questão também dos professores, como aconteceu comigo, eu disse a professora que eu era deficiente visual, se ela me permitia gravar as aulas, a questão de prova. Aí ela já disse: - "Mas eu não sei o Braile", ela já disse assim. Aí eu expliquei a ela a situação, como era que se procedia, aí ela: - "Tá certo! daqui pra lá a gente vai conversando". E com relação aos serviços de informação e comunicação da UFPB tem que melhorar, o site ser mais acessível, pois inclusive até o pessoal que trabalha aqui dentro da Universidade, tem dificuldade de mexer no site, isso aconteceu quando a gente foi fazer a matrícula da gente, que eles não estavam conseguindo fazer, que tinham mudando o sistema. (**Kelly**)*

*Eu fico pensando: "como fazer para melhorar essa situação da inclusão?" Porque parece que tudo é barreira, porque tem pessoas que elas desprezam, tem as que não querem amizade, tem pessoas que não querem realmente incluir. E como seria realmente essa inclusão? Eu acho que não existe resposta "pra" essa pergunta, porque o mundo inteiro ele pensa que é difícil lidar com a diferença. Se todas as pessoas fossem amigas e elas se comunicassem de uma forma que eu me sentisse realmente acolhida, eu me sentiria incluída, mas não acontece isso. (**Hozana**)*

Apesar de citarem vários problemas na UFPB, percebe-se pelas narrativas dos alunos, que o descontentamento maior é com relação à acessibilidade arquitetônica, logo, faz-se necessário que seja feito e colocado em prática um projeto de acessibilidade arquitetônica e urbanística dentro da UFPB, para que através da promoção dessa acessibilidade eles possam ter autonomia para frequentar e utilizar qualquer setor da universidade.

Outra questão que foi evidenciada é a questão da acessibilidade atitudinal, já que muitos acreditam que ao melhorar essa questão, outros fatores podem melhorar. Um fato que chamou atenção e que nos faz refletir é que para que haja inclusão, é necessário mais do que a oferta de serviços, produtos, é essencial um comportamento mais acolhedor e consciente das pessoas. Como ainda que, a questão da inclusão, do sentir-se incluído é uma questão muito particular de cada indivíduo que parte de dentro pra fora.

Percebeu-se uma nítida disparidade no tocante aos direitos que são garantidos e os direitos que ainda precisam ser efetivados.

9.7 LEMBRANÇAS QUE DEIXARAM MARCAS

Foram extraídas algumas lembranças que marcaram a vida dessas pessoas no decorrer de sua trajetória de vida, muitas de lutas, de ignorância, de momentos difíceis.

Essas lembranças podem ser recorridas a partir das memórias abaixo.

> *Eu fui ao médico para mais exames, pra cadeira de rodas, aí ele precisava de vários exames, tal. E tipo, toda vez que os médicos mencionavam paralisia cerebral, eu ficava doido, eu só fiquei calado por causa da minha mãe e por causa da gentileza das pessoas, porque senão... O certo não é paralisia cerebral, o certo é D.M.O.C [Doença Motora de Origem Cerebral] tem que quebrar esse paradigma social que se enraizou e não quer sair mais, espero que um dia saia.*
> *Tem certas coisas como essa que eu comentei do médico que nunca se atualizava, que é a mesma coisa da humanidade com os deficientes, com os bibliotecários... É tudo questão de se atualizarem, é questão de compartilhar o novo conhecimento que está aí para ser aprendido, só que a humanidade se acomodou. (**Paulo**)*
> *Foram épocas muito difíceis, eu tive que amadurecer muito rápido e muito na marra, eu era muito mimadinha, eu era filha única de quatro homens, eram eles quatro e eu a mais nova, então eu era muito mimadinha. E cheguei com seis, sete anos e tive que me adequar a realidade na marra, no choro, na briga, mas tive que amadurecer muito rapidamente, por isso que hoje em dia, eu sou muito vista como uma pessoa que se vira sozinha. (**Fabrícia**)*

Podemos perceber através da lembrança de um dos entrevistados a indignação pela ignorância alheia, de como as pessoas tratam a condição dele de forma discriminatória, como ainda a profissão que ele escolheu.

Na outra lembrança, podemos perceber o quanto e como a decisão de deixar a casa dos pais muito nova para ir para a capital estudar foi difícil e isso a deixou marcada até hoje.

Outras lembranças rememoram e nos levam a determinados momentos que foram vivenciados na UFPB, sendo configurado como um lugar de onde se tem lembranças boas, mas também lembranças ruins.

> *A cumplicidade que eu tinha com as minhas amigas, até por causa dessa convivência e que eu senti muita falta quando eu entrei pra Universidade no primeiro semestre, no primeiro dia o que me marcou muito, eu sempre relato isso para as minhas amigas, é que, eu entrei na sala e tinha cinquenta alunos, minha turma era muito grande quando começou, e tinha cinquenta alunos e eu entrava na sala, a sensação que eu tinha era que ninguém respirava, sabe aquela sensação: "Meu Deus, o quê que eu estou fazendo aqui? Eu não conheço ninguém, eu tô num lugar que quando eu sair daqui eu não sei pra onde eu vou..." E você tem a mesma sensação de que*

> *todo mundo estava pensando isso naquela hora. [...]Meu irmão me deixou na porta da sala de aula e foi embora pro trabalho dele e eu fiquei aqui o dia inteiro tendo que me virar. Mas, aí no primeiro dia eu já conheci um amigo meu, que é meu amigo até hoje, ele já foi um máximo, foi ele que me ajudou em tudo, eu já fui pro RU com ele, sei nem como, são essas coisas que me marcam. (**Fabrícia**)*
> *Aí quando eu cheguei aqui na UFPB, eu tinha muito medo de chegar aqui na Universidade, eu tinha muito medo de chegar, ninguém chegar para ajudar, eu tinha muito esse receio assim de ficar aqui sozinha, perdida. Mas depois eu fui descobrindo a minha sala, os meus colegas de sala são excelentes, a gente anda sempre em grupo e quando não vem um, é outro ajudando. (**kelly**)*
> *[...] também a umas coisas negativas que sempre ficam na lembrança da gente, eu lembro que por causa dessa dificuldade na acessibilidade arquitetônica, na realidade atitudinal, acessibilidade no sentido de atitude mesmo, ia passando e bati numa moto que estava em cima da calçada, aí reclamei e fui chamado de folgado pelo dono da moto, mas são essas coisas que me fazem erguer a cabeça e seguir em frente [...]. (**Robson**)*
> *Primeiro, no início da aula, o professor falou: - "você é surda?" aí eu: - "sim". -"Por que eu falo, falo, falo e você não me responde nada, você não interage!". Eu: - "desculpa, eu sou surda.". Ele perguntou: -"e o que é que você 'tá' fazendo aqui?" – "Uau, me surpreendi." Eu senti na hora quando ele falou isso. Eu fiquei um pouco depressiva. Eu fui para minha casa, fiquei 3 semanas em casa, não queria mais voltar para a universidade não. [...]Eu tranco curso?", aí minha mãe: - "não, não. Vá, vá!". Eu disse a ela: -"Mas eu estou sendo reprovada em todas as disciplinas"[...] aí minha mãe disse: - "tente de novo e de novo até você conseguir, até você passar." (**Hozana**)*

Refletindo sobre essas lembranças, percebe-se que a maioria delas, tanto as boas quanto as ruins, envolve os aspectos atitudinais das pessoas que eles foram encontrando ao longo do seu caminho na Universidade.

Revelou-se ainda os sentimentos de medo, receio em algumas lembranças, entretanto, o que nos chama mais atenção ainda, é o fato de que eles guardaram esses momentos, como momentos também de superação.

10

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.” (Mahatma Gandhi)

10 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Chegamos ao final deste trabalho com o sentimento de missão cumprida, não apenas por acreditar ter alcançado todos os objetivos propostos ou por ter respondido às questões problema desta pesquisa. Mas por acreditar que essa pesquisa pode servir como fonte de pesquisa para melhorar as condições de permanência dos alunos com deficiência na UFPB.

Contudo, não podemos deixar de fazer as últimas considerações a respeito de tudo o que fora percebido, observado e evidenciado ao longo de todo o percurso da pesquisa.

Inicialmente, acerca da metodologia escolhida, notoriamente fora a mais apropriada e de suma importância para conseguir atender os objetivos propostos. Percebeu-se que a pesquisa qualitativa demonstra sua relevância para ciência que ainda é feita de forma muito quantitativa, em especial, em investigações que envolvam avaliações ou observações sobre o serviço público, sem levar em consideração os aspectos qualitativos.

Sobre a utilização das técnicas escolhidas para a coleta de dados, consideramos que o método de história oral teve uma rica contribuição para o alcance dos objetivos, pois através desse método pôde-se capturar os pequenos detalhes que somente a experiência vivida pode revelar. Dessa forma, além do objetivo proposto, as narrativas também nos fez lançar o olhar para outros aspectos, como por exemplo, as memórias de experiência em sala de aula, suas lembranças, etc.

A técnica de *shadowing* (acompanhamento) também foi de extrema relevância nesse processo, pois nos permitiu entender melhor as dificuldades, desafios que se colocam a frente dos alunos com deficiência no seu dia a dia. Percebemos ainda, que as pessoas cujoo acompanhamento se deu por um maior espaço de tempo, sentiu-se que o entrevistado ficou mais à vontade frente a entrevista, criando inclusive um clima mais cordial e amigável entre entrevistadora e entrevistado, configurando-se o processo de entrevista, por vezes, com ares de bate-papo.

Percebeu-se ainda que a técnica de *shadowing* permitiu criar novas perguntas, de forma personalizada para cada entrevistado, baseando-se na observação feita.

Constatou-se que a presença de pessoas com deficiência no âmbito da UFPB já se constitui uma demanda significativa que precisa ter seus anseios atendidos pela Instituição. Essa presença pode ser observada em quase todos os cursos da UFPB, Campus I em João Pessoa, contudo, acredita-se que pela atual demanda, a presença de PcD seja real em todos os campus.

A partir da exploração e do aprofundamento teórico, foi possível observar que as pessoas com deficiência foram, historicamente, tratadas de uma forma marginalizada e, por muitas vezes, suprimida do convívio social, quando em alguns momentos foram tidas como alienados, retardados, deixando evidente uma total exclusão e negação de direitos elementares para um ser humano. Foram tempos de extremo preconceito e discriminação.

Mas, será que esse preconceito ou essa discriminação teve fim? Arrisco a dizer que não, mas que em muitos aspectos tem melhorado, sendo ainda possível observar e se encontrar situações onde a PcD é discriminada. Na verdade, a sociedade na qual vivemos, é caracterizada por ser cheia de estereótipos de pessoas e vidas perfeitas.

Todavia, percebe-se que já estamos conseguindo evoluir, mesmo que pouco, mas ao compararmos com dados históricos, podemos perceber que a PcD vem conseguindo se envolver e garantir seu espaço de direito na sociedade em que vive, mesmo ainda com muitos desafios, percebendo esse sujeito como o principal protagonista de sua própria história.

Atualmente, pode-se observar as pessoas com deficiência envolvidas na política, na luta pela efetivação de seus direitos, na educação, na saúde, nos lugares que para chegarem e terem acesso, há alguns anos, seria quase impossível ou que apresentavam uma carga de empecilhos e desafios extremos.

A cada dia que passa, a PcD tem conseguido não ser inserido, mas inserir-se no meio em que vive, pois se depender das pessoas ou das autoridades competentes, poderia ser que eles não tivessem conseguido chegar onde estão.

Outrossim, percebe-se que essa inclusão tem que partir também do sujeito, ele precisa sentir-se incluído. Não basta apenas serem oferecidos recursos tecnológicos,

ou disponibilizados meios para que eles possam participar da sociedade, a inclusão precisa ser de dentro pra fora e de fora pra dentro.

Um ponto que auxiliou de forma salutar na consolidação das conquistas das pessoas envolvidas, seja ela a PcD ou os organismos regulamentadores, foi a adequação da nomenclatura utilizada para referir-se à essas pessoas, quando vimos que para passar da condição de "inválidos" para o termo que utilizamos hoje "Pessoa com deficiência" não foi um processo tão simples, nem de um dia para outro, esse processo durou pelo menos 100 anos. Lembramos ainda que o motivo de mudar esses termos não é apenas pela questão do politicamente correto, mas quebrar os paradigmas estabelecidos por determinada época, em busca da valorização da PcD.

Contudo, vale lembrar que ainda existem aquelas pessoas que mesmo sabendo a nomenclatura correta, ainda utilizam os termos desatualizados e isso não acontece apenas com a nomenclatura da PcD, mas principalmente na designação do PcD por sua deficiência, mas ainda podemos presenciar pessoas proferindo os seguintes termos: "ceguinho", "surdo-mudo", "retardado", "mongoloide", entre outros.

Esses termos foram proferidos por muito tempo e foram flutuando de década em década, criando um vínculo cultural e permanecendo na memória coletiva da sociedade.

Outrossim, esse comportamento só pode mudar, a partir da mudança da postura das pessoas, como ainda o próprio poder público incentivar a utilização dos termos completos. Logo, observa-se que a concepção sobre deficiência variou muito no decorrer da história que passou da determinação física para orgânica, depois para educacional, ampliando para os aspectos sociais.

Além da luta para adequação da nomenclatura, nota-se ainda a luta da PcD primeiro por direitos e depois pela efetivação desses. Uma observação que se faz, é que, os direitos dos quais a PcD desfruta hoje foram todos conquistados, nada foi dado de "mão beijada" às essas pessoas. E mesmo tendo conquistado direitos iguais perante a lei, ainda sofrem com as dificuldades e barreiras no dia a dia. Uma inquietude que surge, é o fato de se precisar lutar tanto, mesmo até quando se já devia ser de direito.

Observou-se, então, uma vasta quantidade de instrumentos legais e normativos que devem garantir os direitos dessa parcela da sociedade, já que muitas vezes esses direitos ficam apenas no papel.

Vale ressaltar a importância de um instrumento legal que foi aprovado em julho do ano 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência, sendo necessária a devida fiscalização sobre o seu cumprimento.

Percebeu-se ainda que o processo de educação inclusiva tem avançado em questão de acesso à educação no Brasil, tanto no âmbito de ensino de base como no ensino superior. Acredita-se que isso seja resultado dos instrumentos legais que vem sendo criados para assegurar o direito de acesso à educação em qualquer que sejam os níveis, como ainda o ímpeto na busca por estas informações pelas famílias e pelas próprias PcD.

Partindo para o âmbito da UFPB, observou-se que a política de reservas de vagas para alunos com deficiência tem garantido meios para que pessoas com limitações possam ter deu direito de acesso ao ensino superior garantido.

Identificamos na UFPB setores, serviços, políticas e outros recursos que auxiliam a permanência desse aluno na Universidade, sendo de extrema necessidade e importância. Contudo, percebeu-se que nem todos apresentam níveis de satisfação ou de usabilidade junto aos seus usuários, como é o caso do setor Braile da Biblioteca Central. A partir das memórias individuais e coletivas foi possível observar a eficiência, satisfação e relevância de cada um na prestação do serviço, auxiliando ou não na permanência e conclusão do curso.

Com as narrativas, tornou-se visível que a situação do estudante com deficiência na UFPB fora em um passado não muito distante, uma situação de verdadeira lástima e abandono, todavia vê-se que ações de promoção à inclusão, permanência e oferta de recursos que permitam a conclusão do curso vem sendo adotadas muito recentemente, em especial, se considerarmos o tempo de existência da UFPB. Com o auxílio do mapa conceitual (Capítulo 9), compreende-se que mesmo com as ações inclusivas adotadas, ainda é consideravelmente maior a quantidade de deficiências por parte da Universidade, em comparação às ações desenvolvidas.

No tocante à acessibilidade, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB tem cumprido seu papel em oferecer assistência e promover a possibilidade desses alunos concluírem seu curso.

Constatou-se também que apesar da UFPB ter avançado muito com relação a acessibilidade, principalmente se compararmos com resultados de pesquisas realizadas nos últimos 04 anos, ainda existem várias dificuldades que são enfrentados diariamente por esses alunos, se fazendo necessário a solução desses problemas.

Com relação ao acesso às informações técnico-científicas, ou seja, aquelas que são necessárias a realização de pesquisas, estudos ou qualquer outra que diga respeito a formação do aluno, percebe-se que esse acesso costumeiramente é suprido pelos próprios professores que encaminham ou facilitam o acesso para o aluno com deficiência. Vale citar que esta postura não é padrão para todos os professores.

Um outro fator observado é que a Internet é o meio mais utilizado pelos alunos deficientes na busca de materiais e textos para estudo, os quais em sua grande maioria acusaram não utilizar as bibliotecas do Sistema de bibliotecas da UFPB com grande frequência, particularmente, os que possuem necessidades especiais no aspecto comunicacional. Constatou-se ainda a dificuldade de se ter acesso às informações contidas no site da UFPB.

Faz-se necessário ressaltar a importância que o NEDESP e o papel que o núcleo desempenha na facilitação no acesso às informações técnico-científicas, principalmente na vida dos alunos com deficiência visual. Esses alunos muitas vezes só podem ter acesso ao conteúdo dos materiais após a conversão do texto para formatos acessíveis.

Percebeu-se que esse acesso à informação é de suma importância para que os alunos possam tornar-se sujeitos críticos e exigentes quanto á efetivação dos seus direitos, como ainda para ter acesso ao conhecimento que lhe dá subsídios para galgar a tão sonhada formação. Logo, é evidente que a informação possui tanto o papel de facilitador na geração do conhecimento como o de transformador, já que por meio de seu acesso pleno, pode transformar as possibilidades de condições de vida, de perspectiva de um futuro melhor, como ainda de exercício de cidadania, Da

mesma forma, pode-se inferir que a falta desse acesso pode acarretar motivos para auto exclusão e, consequentemente, evasão da PcD da universidade.

Com relação à inclusão na UFPB, a partir das narrativas coletadas por meio da entrevista, os alunos consideram que a UFPB não é inclusiva e que é preciso trabalhar formas de promover essa inclusão de fato e que é de direito. Ao longo da análise das memórias individuais e coletivas, presenciam-se várias passagens e situações em que o direito desses alunos, de alguma forma, foram esquecidos, negligenciados ou feridos.

Com base nas memórias individuais e coletivas dos alunos com deficiência, as sugestões apontadas para melhorar tanto a questão da acessibilidade quanto de inclusão na UFPB, são as seguintes:

- continuar com o programa de aluno apoiador, mas que a seleção desse seja preferencialmente feita antes do início de cada semestre;
- concessão de uma bolsa para auxiliar no transporte para os alunos que possuem dificuldades de mobilidade, a exemplo de outras instituições da mesma esfera mantenedora, por exemplo o IFPB;
- elaboração e aplicação de um projeto de acessibilidade arquitetônica e urbanística, levando em consideração principalmente o que fala a portaria 3.284/2003, o decreto 5.296/2004 e a lei nº 13.146/2015, para que melhorem as vias, as salas, as rampas, as calçadas, portas mais largas, elevadores, piso tátil, etc;
- estabelecer o Comitê de Inclusão e Acessibilidade como uma Secretaria ou Pró-Reitoria e que todos os setores relacionados à acessibilidade e inclusão sejam ligados a eles;
- aumentar o número de vagas reservadas à pessoa com deficiência no processo de ingresso discente;
- capacitação dos professores e servidores com vista à utilização de práticas e metodologias pedagógicas mais inclusivas;

- tornar acessível todas as informações referentes aos serviços, setores, políticas da UFPB, através de formatos acessíveis, por exemplo: panfleto impresso em Braille, etc;
- melhorar a acessibilidade no site da UFPB, preferencialmente atendendo os padrões estabelecidos pela W3C;
- vincular o NEDESP diretamente ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade;
- aumentar a quantidade de funcionários e equipamentos do NEDESP.

Fica ainda a sugestão de criação de uma rede de comunicação específica para os alunos com deficiência para que estes possam ter acesso às informações a respeito de serviços, setores, seus direitos, etc... de forma acessível, proporcionando ainda um canal mais fácil e rápido para entrar em contato direto entre o CIA e estes.

Um ponto que gerou preocupação é a real usabilidade e efetividade das ações desenvolvidas pelo setor Braile da Biblioteca Central, visto que junto as narrativas ele é citado como de conhecimento, porém, de pouco ou nenhum uso. Propõe-se que seja feito um diagnóstico acerca das atividades atualmente desenvolvidas como ainda uma integração maior deste setor junto ao CIA e ao NEDESP em um serviço cooperativo. Dessa forma, envolvendo o Sistema de Bibliotecas da UFPB no processo de disseminação da informação para a PcD, garantido autonomia e o direito à informação por parte deles, não deixando este papel apenas sob responsabilidade dos professores ou dos alunos apoiadores, como vem sendo atualmente.

Outrossim, percebeu-se que no tocante aos investimentos financeiros e tecnológicos, recursos estão sendo nitidamente destinados às suas aquisições. Equipamentos e investimentos são operacionalizados por seres humanos, os quais devem estar envolvidos com o processo de inclusão não apenas de forma administrativa mas também de forma pessoal, visto que a acessibilidade atitudinal, apontada como maior deficiência por parte da UFPB, depende única e exclusivamente das posturas individuais. Este envolvimento é notório por parte da equipe do NEDESP, porém é perceptível a falta de treinamento e aperfeiçoamento dos servidores para com os equipamentos. Nesse sentido, sugere-se ainda um maior investimento no treinamento e capacitação das pessoas envolvidas.

Espera-se que essa pesquisa possa colaborar com a melhoria das condições de acessibilidade, de acesso à informação bem como contribuir para a efetivação e aprimoramento dos direitos dessas pessoas e da inclusão na UFPB com vistas à promoção dos direitos de cidadão da PcD, como ainda no seu processo de inclusão e valorização social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro, 2015.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2005.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul./ dez. 2007.

BARRETO, Aldo Albuquerque de. Uma quase história da ciência da informação. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v.9, n. 2, abr. 2008.

BRASIL. Governo Federal. **País quadruplica número de matrículas de pessoas com deficiência**. Portal Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/07/pais-quadriplica-numero-de-matriculas-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853. htm>. Acesso em: 03 abr.2015.

_____. **Lei n. 7.405**, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do ‘’Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 1985. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Lei n. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. **Lei n. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. **Lei n. 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 5.296**, de 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000,[...] e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 7.612**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011 – Edição extra. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 186**, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 3.956**, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de out. 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 4**, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, modalidade Educação Especial. [Brasília, DF, 2009.]

_____. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

_____. **Decreto nº 6.932**, de 11 de agosto de 2009. Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a "Carta de Serviços ao Cidadão" e dá outras providências. [Brasília, DF: 2009.].

_____. **Lei 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal[...]. [Brasília, DF: 2011]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC n. 976**, de 05 de maio de 2006. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004. [Brasília, DF, 2006.] Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port976.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.

_____. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 5º., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

DIFERENTES deficiências e seus conceitos. Disponível em: < http://www.mpgo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diferentes_deficiencias_e_seus_conceitos.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.

FERNANDES, Lorena Barolo; SHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do núcleo de estudos e pesquisas interdisciplinares em musicoterapia**, Curitiba, v. 2, p. 132-144, 2011.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspect. ciênc. inf**. Belo Horizonte, v.17, n.1, pp. 153-168, 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1277>. Acesso em: 05 ago. 2014.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos; GOMES, Gisele Farias; VANZ, Samile Andréa de Souza. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado-RS. **Anais...** Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: < http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61049/000864667.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 ago. 2014.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. **Quem Somos**. São Paulo: [s.n.], 2015.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal:** tudo a ver. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/martagil.php>. Acesso em: 05 abr. 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**.2011. Disponível em: < http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 15 abr. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso livre à informação científica**. 2005. Disponível em: < http://livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf>. Acesso em 16 abr. 2015.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (IBC). **Como tudo começou**. [2005]. Disponível em: < http://www.ibc.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>. Acesso em: 16 abr. 2015.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LIMA, Izabel França de.; SANTOS, Raquel do Rosário; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva. Informação: tecendo os fios dos conceitos. IN: DUARTE, Emeide Nóbrega; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; LIRA, Suzana de Lucena Lira (Orgs.). **Da informação à auditoria de conhecimento**: a base para a inteligência organizacional. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 13 - 43.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. O profissional da informação e o processo de mediação da leitura. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da informação e biblioteconomia:** múltiplos discursos. São Luís: EDFAMA; EDUFMA. 2002.

MCDONALD, Seonaidh. Studying actions in context: a qualitative shadowing method for organizational research. **Qualitative Research**, v. 5, n. 4, p. 455-473, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MICHAELIS, Dicionário de Português online. **Comunicação**. São Paulo: Melhoramentos, 2009. Disponível em: < http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=comunica%E7%E3o>. Acesso em: 02 out. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Tratado de Marraquexe para facilitar o acesso às obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso**. Marraquexe, 2013. Disponível em: <http://www.acessibilidade.gov.pt/pub/tratado_marraquexe_pt.html#artigo1>. Acesso em: 13 dez. 2015.

PALHARES, Cristina. [**Necessidades educativas especiais**]. 2012. Disponível em: <http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=3878>. Acesso em: 15 jul. 2014.

PEREIRA, Giulianne Monteiro. **Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias**: aplicação do checklist na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. 2013. 122 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação de Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, 2013.

_____. et al. A Biblioteca, o Bibliotecário e o Usuário Surdo: o processo de mediação da informação na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1178>. Acesso em: 04 mar. 2016.

PINHEIRO, Edna Gomes. **Do limiar da casa ao olho da rua**: crianças e adolescentes em situação de risco e suas histórias de leitura – das práticas singulares à pluralidade do olhar da Ciência da informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ROCHA, Marisa Perrone Campos**.** A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/262/229>. Acesso em: 03 abr. 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. **Revista Reação**, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012, p. 14-16.

_____. Eufemismo na contramão da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano 14, n. 74, maio/jun. 2010, p.14-17.

_____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.
Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano 12, mar./abr. 2009, p. 10-16.

_____. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** São Paulo, janeiro de 2005.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. Exclusão e deficiência: primeiras aproximações teóricas. In: RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). **Exclusão, inclusão e diversidade**. João Pessoa: Editora universitária (UFPB), 2009, 315 p.

SILVA, Alessandro Antunes. Desenvolvimento de jogos educativos para pessoas com necessidades especiais. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 4 n. 2, Dez. 2006.

SILVA, Aparecida Maria. **Informação e inclusão acadêmica**: um estudo sobre as necessidades socioinformacionais dos universitários cegos do Campus I da UFPB. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

UNESCO. O Ensino Superior no Século XXI – Visão e Ações – Documento de Trabalho. Paris, outubro de 1998. In: **Tendências da Educação Superior para o Século XXI**. Brasília: UNESCO / CRUB, 1999. 246p.

_____. **Declaração Universal dos Direitos humanos**: adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Estatuto**. João Pessoa. 2002. Disponível em <http://www.ufpb.br/sods/secretaria/Estatuto.htm >. Acesso em: 06 abr. 2015.

_____. Núcleo de Tecnologia da informação. **Módulo aluno**: alunos deficientes/não deficientes na UFPB. 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/ntiufpb/aplicacao/aplicacao.ufpb>. Acesso em: 02 fev. 2016.

_____. CONSUNI. **Resolução nº 31/2009**. Aprova o Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas da UFPB. 2009. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2009/Runi31_2009.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____. CONSUNI. **Resolução nº 34/2013**. Institui a política de inclusão e acessibilidade da UFPB e cria o comitê de inclusão e acessibilidade. 2013.

_____. CONSEPE. **Resolução nº 46/2010**. Acrescenta dispositivos à Resolução Nº 27/2009, que rege o Processo Seletivo Seriado para ingresso nos cursos de graduação da UFPB, e estabelece normas para regulamentar o ingresso mediante reserva de vagas, objeto da Resolução Nº 09/2010. 2010. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep46_2010.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; MELLO, Anahí Guedes de. Nem toda pessoa cega lê braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.2, p.369-385, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a13v33n2/pdf>. Acesso em: 11 dez. 2014.

XIFRA-HERAS, Jorge. **A informação cotidiana**. [S.l. : s.n.], 2000. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas>. Acesso em: 12 dez. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1 - FICHA TÉCNICA
(Dados de identificação dos participantes da entrevista)

1.1 Nome: _____
1.2 Sexo: ( ) F ( ) M
1.3 Naturalidade: _____
1.4 Idade: _____
1.5 Estado civil: _____
1.6 Profissão: _____
1.7 Tipo de deficiência: _____ Congênita ( ) Adquirida ( )
1.8 Curso na UFPB: _____
1.9 Ano de entrada na Universidade: _____
1.9 Período que está cursando: _____
1.10 Previsão para término do curso: _____
1.11 Meio de transporte utilizado para chegar a Universidade:
( ) Veículo próprio ( ) Veículo da família/carona ( ) Transporte público ( ) Transporte escolar ( ) Outros _____
1.12 Faz uso de algum auxílio/recurso oferecido pela Universidade em vista da sua deficiência? Qual?
_____
1.13 Precisou de auxílio para responder as perguntas? Qual?
_____
1.14 Característica forte: _____

2- ENTREVISTA

2.1 No ano que você entrou, utilizou a política de cotas?
2.2 É a primeira vez que entrou na Universidade?
2.3 Você recebeu algum apoio de familiares, amigos, escola?
2.4 Como foi o processo de ingresso na Universidade e qual foi a sensação e expectativas de quando você entrou na UFPB?
2.5 Conte-me como tem sido sua experiência como aluno da UFPB, seu relacionamento com colegas de sala e professores?
2.6 Você conhece as redes de apoio (serviços, setores...) ao estudante com deficiência na UFPB? Se sim, quais e como tomou conhecimento?
2.7 Existiu algum tipo de dificuldade para ter acesso e utilizar esses serviços?
2.8 Você recebe/utiliza algum desses auxílios oferecidos pela Universidade que ajuda no seu dia a dia na UFPB?
2.9 Qual a primeira grande dificuldade que você enfrentou ao entrar na UFPB da qual você se lembra/recorda?

2.10 Quais foram/são os principais desafios que você tem/enfrentou dentro da UFPB, principalmente com relação a comunicação e ao acesso a informações técnico-científicas?
2.11 Você gosta de ler? O que você gosta de ler?
2.12 Você considera que a informação foi um fator importante para você chegar até a Universidade? Por quê?
2.13 Quando um professor passa um trabalho/conteúdo em sala de aula, como você faz para ter acesso ao material dentro da UFPB? Como e onde você busca material técnico-científico para auxiliar?
2.14 Quando você não consegue um material ou conteúdo informacional que deseja, como você se sente?
2.15 Como você avalia os recursos oferecidos pela UFPB e a realidade vivenciada no dia a dia, corresponde com as suas expectativas de quando você entrou na Universidade?
Você considera que a UFPB lhe oferece as condições, recursos necessários para que você possa concluir o seu curso?
2.16 Você considera que o Centro onde você estuda e a UFPB, uma Universidade inclusiva?
2.17 Você poderia apontar sugestões para a melhoria de condições para facilitar a sua permanência e conclusão de seu curso? E com relação ao acesso a informação, materiais e conteúdos informacionais que auxiliam na sua formação?
2.18 Que lembranças mais lhe marcou/tem marcado durante sua trajetória na Universidade?

APÊNDICE B

CADERNO DE CAMPO

1 Nome: _____

ANOTAÇÕES

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, residente e domiciliado na _____, portador da Cédula de identidade, RG _____, e inscrito no CPF/MF_____, nascido (a) em _____ / _____ /_____, abaixo assinado me disponho de livre e espontânea vontade a participar da pesquisa: **O acesso à informação na UFPB: memórias para lembrar direitos "esquecidos**", sob a responsabilidade das pesquisadoras: a mestranda Giulianne Monteiro Pereira e a Prof(a) Dra. Izabel França de Lima, cujo objetivo é: analisar o acesso à informação no âmbito da UFPB sob o olhar e memórias individuais/coletivas dos alunos com deficiência, com a finalidade de propor formas de estabelecer o direito de acesso à informação na Universidade.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto ao respeito da minha privacidade; fui informado também que tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que essa desistência não causará nenhum prejuízo.

Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, obedecendo a resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos. Concordo que estes resultados sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados; e será garantido a mim o livre acesso ao conteúdo da mesma, seja antes, durante ou depois da minha participação, podendo os resultados serem discutidos com as pesquisadoras.

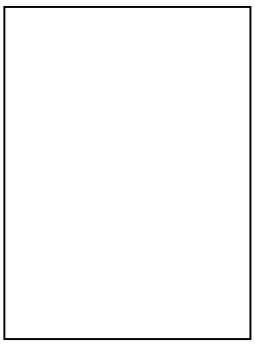
Caso sinta a necessidade de contactar a pesquisadora, poderei fazê-lo pelo telefone institucional do Programa de Pós Graduação em Ciência da informação, através do número: 3216-7109.

Poderei também contactar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Centro de Ciências da Saúde (CCS), para me informar sobre os critérios éticos regulamentados pela resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, e sobre a veracidade e informações acerca deste projeto de pesquisa, no endereço: Campus I –Cidade Universitária - Bloco Arnaldo Tavares –Sala 812 –1º andar - CCS, ou através do telefone: (83) 3216 7791.

João Pessoa, ____ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do participante



_____

Assinatura da testemunha caso de analfabeto impressão digital

_____

Giulianne Monteiro Pereira
Mestranda e pesquisadora responsável
Telefone: 9-8626-3549/9-8155-7015

ANEXO B

CARTA DE CESSÃO

João Pessoa, ____/____/_____.

Prezado(a) Senhor(a).

Eu, _____, estado civil:_____, portador(a) de RG nº. _____, CPF nº. _____, declaro para todos os fins de direito, que cedo espontaneamente os direitos da minha entrevista, realizada no dia ____/_____/_____, para a mestranda Giulianne Monteiro Pereira, a ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição, transcrição e publicação, que estará sob a guarda da referida aluna, bem como o uso da minha imagem e do meu nome civil completo ou em parte.

Declaro ainda, que estou ciente dos objetivos do estudo que são: analisar o acesso à informação no âmbito da UFPB sob o olhar e memórias individuais/coletivas dos alunos com deficiência, com a finalidade de propor formas de estabelecer o direito de acesso à informação na Universidade; Identificar os alunos com deficiência da UFPB; Mapear os principais instrumentos legais brasileiros e internacionais destinados a Pessoa com deficiência e ao acesso a informação; Identificar a existência de redes de apoio e quais (programas, setores e serviços) oferecidos aos alunos com deficiência da UFPB; Investigar onde e como os alunos com deficiência buscam informações técnico-científicas na UFPB; Investigar com base nas memórias coletadas se existem e quais as dificuldades/desafios vivenciados pelos alunos com deficiência no âmbito da UFPB no processo de permanência e conclusão do curso na Universidade; e Apontar sugestões com vista a auxiliar na permanência do aluno com deficiência, principalmente no tocante ao acesso a informação.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente.

_____ _____

Assinatura do Participante Assinatura do Pesquisador

_____

Assinatura da Testemunha

Endereço: _____

Telefones para contato: _____